

Os ensaios filosóficos podem apresentar as mais diversas estruturas. Mas para quem não está habituado a fazê-los, escolher uma estrutura é torturante ou aparentemente impossível. Ofereço este livro a essa segunda categoria de pessoas, de modo geral estudantes. Meu propósito é ajudar os estudantes a escrever algo de valor, de modo que eles possam começar a desenvolver estilo próprio.

A fim de servir às necessidades de uma ampla variedade de estudantes, o nível de dificuldade do livro vai do elementar ao moderadamente avançado. Mesmo no âmbito de capítulos individuais pode haver significativas variações no nível de dificuldade, embora toda seção comece com o material mais simples e vá caminhando até o mais complexo. Assim, um capítulo sobre outro tópico pode retroceder do material complexo daquele que o precedeu para um nível mais simples. Creio que os alunos inteligentes e esforçados podem passar com rapidez da inocência filosófica à sofisticação moderada.

O Ensaio filosófico – o que é, como se faz pretende ser prático. Supõe-se que ajude a escrever melhor e, assim, a melhorar a capacidade de apresentar raciocínios. Como quase toda matéria requer que se escreva um ensaio analisando alguma espécie de conceito, as habilidades obtidas na aprendizagem da redação de ensaios filosóficos pode mostrar-se útil na elaboração de outros gêneros de ensaio.

A. P. Martinich, é professor de Filosofia na University of Texas, Austin.

ENSAIO FILOSÓFICO



9788515022274


Edições Loyola
visite nosso site:
www.loyola.com.br

A. P. MARTINICH

ENSAIO FILOSÓFICO

ENSAIO FILOSÓFICO

O QUE É, COMO SE FAZ



Coleção O QUE É, COMO SE FAZ

Auto-estima - o que é, como se faz

JOSÉ VINCENTE BONET

Bioética - o que é, como se faz

FERNANDO LOLAS

Criatividade & redação - o que é, como se faz, 2^a ed.

R. MARCHIONI

Cultura brasileira - o que é, como se faz, 2^a ed.

A. VANNUCCHI

Ensaio filosófico - o que é, como se faz

A. P. MARTINICH

O ensino na escola - o que é, como se faz, 2^a ed.

M. SAINT-ONGE

Ética social - o que é, como se faz

ENRICO CHIAVACCI

Internet na escola - o que é, como se faz, 2^a ed.

A. U. SOBRAL

Jejum - o que é, como se faz, 4^a ed.

PATRÍCIO SCIADINI

Lectio divina - o que é, como se faz

T. HALL

A motivação em sala de aula - o que é, como se faz, 4^a ed.

JESÚS ALONSO TAPIA, ENRIQUE CATURLA FITA

Oração - o que é, como se faz, 2^a ed.

H. NOUWEN

Pecado - o que é, como se faz

XAVIER THÉVENOT

Pedagogia da gestão mental - o que é, como se faz

ANTOINE DE LA GALANDERIE, GENÉVIÈVE CATTAN

Pesquisa na escola - o que é, como se faz, 9^a ed.

M. BAGNO

Preconceito lingüístico - o que é, como se faz, 15^a ed.

M. BAGNO

Relação professor-aluno - o que é, como se faz, 3^a ed.

P. MORALES

ENSAIO FILOSÓFICO

o que é, como se faz

Tradução:

ADAIL U. SOBRAL



Edições Loyola

Título original:

Philosophical Writing – An Introduction, 2nd Edition

© Prentice-Hall Inc, 1989

© da 2^a ed.: A. P. Martinich, 1996

O direito de A. P. Martinich de ser reconhecido como autor desta obra se baseia no Copyright, Designs and Patents Act de 1988.

Blackwell Publishers

ISBN: 0-631-20281-1

Direção

Fidel García Rodriguez, SJ

Preparação

Cecília Regina Faria Menin

Revisão

Maurício B. Leal

Diagramação

Telma dos Santos Custódio

Edições Loyola

Rua 1822 nº 347 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

Caixa Postal 42.335 – 04218-970 – São Paulo, SP

fone: (0**11) 6914-1922

fax: (0**11) 6163-4275

Home page e vendas: www.loyola.com.br

Editorial: loyola@loyola.com.br

Vendas: vendas@loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 85-15-02227-3

© EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2002

Para minha mãe e em memória de meu pai

Sumário

Nota à segunda edição	9
Introdução	11
1 Autor e público	21
1 O professor como público	21
2 O aluno como autor	26
2 Lógica e argumento no texto	35
1 O que é um bom argumento?	36
2 Argumentos válidos	43
3 Argumentos convincentes	56
4 Consistência e contradição	63
5 Contrários e contraditórios	67
6 A força de uma proposição	71
3 A estrutura de um ensaio filosófico	79
1 Esboço da estrutura de um ensaio filosófico	79
2 Anatomia de um ensaio	88
4 A elaboração	97
1 Como escolher um tema de ensaio	98
2 Técnicas de elaboração	100
3 Esboço	102
4 Elaboração sucessiva	103

5 Anotação de conceitos.....	108
6 Pesquisa e elaboração	111
7 Aperfeiçoamento	113
8 A evolução de um ensaio	115
5 Táticas para o texto analítico	131
1 Definições	133
2 Distinções	139
3 Análise	145
4 Dilemas	155
5 Contra-exemplos	161
6 Reductio ad Absurdum	174
7 Raciocínio dialético.....	183
6 Algumas restrições ao conteúdo	193
1 A busca da verdade	194
2 O uso da autoridade	195
3 O ônus da prova	200
7 Algumas metas em termos de forma.....	203
1 Coerência	203
2 Clareza	208
3 Concisão	218
4 Rigor	223
8 Os problemas da introdução	227
1 Perder o rumo	228
2 A cauda abanando o cão	236
3 Fazer rodeios	239
Apêndice: "Domingo à noite, tenho de entregar um ensaio na segunda de manhã".....	245
Índice remissivo	251

Nota à segunda edição

Em carta a um amigo, Voltaire se desculpa por sua extensão: "Se eu tivesse tido mais tempo, esta carta teria sido mais curta". Revisando as seções presentes à primeira edição deste livro, muitas vezes encontrei maneiras de torná-las mais curtas e, creio eu, melhores. Mas também me ocorreram idéias sobre como acrescentar novos tópicos ao livro a fim de aperfeiçoá-lo. Trata-se essencialmente das seções sobre definições, contrários e contraditórios e distinções.

Ao preparar a segunda edição, contrai, para minha felicidade, dívidas com alguns de meus atuais e ex-alunos, que fizeram comentários ao texto: Stephen Brown, Sarah Cunningham, Nathan Jennings e Lisa Maddry. Minha mulher, Leslie, leu, como sempre, todo o original. Desejo agradecer ainda a meu utilíssimo editor, Steve Smith.

Por fim, boa parte de meu pensamento e de meus textos no campo da filosofia teve como sede o Miami Subs and Grill on the Drag. Desejo agradecer aos proprietários, Michael e Lisa Mermelstein, por sua hospitalidade.

Introdução

Os ensaios filosóficos podem apresentar as mais diversas estruturas. Para quem está acostumado a escrevê-los, a escolha de uma estrutura não é difícil, nem mesmo consciente. O ensaio parece escrever-se a si mesmo. Para quem não está habituado a fazê-lo, escolher uma estrutura é torturante ou aparentemente impossível. Ofereço este livro a esta segunda categoria de pessoas, de modo geral estudantes. E, em vez de fazer um panorama das muitas estruturas possíveis, concentrei-me na que julgo ser a estrutura mais simples e direta que um ensaio filosófico pode ter. Meu propósito é ajudar os estudantes a escrever algo de valor, de modo que eles possam começar a desenvolver seus próprios estilos. O projeto é análogo ao de ensinar alunos de arte a desenhar a mão humana. O primeiro objetivo é mais a precisão do que a elegância.

A elegância na escrita não se aprende. Ela resulta de uma espécie de gênio, e o gênio começa onde as regras acabam. Pretendo discutir algo que considero transmissível: como escrever prosa filosófica clara, concisa e precisa. A elegância é desejável, mas a simplicidade não o é menos. E é à simplicidade que dirijo meus esforços.

Disse, um dia, um filósofo: "Metade da boa filosofia é boa gramática". Essa observação é espirituosa, profunda e, como todo bom aforismo, difícil de explicar. Antes de tentar explicar ao menos parte dela, permita que eu me antecipe a um possível equívoco. Embora a boa escrita filosófica seja gramatical, não há neste livro nada que virtualmente lembre o sentido de gramática que lhe dava seu professor da quinta série. Potencialmente, todos os alunos conhecem as regras gramaticais, o que não impede sua flagrante violação em sua prosa filosófica. Qual será o motivo disso?

Uma das razões é o fato de a filosofia envolver, muitas vezes, a tentativa de atribuir às coisas sua categoria própria, e as categorias não são claras ou pelo menos são difíceis de entender. Os filósofos por vezes dividiram a realidade em coisas mentais e coisas materiais. Outras vezes, eles a dividiram em coisas que são substâncias (coisas que existem por si) e coisas que são acidentes (coisas que são propriedades ou que dependem de outras coisas para existir). Há mesmo uma correlação gramatical entre essas categorias. Os substantivos se acham em correlação com as substâncias (*homem* com homem), e os adjetivos, com os acidentes (*retangular* com retangular). Quando os filósofos afirmam que coisas que parecem pertencer a uma categoria na verdade pertencem a outra, força-se a gramática. Alguns filósofos mostram timidez em afirmar *Deus é justo* em função da idéia de que o segmento *é justo* exprime uma propriedade de Deus, e Deus, dada a sua simplicidade, não pode ter propriedades. Contudo, como desejam associar a justiça com Deus, trans-

formaram o adjetivo "justo" no substantivo *o justo*, alegando ser estritamente correto identificar Deus com a própria justiça e, assim, dizer "Deus é o justo".

Há ocasiões em que a tentativa de dizer algo novo e correto acerca dos limites da realidade faz a gramática ruir completamente, como ocorre quando Martin Heidegger diz "Nada nadifica". Como o pronome *nada* não pode ser um verbo, *nadifica* é ininteligível. Além disso, Heidegger parece usar *nada* como substantivo na primeira ocorrência na frase, como se "nada" nomeasse alguma coisa. (Claro que Heidegger discordaria de minhas observações gramaticais, e essa é apenas mais uma razão pela qual a filosofia é difícil: não é tarefa simples fazer que os filósofos concordem mesmo com relação à gramática.)

Thomas Hobbes foi o primeiro a discutir a propensão dos filósofos a cometer erros de categoria ao combinar palavras de uma categoria com palavras pertencentes a outras. *Grosso modo*, um erro de categoria é o equivalente lógico da mistura de maçãs com laranjas. A frase "Idéias verdes descoloridas dormem furiosamente" apresenta vários erros de categoria. Coisas sem cor não podem ser verdes nem ter outra cor; as idéias não podem dormir nem estar despertas, e nada pode dormir furiosamente. Essas categorias simplesmente não combinam. Um dos exemplos de erro de categoria de Hobbes é "A quietude é um ser". Talvez concordemos com ele que essa frase é absurda sem aceitar suas razões para pensar assim. Considere outro exemplo dele: "O intelecto comprehende". A seu ver, *o intelecto* é o nome de um *acidente*

ou propriedade dos corpos, que é de uma categoria, ao passo que *compreende*, ainda que gramaticalmente seja um verbo, é o nome de um *corpo*, que é de outra categoria. Assim, ele sustenta que a frase "O intelecto comprehende" é literalmente absurda. O que Hobbes julga literalmente verdadeira é a frase "O homem comprehende por meio de sua inteligência".

É bem possível que alguns discordem de Hobbes quanto ao fato de a frase "O intelecto comprehende" fazer ou não sentido e critiquem seu ponto de vista filosófico-gramatical, que está na base de seu juízo gramatical. É comum entre filósofos discordar sobre o que é ou não absurdo. Considere a frase "As crenças são estados cerebrais". Esta frase exprime um erro de categoria ou uma brilhante descoberta sobre a natureza do mental? As opiniões dos filósofos divergem. Logo, nem sempre é fácil dizer se alguma tese filosófica constitui um grande achado no campo da filosofia ou um agregado gramatical sem sentido. Por conseguinte, une-se à dificuldade inerente da filosofia mesma a da redação filosófica, que muitas vezes gême de angústia sob o peso atribuído à sintaxe e à semântica.

Os estudantes com freqüência escrevem frases patentemente agramaticais porque essa é a maneira como vêm a filosofia. E eles a vêm assim porque o pensamento nela expresso é radicalmente estranho para eles. Não há no sistema de crenças do aluno um lugar em que ele possa incorporar sem problemas esse pensamento. Por isso, o aluno, quando não situa impropriamente o pensamento, isola-o de seus outros pensamentos, mais próximos dele. Numa palavra, o pensamento é estranho. Conse-

quentemente, quando vão explicar, criticar ou mesmo endossar esse pensamento, os alunos podem ser tentados a usar uma linguagem incoerente ou agramatical por terem distorcido e mutilado o pensamento semicompreendido. Sua redação, ainda que confusa, é uma representação precisa de sua compreensão.

Se você se vir escrevendo uma frase ou parágrafo gramaticalmente sem controle, é provável que seu pensamento esteja sem controle. Logo, você pode usar sua própria prosa como medida do grau de compreensão do tópico a respeito do qual escreve e como indício das partes de seu ensaio que precisam de mais consideração. (Devo as idéias deste parágrafo a Charles Young.)

Essa explicação de por que metade da boa filosofia é boa gramática inspira um critério: a boa escrita filosófica é gramatical. Quem é capaz de escrever uma série de frases consistentemente gramaticais sobre algum assunto filosófico tem, provavelmente, uma idéia coerente daquilo que discute.

Outro critério associado da boa redação filosófica é a precisão. Ao contrário da sabedoria convencional que prevalece entre os estudantes, a linguagem vaga e verborrágica não é sinal de profundidade e de argúcia, mas de confusão. Professores de filosofia que seguem esses critérios na verdade lançam aos alunos um desafio: escrever gramatical, clara e precisamente. Sendo a linguagem expressão do pensamento, a linguagem clara exprime o pensamento claro. O estilo de redação deve facilitar a compreensão da filosofia e aumentar o grau de clareza.

Se metade da boa filosofia é boa gramática, a outra metade é o bom pensamento. O bom pensamento assume muitas formas. A forma na qual vamos nos concentrar é muitas vezes chamada de *análise*. A palavra *análise* tem, em filosofia, muitos sentidos, sendo um deles o de método de raciocínio (discutido no capítulo 5). Outro sentido refere-se a um método filosófico ou escola de filosofia que reinou soberana durante a maior parte do século XX. Muitos julgam esse método passado e dizem que nos encontramos hoje numa época pós-analítica. Não tomo, neste livro, posição quanto a isso. Uso *análise* num sentido bem amplo, que inclui a filosofia analítica e a pós-analítica. Em meu uso do termo, a meta da filosofia analítica é a verdade, apresentada de modo claro, organizado e bem-estruturado. Faço uma firme opção pela clareza, pela ordem e pela estrutura. A meta da análise, em seu sentido amplo, é tornar a filosofia menos difícil do que ela seria. Trata-se apenas de um corolário de um princípio mais geral: todos podem complicar um assunto; é preciso um pensador rematado para tornar um assunto simples.

Os textos filosóficos assumem muitas formas, incluindo o diálogo (Platão, Berkeley, Hume), a dramatização (Camus, Marcel, Sartre), a poesia (Lucrécio) e a ficção (Camus, George Eliot, Sartre). Só vou discutir a forma ensaio. Há três razões para essa decisão. Em primeiro lugar, essa é a forma em que provavelmente vão lhe pedir que escreva. Em segundo, é a forma mais fácil de escrever. Em terceiro, o ensaio é hoje a forma padrão da filosofia profissional. Embora a forma diálogo atraia sobremodo muitos alunos, sua boa execução exibe extre-

mas dificuldades. O diálogo nos tenta ao preciosismo, à metáfora desnecessária e à imprecisão.

Costuma ser aconselhável prever a estrutura de um livro. Esse conselho também se aplica a esta nossa obra. Examine todo o esquema do livro antes de lê-lo com mais atenção. Dependendo da formação filosófica de cada um, algumas partes trarão mais informações do que outras. O capítulo 1 discute os conceitos de autor e de público em termos de sua aplicação à prosa filosófica dos estudantes. Tanto eles como os professores se acham numa situação literária incomum. Ao contrário dos autores típicos, os alunos sabem menos sobre o assunto do que o seu público, embora não se espere que eles admitam isso. O capítulo 2 é um curso elementar sobre os conceitos básicos da lógica. Ele contém informações essenciais à compreensão dos elementos dos capítulos seguintes. Quem conhece lógica dará uma rápida passada por ele, ao passo que os não familiarizados com ela devem lê-lo lenta e atentamente. O capítulo 3 discute a estrutura do ensaio filosófico e constitui o ponto central do livro. O gasto, porém sólido conselho de que o ensaio deve ter um começo, um meio e um fim aplica-se igualmente ao ensaio filosófico. O capítulo 4 trata de algumas questões vinculadas à feitura de esboços do ensaio. Discutem-se ali várias técnicas de elaboração. Quem sabe montar um esquema, tomar notas, revisar, pesquisar etc. pode saltar esse capítulo. O capítulo 5 expllica vários tipos de argumentos usados no raciocínio filosófico, como os dilemas, os contra-exemplos e os argumentos fundados na *reductio ad absurdum*. O capítulo 6 aborda alguns requisitos básicos a que deve atender o conteúdo do ensaio. O capítulo 7 trata das metas relativas à forma

de seu escrito: coerência, clareza, concisão e rigor. O capítulo 8 discute alguns problemas comuns que os estudantes têm ao compor as primeiras páginas de um ensaio.

Assim como os ensaios, a maioria dos livros tem uma conclusão, que resume ou retoma de modo integrado as linhas principais do texto. No entanto, fazer isso em nosso caso seria artificial, visto que o livro como um todo não desenvolve um argumento principal, consistindo, em vez disso, numa enumeração de tópicos que podem ter utilidade para o aluno. Não obstante, o Apêndice, "Domingo à noite, tenho de entregar um ensaio na segunda de manhã", que se destina a quem comprou o livro mas nunca conseguiu ler muito dele, pode igualmente servir de conclusão. Muitos de meus alunos que leram a primeira edição disseram-me ser essa a parte do livro que leram primeiro, em alguma noite de domingo cerca de seis semanas depois do começo do semestre.

A fim de servir às necessidades de uma ampla variedade de estudantes, o nível de dificuldade do livro vai do elementar ao moderadamente avançado. Mesmo no âmbito de capítulos individuais pode haver significativas variações no nível de dificuldade, embora toda seção comece com o material mais simples e vá caminhando até o mais complexo. Assim, um capítulo sobre outro tópico pode retroceder do material complexo daquele que o precedeu para um nível mais simples. Creio que os alunos inteligentes e esforçados podem passar com rapidez da inocência filosófica à sofisticação moderada.

Em vários pontos do livro, apresento fragmentos de ensaios, a fim de ilustrar algum tópico estilístico. Os te-

mas desses ensaios são por vezes controversos e a argumentação, provocativa. Essas passagens são voltadas a manter o interesse do leitor, nem sempre constituindo a expressão de meu pensamento. Seria um erro ter por foco o tema desses ensaios, quando o que tem importância é o seu estilo. Da mesma forma, é bem provável que o leitor discorde de algumas ou até de muitas das afirmações estilísticas que faço. Se isso ao menos levá-los a pensar sobre o motivo desse desacordo, assim como a descobrir o que preferem e por que preferem, grande parcela de minha meta terá sido alcançada.

Nas páginas seguintes, contrasto, em inúmeras ocasiões, elementos retóricos com elementos lógicos. Remontando ao próprio Sócrates, a retórica sempre foi um nome ruim para filosofia. Não está implícita neste livro nenhuma atitude negativa diante da retórica. Meu uso de "retórica" refere-se ao estilo, ou seja, aos elementos da escrita que facilitam a comunicação, e o livro pressupõe que esses elementos se revestem de extrema importância. Afinal, como todo ensaio, um ensaio filosófico que não consegue comunicar-se fracassa igualmente num de seus propósitos essenciais.

Ensaio filosófico — o que é, como se faz pretende ser prático. Supõe-se que o ajude a escrever melhor e, assim, a melhorar sua capacidade de apresentar seus pensamentos. Como quase toda matéria requer que você escreva um ensaio analisando alguma espécie de conceito, as habilidades obtidas na aprendizagem da redação de ensaios filosóficos pode mostrar-se útil na elaboração de outros gêneros de ensaio.

Talvez seja óbvio quem é o autor e quem é o público do ensaio de um aluno: o aluno é o autor e o professor, o público. Claro que isso é verdade, mas o aluno não é um autor como os outros, nem o professor um público típico. Desejo, neste capítulo, apresentar considerações sobre esses dois pontos. Iniciarei com um tema conceitualmente mais simples: o caráter atípico do professor como público.

1 O professor como público

É indispensável a um autor conhecer seu público. Dependendo desse público, o autor pode explicar seu ponto de vista dessa ou daquela maneira.

O aluno não ocupa a posição típica de um autor por várias razões. Enquanto o autor comumente escolhe seu público, o público do aluno lhe é imposto. (Mas essa situação do aluno não é peculiar. De modo geral, o público escolhe seu autor. Em contraste, o autor do professor lhe é imposto. São seus alunos. Uns e outros devem extrair o máximo da necessidade.) Exceto quando o aluno é ex-

cepcional, ele não escreve para informar nem para convencer seu público da verdade da posição que discute. Logo, seu propósito não é a persuasão. Além disso, a não ser que o tópico seja excepcional e o professor relativamente ignorante, o propósito do aluno também não é diretamente expositivo nem explicativo. Presume-se que o professor já compreenda o material que o aluno se esforça para apresentar clara e corretamente. Ainda assim, o aluno não pode pressupor que o professor seja um mestre no assunto em discussão porque o professor, em seu papel de juiz, não pode supor que o aluno o seja. A tarefa do aluno é mostrar ao professor que comprehende o que o professor já sabe. Algum aluno poderá julgar isso não só paradoxal como também perverso. Todavia, essa é a situação existencial em que o aluno é lançado como autor.

A estrutura e o estilo do ensaio de um aluno devem ser os mesmos de uma exposição e uma explicação diretas. Como se disse, a meta do aluno é mostrar que conhece algo das doutrinas filosóficas, ao oferecer um relato preciso delas; além disso, o aluno tem de mostrar que sabe não apenas que proposições foram defendidas por certos filósofos, mas por que eles as sustentaram. Em outras palavras, o aluno tem de demonstrar que conhece a estrutura dos argumentos usados para provar uma posição filosófica, o significado dos termos técnicos empregados e as evidências em favor das premissas. (Uma das diferenças entre a história da filosofia e a história das idéias é que aquela se preocupa com a estrutura e com a pertinência dos argumentos.) O aluno precisa supor (a fim de adotar uma atitude de autoridade apropriada) que o público é (a) inteligente mas (b) não informado. Ele deve

apresentar sua tese e em seguida explicar o que ela significa; deve provar sua tese ou ao menos arrolar boas evidências a favor dela.

Todos os termos técnicos devem ser explicados como se o público soubesse pouco ou nada de filosofia. Isso significa que o aluno deve explicá-los usando palavras comuns em seus significados comuns. Se não se introduz nem se explica o significado de um termo técnico mediante o uso de palavras comuns, não há como o público saber o que o autor quer dizer. Considere, por exemplo, este fragmento de ensaio:

O propósito deste ensaio é provar que os seres humanos nunca percebem os objetos materiais, mas, em vez disso, os semiideadores, termo com o qual designo a ligação entre o objeto fenomênico e seu conteúdo conceitual.

Essa passagem só parece profunda por menos de um nanosegundo. Teoricamente, nada há de errado em introduzir o termo *semiideador*, mas quem comete a temeridade de inventar tal neologismo deve ao leitor uma explicação melhor do que "a ligação entre o objeto fenomênico e seu conteúdo conceitual". Além dos neologismos, palavras com significados comuns muitas vezes têm, em filosofia, significados técnicos, como, por exemplo,

determinado
matéria
ego
universal
reflexão
pragmático

Quando o autor usa uma palavra que tem significado comum num significado técnico desconhecido, a palavra fica ambígua, e o público é levado a um entendimento errôneo ou se vê confundido, caso esse significado técnico não seja objeto de observação em termos inteligíveis para ele.

Não é pertinente protestar que o professor deveria permitir ao aluno o uso de termos técnicos sem explicação a partir do fato de o professor conhecer ou dever conhecer seus significados. Repito: o que está em questão não é o conhecimento do professor, mas o do aluno. É responsabilidade do aluno mostrar ao professor que conhece o significado desses termos. Não pense que o professor vai pensar que você pensa que ele não comprehende um termo pelo fato de você o ter definido. Quando você usa um termo técnico, ele passa a ser seu, cabendo pois a você a responsabilidade por sua definição. Acrescente-se que um termo técnico só é utilizado com sucesso se a explicação não depende do pressuposto de que o público já sabe o significado desse termo técnico! Porque é precisamente isso que o aluno deve demonstrar.

Há uma exceção. Em cursos avançados, o professor pode permitir que o aluno suponha que o público já conhece o que um aluno iniciante deve saber sobre filosofia, talvez elementos de lógica ou partes da *República* de Platão ou das *Meditações* de Descartes, ou algo parecido. No caso de alunos de pós-graduação, o professor pode permitir que o aluno pressuponha um pouco mais de lógica e bons conhecimentos de história da filosofia.

Seria excelente se o professor dissesse exatamente o que o aluno pode ou não pressupor, mas além de poder esquecer de fazê-lo, ainda que ele se lembre, é virtualmente impossível especificar exatamente o que pode ser pressuposto. Há demasiado conhecimento e ignorância humanos, e não há tempo suficiente para articular tudo isso. Se tiver dúvidas sobre o que pode pressupor, pergunte. É provável que o professor goste de lhe dizer. Se não gostar, a falha é dele, e você pode ficar contente por saber que fez a coisa certa ao perguntar. Isso é o mínimo que agir de acordo com princípios nos proporciona e algumas vezes, infelizmente, é o máximo.

Embora tenha discorrido sobre quem é seu público e sobre o quanto você pode ou não atribuir a ele, eu nada disse sobre que atitude você deve assumir diante dele. Essa atitude é o respeito. Se está escrevendo para alguém, você deve considerar essa pessoa digna da verdade; e, sendo ela digna da verdade, você deve tornar a verdade o mais inteligível e acessível que puder a essa pessoa. Além disso, se escreve para um público, você impõe exigências ao tempo desse público. Você espera que seu público dedique tempo e esforço à compreensão do que você escreveu; se tiver feito um trabalho descuidado, você terá desperdiçado o tempo dele, você o terá tratado com deslealdade. Um ensaio trivial ou desorganizado é um insulto ao público, além de dar de você uma má imagem. Quando o professor se mostra frustrado ao devolver um conjunto de ensaios, isso provavelmente se deve ao fato de sentir-se desdenhado. Um bom ensaio é sinal do respeito do autor pelo público.

2 O aluno como autor

Embora seja o autor de seu ensaio, você não deve ser impertinente. Isso não quer dizer que você não possa referir-se a si mesmo em primeira pessoa. Fazê-lo ou não é uma questão de gosto. Há algumas décadas, proibia-se aos estudantes o uso do "eu" num ensaio. Supunha-se que uma expressão como "Vou alegar" devesse ser substituída por "Meu argumento será" (ou "O argumento desse ensaio" ou "Será alegado"). A escrita formal está hoje mais informal. "Meu argumento será" é pomposo e pedante. Prefiro "Vou alegar" por mais uma razão: embora a coragem física seja amplamente admirada e discutida na sociedade contemporânea e, talvez, caricaturada inadvertidamente nos machões, a coragem intelectual não o é. Bem poucas pessoas têm coragem para manter suas convicções, mas as convicções relativas a questões importantes, que resultam da investigação e da reflexão, merecem a coragem necessária para defendê-las.

As idéias têm consequências tanto quanto as ações físicas. Algumas dessas consequências são boas e outras, más; há algumas excelentes, bem como outras terríveis. Assuma as consequências de suas idéias.

Uma pessoa que escreve "Será alegado" é passiva; na melhor das hipóteses, ela exibe coragem intelectual de maneira oblíqua. Quem vai alegar? Se é você, diga-o. A pessoa que escreve "Vou alegar" é ativa. Ela está se comprometendo com uma linha de raciocínio e submetendo abertamente esse raciocínio ao escrutínio racional.

A redação filosófica virtualmente nunca é autobiográfica, ainda que contenha elementos autobiográficos (As *Confissões* de Santo Agostinho e as de Jean-Jacques Rousseau são notáveis, porém raras exceções.) É muito improvável que sua vida ou seus sentimentos pessoais devam ser expostos em seus textos filosóficos, ao menos nesses termos. Nenhum filósofo deve se importar com o seu sentir sobre a existência de Deus, a liberdade, o aborto ou qualquer outra coisa apresentada pura e simplesmente como seus sentimentos. Assim, com raras exceções, o uso de *sinto que* é proibido em ensaios. Seus sentimentos não podem aspirar à universalidade e não podem ser automaticamente transferidos a seu público. Você pode sentir que Deus existe, mas isso não é razão para que mais alguém deva senti-lo. A frase *afirmo que*, em contrapartida, se transfere. Essa expressão implica que o autor tem bases objetivas, em vez de subjetivas, para sustentar sua posição e que, por conseguinte, o público deve argumentar desse mesmo modo.

Incidentes específicos da vida pessoal também têm um lugar em seu ensaio, considerados como *suas experiências*. Tomados simplesmente como *experiências*, eles podem ter tanto relevância como força. Compare as duas maneiras seguintes de fazer a mesma afirmação:

Aos 14 anos, eu desejava uma bicicleta de dez marchas, mas precisava de 125 dólares para comprar uma. A única maneira de conseguir o dinheiro legalmente era trabalhar. Conseguir trabalho a 2 dólares por hora realizando várias tarefas que detestava: cortar grama, lavar janelas e até cuidar de crianças. Foram necessárias três semanas, mas

finalmente eu tinha dinheiro suficiente para comprar a bicicleta. O que descobri, quase sempre enquanto suava, durante meus trabalhos, é que dinheiro não é simplesmente papel ou metal; ele significa controle sobre outros seres humanos. As pessoas que me contratavam estavam controlando minha vida. Percebi outra coisa: se tenho dinheiro e respeito uma pessoa, não devo forçá-la a fazer trabalhos humilhantes em troca de dinheiro.

Suponhamos que um jovem deseje comprar alguma coisa, digamos, uma bicicleta de dez marchas. Ele pode conseguir trabalhos remunerados à base de, por exemplo, 2 dólares por hora: cortar grama, lavar janelas ou cuidar de crianças. Vendendo sua força de trabalho, ele está pondo a si mesmo sob o controle da pessoa que lhe paga. Desse modo, o dinheiro é, mais do que simplesmente papel ou metal, um meio de controle do comportamento de outros seres humanos. Além disso, uma pessoa que respeita seus semelhantes evitará contratar pessoas para realizar trabalhos degradantes e alienantes.

Enquanto a primeira passagem é mais vívida e mais apropriada para contextos não-filosóficos, como, por exemplo, artigos de jornal ou de revista, sua alegação propriamente filosófica é feita de maneira mais obliqua do que na segunda passagem, em que o ponto de vista do autor sobre o dinheiro vincula-se diretamente com todo ser humano e não simplesmente com o autor. Logo, a segunda passagem é preferível num ensaio explicitamente filosófico. A primeira passagem é egocêntrica; a *persona* do autor é o próprio aluno. Na segunda passa-

gem, a *persona* do autor é um observador objetivo da condição humana.

A noção de *persona* é técnica. A palavra *persona* deriva da palavra latina que designa a máscara usada pelos atores no palco. Havia máscaras para personagens cômicas e trágicas, para deuses e mortais. Ter uma *persona* é desempenhar um papel. Um autor desempenha um papel; tem, portanto, uma *persona*. A pergunta é: o que é essa *persona*? Ou: qual deve ser essa *persona*? Porque há dois possíveis papéis que o autor pode ter em seu ensaio.

O autor tem inevitavelmente o papel de criador, visto que é responsável pelas palavras de seu ensaio. Na qualidade de criador, o autor tem uma perspectiva transcendente com relação a seu ensaio. Além disso, o autor pode ser uma personagem de seu próprio ensaio não quando aparece dizendo "Vou alegar", mas como personagem nos exemplos e cenários que constrói a fim de ilustrar ou provar a tese que defende. Essas personagens nos cenários têm uma perspectiva imanente, e se o autor for uma personagem num desses cenários, sua perspectiva também será imanente. O *status* de um autor diante dos cenários que inventa é totalmente distinto daquele que assume como personagem deles. Insisto em que você não abandone seu *status* de inventor.

Para alterar a figura de linguagem, o autor de um ensaio age como Deus. Todas as personagens, em seus exemplos, são como criaturas. Quando Deus disse: "Faça-se a luz", fez-se a luz; quando disse: "Que a terra produza todo tipo de criatura viva", surgiu todo tipo de criatura viva. Do mesmo modo, quando o autor diz: "Suponhamos

que Smith e Jones tenham seus cérebros trocados", Smith e Jones têm seus cérebros trocados. A vontade de Deus não conhece restrições; o que Ele deseja que aconteça acontece. Ele não pode cometer erros nem ser enganado. Seria incoerente escrever:

Deus disse "Faça-se a luz". Mas Ele não estava bem certo de que houvesse luz. Ele julgava haver luz, mas poderia estar enganado.

Tal como Deus, a vontade do autor de construir um exemplo não conhece empecilhos se o que ele disser for coerente e se não tiver dúvidas acerca daquilo que está supondo. A posição transcendente do autor é inherentemente anticética. Conta-se a história de um garoto da 8^a série que tinha problemas para aprender álgebra. O professor disse: "Suponhamos que x seja igual a 2". O aluno ficou muito ansioso, pois pensou que o professor pudesse estar errado ou pelo menos que ele não tivesse considerado uma possibilidade: "Professor, suponhamos que x não seja igual a 2". O garoto não se deu conta de que, quando alguém supõe que algo seja verdadeiro para fins de argumentação, o que é suposto é verdadeiro no contexto da discussão. Para todos os propósitos e intenções, o autor é onipotente e onisciente (falo apenas de autores filosóficos; certa ficção contemporânea tenta solapar as qualidades aparentemente divinas do autor). Mas essa onipotência tem como limite a coerência lógica. Esteja alerta para a idéia de que provou uma dada tese por meio da construção de um cenário logicamente contraditório, como neste fragmento de ensaio:

Suponhamos que haja uma figura plana de quatro lados cujos ângulos são todos eles retos. Suponhamos ainda que cada ponto de seu perímetro seja equidistante de um ponto em seu interior. Segue-se, pois, que existe um quadrado redondo.

Esse cenário é falho porque sua suposição é contraditória. Um Deus onipotente não pode fazer uma pedra pesada demais para Ele mesmo carregar, e isso não é uma limitação de Seu poder.

Prosseguindo com a analogia teológica, podemos dizer que as personagens de um exemplo filosófico estão, tal como as criaturas, sujeitas ao erro e ao engano. ("Suponhamos que Smith, que conhece Jones há vinte anos, veja alguém exatamente igual a Jones cruzando a praça. Suponhamos ainda que Smith não vê Jones, mas o irmão gêmeo deste, há muito desaparecido, embora o próprio Jones esteja cruzando a praça fora das vistas de Smith...") As personagens de exemplos filosóficos são os fantoches dos deuses autorais.

O autor que faz de si mesmo uma personagem num de seus exemplos assume dois papéis; assume de modo confuso *personae* diametralmente opostas, a de autor e a de personagem (ou a de criador e a de criatura). Considere a seguinte passagem:

Suponhamos que Smith e eu tenhamos os cérebros trocados. Eu penso que sou Smith e ele pensa que é eu. Mas eu penso que permaneço eu mesmo porque sou idêntico ao meu corpo a qualquer momento dado.

É bem difícil compreender esta passagem, dado que a referência a "eu" passa do autor *como personagem no cenário* ao autor *como o criador do cenário*. Contraste o original com a seguinte versão revisada, na qual as referências ao autor como personagem são substituídas por referências a uma personagem puramente criada:

Suponhamos que Smith e Jones tenham seus cérebros trocados. Jones acredita ser Smith e Smith acredita ser Jones. Mesmo assim, ao meu ver Jones continua a ser Jones e Smith a ser Smith, visto que a pessoa é idêntica ao seu corpo em qualquer momento dado.

Até essa passagem pode ser melhorada. Há algo de tendencioso em dizer que "Jones continua a ser Jones e Smith continua a ser Smith", o que não era evidente na primeira passagem. A terceira passagem é melhor:

Suponhamos que Smith e Jones tenham seus cérebros trocados. E o corpo que Jones tinha antes da troca de cérebros acredita ser Smith, e o corpo de Smith acredita que é Jones. Mesmo assim, ao meu ver, o corpo de Jones continua a ser Jones e o corpo de Smith continua a ser Smith, visto que a pessoa é idêntica ao seu corpo em qualquer momento dado.

O importante é que, quanto mais objetiva for a perspectiva do autor, tanto melhor (lembre-se de que falo das passagens acima retoricamente, sem julgar a sua pertinência). Nunca é necessário que o autor represente a si mesmo em seus exemplos: Smith e Jones, White, Black, Brown e Green [ou João, Maria etc.] são personagens

filosóficas versáteis. (Saber se a dualidade de *personae* tem consequências filosóficas é uma questão substantiva; ver Thomas Nagel, *The view from nowhere*, Nova York, Oxford University Press, 1985.)

Neste capítulo, tentei explicar o sentido no qual o público do aluno, o professor, deve ou não ser considerado ignorante, bem como o sentido em que o aluno, como autor filosófico, deve manter uma perspectiva transcendente, a partir da qual é onisciente e onipotente. Como lhe parece isso para uma reversão hegeliana?

Lógica e argumento no texto

Em sua *Poética*, Aristóteles observa que um enredo dramático bem construído tem de refletir uma ação que é "íntegra e completa em si mesma, e dotada de alguma magnitude". E ele define como íntegro "aquilo que tem um começo, um meio e um fim". Embora a tragédia grega e a prosa filosófica possam parecer campos da atividade literária sobremodo distintos, o conselho de Aristóteles se aplica à redação de um ensaio filosófico.

Assim como o núcleo de uma obra dramática é o enredo, o núcleo do ensaio filosófico é o seu argumento. E, da mesma forma que uma boa peça tem um princípio, um meio e um fim bem demarcados, assim também será um bom ensaio. O começo de um ensaio filosófico introduz o argumento; o meio o elabora; e o fim o resume. Mas o que é um argumento?

Todo falante competente tem alguma idéia do que é um argumento. E a maioria dos falantes vai se dar conta, ao refletir, de que *argumento* é na realidade uma palavra equívoca, isto é, tem mais de um sentido. Num deles, é um sinônimo imperfeito de *altercação*; noutro, é um sinônimo imperfeito de *raciocínio*. Na teoria, os filósofos

só se empenham neste último, embora na prática eles por vezes deparem com o primeiro.

O sentido filosoficamente relevante de *argumento* recebeu maior atenção dos lógicos, que, no curso de 2.500 anos, descobriram muita coisa acerca dos argumentos. Embora este texto não seja lógico, um pouco de lógica é fundamental para que se compreenda a estrutura de um ensaio filosófico. [Para um relato mais completo do que o aqui oferecido, recomendo a leitura de Mary Haight, *A serpente e a raposa*, Edições Loyola, São Paulo, 2002.]

1 O que é um bom argumento?

No nível mais simples, há dois tipos de argumentos: os bons e os ruins. Um bom argumento é aquele que faz o que se supõe que faça. Um mau argumento é o que não faz isso. Um bom argumento mostra a uma pessoa uma maneira racional de partir de premissas para chegar a uma conclusão verdadeira, na medida em que seu assunto o permita (alguns assuntos mostram essa maneira mais fácil ou certamente do que outros, como, por exemplo, a matemática mais do que a estética). Como explico aqui, um bom argumento é relativo a uma pessoa. O que pode legitimamente levar uma pessoa a uma conclusão pode não levar outra pessoa à mesma conclusão, visto que muita coisa depende do sistema de crenças de cada pessoa. Aquilo que um filósofo ou físico contemporâneo reconhece como um bom argumento costuma não ser

aqueilo que um grego antigo, mesmo que fosse Platão, Aristóteles, Ptolomeu ou Euclides, reconheceria como tal. Do mesmo modo, pode haver argumentos que os gregos antigos reconheceriam como bons e que nós não podemos considerar assim. Por razões óbvias, não tenho como pensar num exemplo.

A noção de "bom argumento" é intuitiva. Neste capítulo, desejo tornar essa noção intuitiva progressivamente mais precisa a partir da consideração das seguintes definições:

- Df(1) Um argumento é uma seqüência de duas ou mais proposições, entre as quais uma é designada como a conclusão e todas as outras consideradas suas premissas.
- Df(2) Um argumento sólido é um argumento que é válido e que contém somente premissas verdadeiras.
- Df(3) Um argumento é válido se e somente se for necessário que, se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão seja verdadeira.
- Df(4) Um argumento convincente é um argumento sólido que é reconhecido como tal em virtude da apresentação de sua estrutura e de seu conteúdo.

Cada uma dessas definições contém termos técnicos e idéias essenciais que precisam ser explicadas, incluindo *proposição* e *válido*. Examinemos primeiramente a Df(1), a definição de *argumento*. Observe que um argumento é caracterizado por uma seqüência de pro-

posições. Embora se possa dar à proposição uma formulação mais técnica, basta para os nossos propósitos compreender esse termo como equivalente a "uma frase que tem valor de verdade", isto é, uma frase que é verdadeira ou falsa. Contrasta-se por vezes proposição com perguntas e ordens, que não podem ser verdadeiras nem falsas. Costuma-se usar *proposição*, *declaração* e *assertão* intercambiavelmente, ainda que os significados dessas palavras possam diferir uns dos outros de maneiras relevantes.

Voltando à definição de *argumento*, devemos observar que um argumento é uma sequência de proposições, porque se supõe que as proposições estejam relacionadas entre si de alguma maneira logicamente significativa. Uma dessas proposições recebe a designação de conclusão, quer dizer, a proposição a ser provada. No contexto de um ensaio como um todo, a conclusão é a tese. Como as proposições subordinadas contidas no ensaio podem ter de ser provadas, elas também podem ser conclusões, com seu próprio conjunto de premissas de sustentação. As premissas são as proposições que levam à conclusão. Elas oferecem a justificativa para a conclusão.

Essa definição é abstrata. Tornemo-la um pouco menos abstrata considerando um argumento extremamente sucinto:

Todos os humanos são mortais.
Sócrates é humano.

Logo, Sócrates é mortal.

As duas primeiras frases são premissas. A terceira é a conclusão, como o indica a palavra *logo*. Supõe-se que as premissas forneçam uma força racional para a aceitação da conclusão. Embora seja bom, este argumento é retoricamente falho. Ninguém argumentaria em favor de uma conclusão tão evidente. É raro que três frases simples constituam um argumento racionalmente persuasivo, que de modo geral requer elaboração e enriquecimento. Porém, no começo de nosso estudo é recomendável manter a questão no nível mais simples possível.

A definição de *argumento* em Df(1) é neutra quanto à questão de saber se um argumento é ou não falho (mau). Alguns argumentos são falhos e outros não. Nossa meta é compreender a natureza de todos os argumentos por meio da concentração naquilo que constitui um bom argumento. Entenderemos, então, o que é um argumento falho ao identificar os motivos de ele não atender aos critérios que definem um bom argumento. Como disse Parmênides, "São infinitos os caminhos da falsidade, mas o da verdade é um só".

A fim de melhor precisar a definição de bom argumento, consideraremos a definição de argumento sólido dada na Df(2):

Df(2) Um argumento sólido é um argumento que é válido e que contém somente premissas verdadeiras.

Como essa definição deixa claro, há dois aspectos num argumento sólido: a validade e a verdade. Um argumento não é sólido em um de dois casos: se é inválido ou se uma

ou mais premissas são falsas. Logo, para mostrar que seu argumento é sólido, você tem de demonstrar que ele é válido e que suas premissas são verdadeiras. Como um argumento sólido é definido, em parte, em termos da noção técnica de validade, precisamos de uma definição de validade:

Df(3) Um argumento é válido se e somente se for necessário que, se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão seja verdadeira.

Dito numa linguagem mais coloquial, a conclusão de um argumento válido tem de ser verdadeira sempre que todas as suas premissas forem verdadeiras. A verdade das premissas garante a verdade da conclusão.

Na Df(3), a validade é definida em termos de verdade e de necessidade. Por outro lado, em Df(4), um argumento convincente é parcialmente definido em termos de um argumento sólido; e um argumento sólido é parcialmente definido, em Df(2), em termos de um argumento; e este último é parcialmente definido, em Df(1), como consistindo em premissas e em uma conclusão. Esse processo de definição de uma coisa em termos de outra não pode prosseguir infinitamente, assim como não se pode explicar a estabilidade da terra dizendo que ela se apoia no dorso de um elefante que se apoia no dorso de outro elefante que se apoia no dorso de outro elefante, *ad infinitum*. O processo de explicação deve parar em algum ponto. (Debaixo de todos os elefantes está uma tartaruga, e esse é o fim da história.)

Quanto à validade (e, portanto, à solidez e à convicção), o processo de explicação chega ao fim com a verdade

e a necessidade. Esses dois conceitos não serão definidos, dado que são tomados como básicos. Apóio-me em nossa compreensão comum das noções de verdade e de necessidade, a fim de seguir em frente. Isso não quer dizer que essas noções não sejam problemáticas, mas apenas que se tem de parar em algum ponto. A convicção, a solidez e a validade poderiam ter sido definidas por meio do uso de alguns outros termos, o que tornaria termos que não a verdade e a necessidade básicos e indefinidos.

Nada há de inadmissível em deixar alguns termos indefinidos. Isso é, na realidade, inevitável. Com efeito, para dizer alguma coisa, tem-se de supor que os significados de *algumas* palavras sejam compreendidos. (Isso pode servir de base para um paradoxo que envolva saber como é possível que as pessoas aprendam uma língua se já se tem de conhecer palavras antes de poder dizer qualquer coisa; felizmente, esse possível paradoxo não é o nosso problema, aqui.) Em todo empreendimento, acaba-se por chegar a um ponto em que algo tem de ser aceito sem definição ou discussão. Se a pessoa que argumenta e aquela a quem é dirigida a argumentação não puderem concordar nesse ponto, há um sentido no qual é impossível iniciar um argumento. Como já observei, nem a *verdade* nem a *necessidade* serão definidas, mas um pouco mais sobre a validade pode ser dito, e o farei na seção 2 deste capítulo.

Um argumento sólido é um argumento válido que apresenta premissas verdadeiras, mas muitos argumentos sólidos de nada servem porque não são reconhecíveis como bons argumentos. A fim de incorporar o aspecto da recognoscibilidade em nossa noção intuitiva de bom ar-

gumento, temos de introduzir a idéia de um argumento *convincente*, tal como foi enunciada na Df(4):

Df(4) Um argumento convincente é um argumento sólido que é reconhecido como tal em virtude da apresentação de sua estrutura e de seu conteúdo.

Muitos são os motivos pelos quais uma pessoa racional pode não reconhecer um bom argumento. Se a forma lógica desse argumento for demasiado complexa para que algum ser humano o reconheça ou se simplesmente não se dispuser de evidências capazes de mostrar que as premissas são verdadeiras, um argumento sólido deixará necessariamente de ser convincente, dado que a condição de recognoscibilidade não poderá ser satisfeita. Contudo, muitos argumentos sólidos não são, na realidade, convincentes por não serem adequadamente formulados e/ou porque não são aduzidas evidências adequadas para sustentar as premissas essenciais. A adequada formulação de um argumento envolve sua estrutura: o argumento tem de ser válido, e as premissas e a conclusão têm de ser apresentadas de um modo que torne evidente sua validade. A questão da evidência, por outro lado, vincula-se com o conteúdo do argumento, envolvendo, mais uma vez, a noção de verdade. Cada premissa individual tem de ser verdadeira e as evidências apresentadas têm de deixar isso claro.

A noção intuitiva de bom argumento de que partimos no início deste capítulo evoluiu, agora, para a noção de argumento convincente. Podemos resumir, neste pon-

to, dizendo que um bom (isto é, convincente) argumento envolve três coisas: validade formal (a estrutura), premissas verdadeiras (conteúdo) e recognoscibilidade. É para alcançá-las que você deve empenhar-se em sua atividade de escrever. A falta de qualquer um desses elementos impede seu argumento de ser convincente. Todos esses elementos são individualmente necessários e conjuntamente suficientes para produzir um argumento convincente. Na seção 3 deste capítulo, examinaremos a noção de convicção com mais detalhes. Por ora, precisamos voltar a um tratamento mais completo da noção crucial de validade, o aspecto do argumento que se relaciona com sua estrutura ou forma.

2 Argumentos válidos

Relembremos a definição de argumento válido dada na seção 1:

Df(3) Um argumento é válido se e somente se for necessário que, se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão seja verdadeira.

Repetimos que, num argumento válido, premissas verdadeiras asseguram uma conclusão verdadeira. Um argumento válido *não pode* ter premissas verdadeiras e uma conclusão falsa. A validade preserva a verdade. A situação é distinta quando uma ou mais premissas são falsas. Nesses casos, a conclusão pode ser verdadeira ou falsa. Em outras palavras, há argumentos válidos que exibem:

- (a) premissas verdadeiras e conclusão verdadeira;
- (b) premissas falsas e conclusão falsa;
- (c) premissas falsas e conclusão verdadeira.

Examinemos um exemplo de cada uma dessas possibilidades (para fins de ilustração, empregue toda a tolerância necessária à aceitação de que as premissas dos exemplos a seguir são verdadeiras ou falsas, tal como indicado).

*Exemplo de argumento válido
com premissas verdadeiras e conclusão verdadeira*

Justiça é imparcialidade.

Imparcialidade é distribuir recompensas de acordo com o mérito e penalidades de acordo com a culpa.

Justiça é distribuir recompensas de acordo com o mérito e penalidades de acordo com a culpa.

*Exemplo de argumento válido
com premissas falsas e conclusão falsa*

Justiça é aquilo que os fortes desejam.

Aquilo que os fortes desejam é aquilo que é bom para os fortes.

Justiça é aquilo que é bom para os fortes.

*Exemplo de argumento válido
com premissas falsas e conclusão verdadeira*

Justiça é aquilo que os fortes desejam.

Aquilo que os fortes desejam é distribuir recompensas de acordo com o mérito e penalidades de acordo com a culpa.

Justiça é distribuir recompensas de acordo com o mérito e penalidades de acordo com a culpa.

Em cada um desses exemplos de argumento válido, a conclusão se acha vinculada com as premissas de maneira razoavelmente direta, mas essa não é uma condição necessária.

Embora seja contra-intuitivo, há argumentos válidos em que as premissas e a conclusão não se relacionam de nenhuma maneira plausível. Há dois tipos de argumento em que a conclusão não tem nenhuma relação com as premissas. Um deles ocorre quando a conclusão é uma *tautologia*, isto é, uma proposição trivialmente verdadeira, ou melhor, uma proposição verdadeira que é, por sua natureza, não-informativa. Considere a declaração “Ou Aristóteles é um grande filósofo ou não é”. Como essa proposição é trivialmente verdadeira, não pode haver argumento com premissas verdadeiras e conclusão falsa, por mais irrelevantes que sejam essas premissas para a conclusão. Por exemplo, o argumento

Ima Hogg foi um grande filantropo.

Ou Aristóteles é um grande filósofo ou não é.

é válido, ainda que a premissa não tenha nenhuma relação tópica nem evidente com a conclusão. Esse argumento é falho e, portanto, inconvincente, mas ainda assim é válido.

O outro tipo de argumento válido com premissas e conclusão topicamente não relacionadas é o que contém premissas contraditórias. (*Grosso modo*, é contraditória a proposição que afirma e nega a mesma coisa, como, por exemplo, “Aristóteles é um grande filósofo e não é um grande filósofo”.) Considere o seguinte argumento:

Aristóteles é um grande filósofo e não é um grande filósofo.

Nenhum filósofo comete erros.

Este argumento é válido porque satisfaz a definição de validade, embora a conclusão não se relacione com a premissa. Quando um argumento contém uma premissa contraditória, essa premissa é necessariamente falsa, não sendo, assim, possível que todas as premissas sejam verdadeiras e a proposição, falsa. De maneira mais geral, mesmo que não haja uma única premissa contraditória, desde que as premissas sejam, em seu conjunto, contraditórias, o argumento é válido.

O fato de todo argumento com premissas contraditórias ser válido mostra que a verdade real das premissas e a validade do argumento são questões distintas que não devem ser confundidas. Mas não fique desanimado com o fato de todo argumento com premissas contraditórias ser válido. Todo argumento com premissas contraditórias não é sólido, visto que nem todas as premissas podem ser verdadeiras em seu conjunto. Ao menos uma delas tem de ser falsa.

Dizer que um argumento é válido é dizer que as premissas *implicam* a conclusão. Mas de que depende a implicação? Uma resposta é que a implicação depende do significado das palavras que compõem as proposições do argumento. Podem-se distinguir dois tipos de palavras: palavras neutras quanto ao tópico e palavras específicas quanto ao tópico.

As palavras específicas quanto ao tópico são aquelas pensadas tipicamente, em primeiro lugar, como palavras,

como é o caso de *cão, gato, caminha, amarelo, felizmente*, bem como palavras mais emocionalmente carregadas, como *desarmamento, déficit, aborto e fraternidade*. O que todas essas palavras têm em comum é o fato de especificarem ou restringirem algum tópico. Por exemplo, uma frase que contenha a palavra *cão* pode ser considerada, em algum sentido bem geral, como tendo um cão ou cães como um de seus tópicos. A lógica envolvida com as propriedades implicativas de palavras específicas quanto ao tópico pode receber o nome de lógica material. Dessa maneira, a lógica material está vinculada com a implicação que existe entre

Este objeto é amarelo

e

Este objeto é colorido.

As palavras específicas quanto ao tópico são bem gerais ou centrais para nosso esquema conceitual, como, por exemplo, *bondade, verdade, justiça, beleza, pessoa, objeto*. Elas são os tópicos tradicionais da filosofia, e o estudo de sua contribuição às implicações das proposições é em larga medida o assunto da filosofia. Logo, um filósofo pode preocupar-se com a natureza do conhecimento perguntando se

x sabe que *p*

implica

x acredita que *p*.

Ele pode preocupar-se com a natureza da verdade perguntando se

"S" é verdadeiro

implica

"S" corresponde a algum fato.

Quando formulam questões ou propõem problemas em termos de saber se uma coisa implica outra, os filósofos podem estar envolvidos numa perquirição filosófica bastante tradicional.

Consideremos agora algumas palavras neutras quanto ao tópico. *Não, e, ou, se... então, se e somente se, todos e alguns* são palavras neutras quanto ao tópico, isto é, elas não restringem o tópico ou o assunto em discussão. Além disso, elas não são restritivas com respeito a que palavras específicas quanto ao tópico podem combinar, a fim de formar frases. A lógica envolvida com as propriedades implicativas das palavras neutras quanto ao tópico é chamada *lógica formal*. Por exemplo, cada um dos argumentos a seguir é válido pela mesma razão:

Se João é rico, Maria é feliz.

João é rico.

Maria é feliz.

Se fumar provoca câncer do pulmão, as pessoas não devem fumar.

Fumar provoca câncer do pulmão.

As pessoas não devem fumar.

— LÓGICA E ARGUMENTOS —

Se os seres humanos são agressivos por natureza, é necessário um governo forte para proteger os seres humanos de si mesmos.

Os seres humanos são agressivos por natureza.

É necessário um governo forte para proteger os seres humanos de si mesmos.

Não importa que cada um desses argumentos se refira a um tópico diferente; todos eles são válidos pela mesma razão. Dado o sentido de *se... então*, todo argumento ou padrão com essa forma é válido:

Se *p*, então *q*

$$\frac{p}{q}$$

onde "p" e "q" representam proposições.

A forma de argumento que estivemos examinando acima é uma das mais intuitivas formas de argumento que existe. Chama-se *modus ponens*, que, traduzido sem muito rigor, significa *o modo de afirmar*. O *modus ponens* é uma das formas de inferência que constituem o núcleo dos *sistemas naturais de dedução da lógica das proposições*. Em linhas gerais, a lógica das proposições, às vezes chamada de *cálculo proposicional*, pode ser definida como a lógica de alguns usos de *não, e, ou, se... então e se e somente se*. Essas palavras figuram de maneira vital em algumas das mais básicas formas de argumentação usadas pelas pessoas. Eis a sua apresentação esquemática:

Modus ponens

$$\begin{array}{c} \text{Se } p, \text{ então } q \\ p \\ \hline q \end{array}$$

Silogismo disjuntivo

$$\begin{array}{c} p \text{ ou } q \\ \text{Não } p \\ \hline q \end{array}$$

Dilema construtivo

$$\begin{array}{c} \text{Se } p \text{ então } q \text{ e se } r \text{ então } s \\ p \text{ ou } r \\ \hline q \text{ ou } s \end{array}$$

Modus tollens

$$\begin{array}{c} \text{Se } p, \text{ então } q \\ \text{Não } q \\ \hline \text{Não } p \end{array}$$

Silogismo hipotético

$$\begin{array}{c} \text{Se } p, \text{ então } q \\ \text{Se } q, \text{ então } r \\ \hline \text{Se } p, \text{ então } r \end{array}$$

Dilema destrutivo

$$\begin{array}{c} \text{Se } p \text{ então } q \text{ e se } r \text{ então } s \\ \text{Não } q \text{ ou } \text{ não } s \\ \hline \text{Não } p \text{ ou } \text{ não } r \end{array}$$

A lógica inclui tipicamente símbolos especiais para as mais importantes palavras neutras quanto ao tópico. Não há um conjunto de símbolos usado pela maioria dos lógicos. Diferentes lógicos empregam diferentes símbolos para as mesmas palavras neutras quanto ao tópico. Eis alguns exemplos:

Conectivo proposicional

não

e

ou

se... então

se e somente se

Símbolo

 \sim

&

v

⊃

 \equiv

Símbolo

 \neg \wedge \vee \rightarrow \leftrightarrow

Símbolo

-

 \wedge \vee \rightarrow \leftrightarrow

Se substituirmos pelos símbolos da primeira coluna seus equivalentes lingüísticos, as formas de argumento que apresentamos terão a seguinte aparência:

Modus ponens

$$\begin{array}{c} p \supset q \\ p \\ \hline q \end{array}$$

Disjunctive syllogism

$$\begin{array}{c} p \vee q \\ \neg p \\ \hline q \end{array}$$

Constructive dilemma

$$\begin{array}{c} (p \supset q) \& (r \supset s) \\ p \vee r \\ \hline q \vee s \end{array}$$

Modus tollens

$$\begin{array}{c} p \supset q \\ \neg q \\ \hline \neg p \end{array}$$

Hypothetical syllogism

$$\begin{array}{c} p \supset q \\ q \supset r \\ \hline p \supset r \end{array}$$

Destructive dilemma

$$\begin{array}{c} (p \supset q) \& (r \supset s) \\ \neg q \vee \neg s \\ \hline \neg p \vee \neg r \end{array}$$

Como essas formas são por sua natureza abstratas, pode ser útil dar um exemplo de cada uma das formas de argumentação. Comecemos com o *modus ponens*:

Se Hobbes é empirista, então Hobbes sustenta que o conhecimento obtido pelos sentidos é o fundamento de todo conhecimento.

Hobbes é empirista.

Hobbes sustenta que o conhecimento obtido pelos sentidos é o fundamento de todo conhecimento.

Vejamos agora um exemplo de *modus tollens*, que tem alguma similaridade com o *modus ponens*:

Se Hobbes é empirista, então Hobbes sustenta que o conhecimento obtido pelos sentidos é o fundamento de todo conhecimento.

Hobbes não sustenta que o conhecimento obtido pelos sentidos é o fundamento de todo conhecimento.

Hobbes não é empirista.

O *modus ponens* e o *modus tollens* têm uma clara relação entre si. Muitas vezes é possível resumir um problema filosófico como sendo uma disputa acerca de se um argumento sólido sobre uma dada questão deve ser formulado como argumento *modus ponens* ou como argumento *modus tollens*. Pode-se imaginar uma disputa envolvendo os exemplos de argumentos acima. Uma pessoa pode estar usando o argumento *modus ponens* para provar que Hobbes enfatiza a importância da observação na ciência. Seu oponente pode empregar o *modus tollens* a fim de provar que Hobbes não é empirista. Há em filosofia o seguinte ditado: O *modus ponens* de uma pessoa é o *modus tollens* de outra. Claro que muitas outras coisas podem estar envolvidas no debate, além simplesmente desses argumentos. Embora os dois argumentos sejam obviamente válidos, não é evidente qual deles é sólido, se algum deles for sólido, razão pela qual nenhum deles é convincente. Na verdade, o exemplo de *modus tollens* é o argumento sólido, podendo formar o núcleo de um argumento convincente, caso fosse reforçado por evidências que provassem que o próprio Hobbes enfatizou os aspectos dedutivos e apriorísticos da ciência.

Consideremos agora um exemplo de silogismo disjuntivo:

Ou Hobbes é empirista ou é racionalista.

Hobbes não é empirista.

Hobbes é racionalista.

Claro que este argumento é válido. Mas ele é sólido? Um defeito freqüente dos argumentos na forma de silo-

gismo disjuntivo é que nem todas as alternativas relevantes são especificadas na proposição disjuntiva. Se não esgotar todas as possibilidades, a proposição disjuntiva pode muito bem ser falsa. Por exemplo, será que todo filósofo é empirista ou racionalista? Não será possível que um filósofo não seja nem uma coisa nem outra? Grande parte da questão depende da definição dos termos *empirista* e *racionalista*. Assim, para que nosso exemplo de silogismo disjuntivo tenha alguma esperança de formar o núcleo de um argumento convincente, é necessário definir esses termos, mesmo que isso por si só não baste (veja o capítulo 5, seção 1, "Definições").

Os silogismos hipotéticos são usados muitas vezes para enumerar séries de dependências, como, por exemplo:

Se toda ação humana é causalmente determinada,
então nenhuma ação humana é livre.

Se nenhuma ação humana é livre, então nenhum ser humano é responsável por suas ações.

Se toda ação humana é causalmente determinada,
então nenhum ser humano é responsável por suas ações.

Embora a regra formal do silogismo dite que haja apenas duas premissas, como no exemplo acima, pode-se, no entanto, reunir vários silogismos hipotéticos, a fim de produzir um resultado como:

Se todo evento é causalmente determinado, então toda ação humana é causalmente determinada.

Se toda ação humana é causalmente determinada,
então nenhuma ação humana é livre.

Se nenhuma ação humana é livre, então nenhum ser humano é responsável por suas ações.
Se nenhum ser humano é responsável por suas ações, então não faz sentido literal louvar ou culpar os seres humanos por suas ações.

Se todo evento é causalmente determinado, então não faz sentido literal louvar ou culpar os seres humanos por suas ações.

Quando proposições são ligadas dessa maneira e a conclusão é ou contra-intuitiva ou inaceitável de outra forma, o desafio está na determinação de onde e como quebrar a cadeia.

Consideremos agora as duas regras do dilema. O dilema construtivo poderia ser pensado como duas ocorrências do *modus ponens* em conjunção:

$$\begin{array}{c} (p \supset q) \ \& \ (r \supset s) \\ p \vee r \\ \hline q \vee s \end{array}$$

Do mesmo modo, o dilema destrutivo poderia ser considerado duas ocorrências do *modus tollens* em disjunção:

$$\begin{array}{c} (p \supset q) \ \& \ (r \supset s) \\ \sim q \vee \sim s \\ \hline \sim p \vee \sim r \end{array}$$

Vejamos agora um exemplo de cada um deles, a começar pelo dilema construtivo:

Se o determinismo é verdadeiro, então as ações humanas são neutras no que se refere ao louvor ou à culpa; e se os seres

humanos têm livre-arbitrio, então a ciência está limitada naquilo que pode explicar acerca da realidade. Ou o determinismo é verdadeiro ou os seres humanos têm livre arbitrio.

Ou as ações humanas são neutras no que se refere ao louvor ou à culpa ou a ciência está limitada naquilo que pode explicar acerca da realidade.

Da mesma maneira como o *modus ponens* de um é o *modus tollens* de outro, o dilema construtivo de um é o dilema destrutivo de outro. O exemplo de dilema construtivo acima é facilmente transmutado num exemplo de dilema destrutivo:

Se o determinismo é verdadeiro, então as ações humanas são neutras no que se refere ao louvor ou à culpa; e se os seres humanos têm livre-arbitrio, então a ciência está limitada naquilo que pode explicar acerca da realidade.

As ações humanas não são neutras no que se refere ao louvor ou à culpa, ou a ciência não está limitada naquilo que pode explicar acerca da realidade.

Ou o determinismo não é verdadeiro ou os seres humanos não têm livre-arbitrio.

Exemplos genuínos de dilemas costumam ser concluídos com uma disjunção de alternativas desagradáveis. É isso o que faz do argumento um dilema no sentido comum do termo, em contraste com o sentido lógico que temos discutido. Os dilemas voltarão a ser abordados no capítulo 5.

Agora que temos uma melhor compreensão do que constitui a forma do argumento válido, voltemos ao tópico principal deste capítulo, ou seja, aquilo que constitui um argumento convincente.

3 Argumentos convincentes

Recordemos a definição de argumento convincente da seção 1:

Df(4) Um argumento convincente é um argumento sólido que é reconhecido como tal em virtude da apresentação de sua estrutura e de seu conteúdo.

Um argumento convincente é aquele que impele o público a aceitar sua conclusão em virtude da aceitação de que o argumento é válido e de que suas premissas são verdadeiras. Os argumentos convincentes são relativos à pessoa. Isso fica mais claro se reformulamos nossa definição da seguinte maneira:

Um argumento é convincente para um público quando este público o reconhece como tal.

O mesmo argumento pode ser convincente para uma pessoa e não o ser para outra. Todos os argumentos convincentes são persuasivos para o público que os reconhece, mas nem todos os argumentos persuasivos são convincentes. As pessoas são muitas vezes persuadidas por maus argumentos e por raciocínios falaciosos.

Um argumento pode ser sólido e não ser convincente, porque sua solidez não é reconhecida. Um argumento poderia ser necessariamente assim seja devido ao fato de exibir uma complexidade que está além da compreensão humana, seja em decorrência da impossibilidade de reunir as evidências necessárias para provar que suas premissas são verdadeiras. Não temos, de fato, grande interesse por esses argumentos inconvincentes, visto nada haver neles que permita a intervenção humana. Se os seres humanos *não podem* reconhecer a validade e se as evidências não estão *de maneira alguma* disponíveis, chegamos ao fim da linha. Mas não se deve confundir esses argumentos com outros.

Há ainda alguns argumentos sólidos que na verdade não são reconhecíveis como tais seja porque, (1) embora suas estruturas lógicas não sejam reconhecidas, elas o poderiam ser caso fossem explicadas ou porque, (2) embora suas premissas não sejam reconhecidas como verdadeiras, elas o poderiam ser se se fornecessem as evidências disponíveis. Podemos agir com relação a esses argumentos sólidos: o autor pode explicar suas estruturas lógicas e fornecer as evidências para suas premissas.

Tudo isso pode ficar mais claro por meio de um exemplo. Não há dúvida de que é fácil oferecer um argumento sólido para a proposição "Deus existe" (se Ele de fato existe). E não há dúvida de que é fácil oferecer um argumento sólido para a proposição "Deus não existe" (se Ele de fato não existe). Assim sendo, um (*mas somente um*) dos dois argumentos a seguir é sólido:

Primeiro argumento

Ou Deus existe ou 25 de dezembro é Páscoa.
25 de dezembro não é Páscoa.

Deus existe.

Segundo argumento

Ou Deus não existe ou 25 de dezembro é Páscoa.
25 de dezembro não é Páscoa.

Deus não existe.

Ora, deveria ser óbvio que *nenhum* desses argumentos é convincente, ainda que um deles seja sólido. O problema é que o argumento sólido, seja ele qual for, não está se dando a conhecer! Cada um dos argumentos é claramente válido. Os dois são exemplos de silogismo disjuntivo, e a segunda premissa de cada um deles é verdadeira. O *locus* do problema é a primeira premissa. Se Deus existe, a primeira premissa do primeiro argumento é verdadeira justamente em virtude desse fato, e então o primeiro argumento é sólido. Se Deus não existe, a primeira premissa do segundo argumento é verdadeira justamente em virtude desse fato, e então o segundo argumento é sólido. Mas qual deles o é?

Infelizmente, nada há nesses argumentos que nos permita determinar qual deles é sólido. Não há neles coisa alguma que nos force racionalmente a aceitar sua primeira premissa. Logo, nenhum deles é convincente. É tarefa do autor transformar argumentos sólidos em argumentos convincentes. Isso requer, tipicamente, elaboração: ou a

explicação da validade do argumento ou a adução de evidências em favor da verdade das premissas.

Como poderia um autor tentar fortalecer um dos argumentos acima? Embora eu de modo geral tente dar exemplos de como fazer as coisas corretamente, nesse caso vou explicar como as coisas podem dar errado. Também se pode aprender com os próprios erros.

Como o mesmo tipo de estratégia se aplica aos dois argumentos, consideremos apenas o primeiro deles. Aquilo de que precisa o primeiro argumento é alguma evidência que estabeleça que a primeira premissa é verdadeira. Que tipo de evidência cumpriria esse objetivo? A premissa é uma proposição disjuntiva. Logo, é verdadeira se um dos termos da disjunção for verdadeiro. Já sabemos que o segundo termo é falso. Assim, se a premissa é verdadeira, ela o tem de ser porque o primeiro termo de sua disjunção o é. Mas esse termo, "Deus existe", é idêntico à conclusão. Logo, qualquer evidência em favor da verdade da premissa é *ex ipso* evidência em favor da verdade da conclusão. Isso significa que a evidência para a premissa é supérflua. Se se tivesse alguma evidência em favor da proposição "Deus existe", poder-se-ia aplicá-la imediatamente à conclusão sem se apoiar em nenhuma premissa.

Suponha que alguém quisesse defender ser esse argumento convincente por meio da afirmação de que a primeira premissa é verdadeira porque "Deus existe" é verdadeira e que "Deus existe" é verdadeira porque é auto-evidente. Essa defesa não funciona. Ela faz uma petição de princípio, quer dizer, o propósito do argumen-

to é provar que Deus existe, mas o defensor deseja supor que a própria coisa a ser provada é auto-evidente.

“Petição de princípio” é a falácia que consiste em usar a proposição como conclusão e, ao mesmo tempo, como uma premissa ou uma evidência em favor da premissa. Eis um caso flagrante de petição de princípio:

A dívida interna é grande demais.

A dívida interna é grande demais.

Ninguém se deixará enganar por esse argumento. A maioria dos exemplos da falácia da petição de princípio, assim como de todas as falácia, é mais sutil. Por vezes ela ocorre quando a mesma proposição é expressa de duas maneiras verbalmente distintas. Por exemplo, argumentar

Todo homem é mortal.

Logo, todo homem morre.

é fazer petição de princípio, visto que a premissa e a conclusão significam a mesma coisa.

Um exemplo mais complexo e interessante de petição de princípio é: tudo o que a Bíblia diz é verdade, porque a Bíblia é a Palavra de Deus, e a Palavra de Deus é verdadeira. Além disso, sabemos que a Palavra de Deus é verdadeira porque a Bíblia diz isso.

O argumento básico é:

A Bíblia é a Palavra de Deus.
A Palavra de Deus é verdadeira.

A Bíblia é verdadeira.

A premissa “A Palavra de Deus é verdadeira” precisa ser apoiada numa evidência. Mas usar “A Bíblia diz isso” (quer dizer, A Bíblia é verdadeira) como expressão dessa evidência é fazer uma petição de princípio, porque, nesse contexto, “A Bíblia diz isso” é outra maneira de dizer “A Bíblia é verdadeira”, que é justo o que se supõe vá ser provado. Logo, não podemos usá-la nem como premissa nem como evidência para uma premissa.

O que torna um argumento convincente reconhecível? Sugiro que isso envolve relevância e informatividade. Um argumento convincente contém premissas relevantes para a conclusão. Assim, nenhum dos argumentos sobre a existência de Deus examinados acima é convincente porque nem todas as suas premissas são relevantes para a conclusão. Um argumento convincente deve conter também premissas informativas. Às vezes as premissas são informativas quando são novas no sentido de que o público não as conhecia até que as visse no argumento. Outras vezes elas são informativas de maneira derivada; podem ser informativas se a evidência apresentada em seu favor for nova. Logo, pode não ser informativo o fato de alguém dizer simplesmente “Eu existo”. Sozinha, essa asserção parece trivial. Mas, quando um filósofo como Descartes assinala que a evidência para essa proposição pode ser encontrada mesmo no mais enganoso pensamento que a pessoa possa ter, a proposição “Eu existo” se torna informativa de uma maneira na qual de outra forma não o é. E também é informativa em seu uso ulterior, na argumentação contra o ceticismo e em favor da existência de Deus. Por fim, há ocasiões em que as

premissas são informativas não por serem individualmente novas, mas por estarem organizadas de uma maneira nova; e o reconhecimento de uma nova organização de fatos já conhecidos pode ser instrutivo. No *Mênon*, de Platão, Sócrates faz um menino escravo deduzir uma surpreendente variedade de teoremas geométricos a partir de fatos que o menino já conhece. Sócrates atribui o conhecimento surpreendente do menino a uma reminiscência do conhecimento que ele tivera numa existência anterior a seu nascimento. Uma explicação alternativa é a de que Sócrates fez o menino reorganizar o conhecimento adquirido durante sua existência na terra e, nessa reorganização do conhecimento, o menino veio a aprender muito mais coisas.

Observe que não forneci, nesta seção, um exemplo de argumento convincente. Um argumento trivialmente convincente não seria instrutivo. E, como meu público é variado, seria difícil elaborar um exemplo não trivial em poucas páginas. Deixo a descoberta de um argumento convincente a cada leitor, à guisa de exercício.

A conclusão do capítulo até agora é a de que a noção de argumento sólido não capta por inteiro a noção intuitiva de bom argumento. Precisamos de uma idéia que leve em conta que a solidez do argumento seja reconhecida, e é isso o que faz a idéia de argumento convincente. Nas três últimas seções, serão explicados vários outros conceitos lógicos: a consistência e a contradição na seção 4, os contrários e os contraditórios na seção 5 e a força da proposição na seção 6.

4 Consistência e contradição

Algumas proposições podem ser verdadeiras juntas ou ao mesmo tempo. Por exemplo, as proposições "George Washington foi o primeiro presidente dos Estados Unidos" e "Abraham Lincoln foi o décimo quarto presidente dos Estados Unidos" são consistentes uma com relação à outra. As duas podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, e elas de fato o são. Proposições consistentes podem se referir ao mesmo tópico ou a um tópico relacionado, como o são as frases sobre Washington e Lincoln, mas também podem se referir a tópicos completamente distintos, como, por exemplo, "George Washington foi o primeiro presidente dos Estados Unidos" e "Um amigo de Turgenev deu-lhe a idéia de *Pais e filhos*". Uma frase trata da história dos Estados Unidos e a outra, de uma figura literária russa. Elas são consistentes uma com relação à outra, embora topicamente não relacionadas.

As proposições podem ser consistentes umas com as outras ainda que uma, algumas delas ou todas sejam falsas. A frase sobre Turgenev é falsa, mas consistente com a que trata de Washington, que é verdadeira.

Eis um conjunto de frases consistentes e falsas:

Aristóteles descobriu a América.

Descartes foi reprovado em geometria na universidade.

Henry Ford assinou a Declaração de Independência.

O Cleveland Indians venceu a Série Mundial de 1995.

Como o mostra o exemplo, a consistência não é garantia de verdade. É possível que proposições sejam

consistentes umas com as outras sem ser verdadeiras. Ainda assim, é importante que as proposições sejam consistentes, porque se elas não são consistentes entre si (isto é, se são *inconsistentes*), é impossível, para todas elas, ser verdadeiras. E os filósofos, assim como os não-filósofos, devem correr da falsidade como da praga.

Se um conjunto de proposições é inconsistente, ao menos uma delas é falsa. Talvez o conjunto de proposições inconsistentes mais fácil de identificar seja aquele que contém uma proposição e sua negação.

Turgenev é romancista.

Turgenev não é romancista.

Não é preciso saber coisa alguma sobre Turgenev para saber que ao menos uma dessas proposições é falsa. O fato de ao menos uma proposição de um conjunto inconsistente ter de ser falsa é uma característica interessante, que os filósofos exploram com freqüência. Eles muitas vezes tentam formular conjuntos de proposições, todas elas parecendo verdadeiras, mas inconsistentes. Esses conjuntos de proposições recebem o nome de *paradoxos*.

O paradoxo da liberdade e da causalidade

- 1 Todos os eventos são causados.
- 2 As ações humanas são eventos.
- 3 Algumas ações humanas são livres, isto é, não causadas.

O paradoxo da referência e da existência

- 1 Tudo o que é objeto de referência tem de existir.
- 2 O nome "Hamlet" refere-se a Hamlet.
- 3 Hamlet não existe.

O paradoxo da promessa

- 1 Se promete fazer alguma coisa, a pessoa tem a obrigação de fazê-lo.
- 2 Se a pessoa tem a obrigação de fazer alguma coisa, ela pode fazer essa coisa.
- 3 Algumas pessoas às vezes fazem promessas que não podem cumprir.

A formulação de um problema filosófico como paradoxo ajuda a dar foco à questão. Quem pretende resolver o problema tem de dizer qual das proposições julga falsa e por quê, ou tem de explicar por que julga que todas as proposições são na verdade consistentes, isto é, como é possível que todas elas sejam verdadeiras, embora possam não parecer consistentes.

Nem sempre é fácil dizer se proposições que parecem inconsistentes entre si o são de fato. Esse é especialmente o caso quando as proposições aparentemente inconsistentes são vagas, como

Empiristas britânicos acreditavam que a mente existe.

Empiristas britânicos acreditavam que a mente não existe.

Não está claro se essas frases são ou não inconsistentes. A razão é que não está claro se essas frases falam de todos os empiristas britânicos ou de apenas alguns deles. Se as duas falam de todos os empiristas britânicos, elas são inconsistentes. Mas, se cada uma delas fala de alguns empiristas britânicos, elas exprimem proposições consistentes, e na verdade as duas são verdadeiras. Ao meu ver, quando as frases são vagas, deve-se dizer que elas não exprimem de modo algum uma proposição, que

expressam apenas parte de um pensamento. Como não constituem a expressão de uma proposição completa, elas não têm valor de verdade, não sendo verdadeiras nem falsas. Isso quer dizer que não podem ser consistentes nem inconsistentes umas com relação às outras.

Demos até agora exemplos de conjuntos de proposições consistentes e inconsistentes que contêm ao menos duas proposições. Mas essas noções se aplicam igualmente a proposições isoladas. A proposição

Aristóteles foi um poeta

é consistente porque lhe é possível ser verdadeira, mesmo que ela seja de fato falsa. E a proposição

Aristóteles foi um poeta e Aristóteles não foi um poeta

é inconsistente porque é-lhe impossível ser verdadeira.

Proposições inconsistentes são também chamadas de *contradições*. A consistência e a inconsistência (contradição) são obviamente idéias inter-relacionadas. Embora possa não ser óbvio, elas também se vinculam com a implicação. Uma proposição *p* implica uma proposição *q* se *p* for inconsistente com *não-q*.

Exercícios

1. Escolha um dos paradoxos acima e explique por que as proposições nele expressas são inconsistentes.
2. As duas proposições a seguir são consistentes ou inconsistentes entre si?

Todos os empiristas britânicos acreditam que a mente é uma substância.

Alguns empiristas britânicos acreditam que a mente é uma substância.

5 Contrários e contraditórios

Na última seção, definiu-se a contradição em relação à consistência. Uma contradição é uma proposição inconsistente, e um conjunto contraditório de proposições é um conjunto de proposições inconsistentes. A contradição pode ser definida de outras maneiras que não mencionam a inconsistência:

Uma (auto)contradição é uma proposição que não pode ser verdadeira.

Um conjunto de contradições é contraditório se não houver uma maneira de tornar todas as proposições verdadeiras.

Por exemplo, “Sócrates é mortal e Sócrates não é mortal” é contraditório, e o conjunto de (duas) proposições “Sócrates é mortal” e “Sócrates não é mortal” é contraditório.

A fim de distinguir contraditórios de contrários, é conveniente restringir a discussão a pares de proposições:

Duas proposições são contraditórias se uma tiver de ser verdadeira e a outra, falsa.

Duas proposições são contrárias se não puderem ser verdadeiras ao mesmo tempo.

Estas duas proposições se contradizem:

A parede é azul.

A parede não é azul.

Estas duas proposições são contrárias:

A parede é (completamente) azul.

A parede é (completamente) vermelha.

Embora não possam ser verdadeiras ao mesmo tempo, duas proposições contrárias podem ser simultaneamente falsas. Se a parede for amarela, as duas proposições apresentadas acima são falsas.

Deve ser evidente que podemos estender a idéia das contradições e dos contrários a predicados ou propriedades:

Duas propriedades são contraditórias se uma tiver de ser verdadeira de um objeto e a outra tiver de ser falsa desse mesmo objeto.

Duas propriedades são contrárias se não puderem ser simultaneamente verdadeiras de um objeto.

Ser azul/ser não-azul são propriedades contraditórias; ser azul/ser vermelho são propriedades contrárias.

A distinção entre contrários e contraditórios é importante, porque é comum se confundirem essas duas categorias. Embora seja improvável que alguém confunda ser vermelho e ser azul com propriedades contraditórias, pode-se confundir ser rico e ser pobre ou ser generoso/ser avarento com propriedades contraditórias. Do mesmo modo, é fácil confundir não ser justo (contraditório de ser justo) com ser injusto (seu contrário). Um repolho plantado no jardim pode não ser justo, mas também não é injusto.

Alguns filósofos usaram a observação de que *ser justo* e *ser injusto* são contrários e não contraditórios a fim de ajudar a resolver o problema do mal. Eis um exemplo disso num fragmento de ensaio:

Uma solução para o problema do mal

O problema do mal só é insolúvel até o momento em que se perceba que justiça e injustiça são termos contrários

e que nenhum deles se aplica a Deus. Ser justo é estar sujeito às leis e seguir todas as leis aplicáveis. Ser injusto é estar sujeito às leis e não seguir todas as leis aplicáveis. Deus, contudo, não é justo nem injusto, visto que Ele não está sujeito a lei nenhuma. Para ser sujeito à lei, a pessoa não pode ter controle sobre ela. Mas Deus tem completo controle sobre as leis porque Ele faz todas as leis e não está sujeito a nenhuma restrição quanto ao conteúdo dessas leis. Isso é parte do que se conhece como onipotência e soberania absoluta de Deus. É por isso que Deus não foi injusto ao dizer a Abraão que matasse seu filho Isaac nem quando permitiu que Satanás torturasse Jó. Como Deus não pode ser justo nem injusto, mas faz as leis que determinam quem o será, pode-se dizer que Ele está acima da justiça e da injustiça.

E o que mais poderíamos dizer acerca de Deus no tocante à justiça e à injustiça? Como toda propriedade tem um contraditório e ao menos uma propriedade de cada par contraditório de propriedades é verdadeiro de um objeto, as propriedades contraditórias de ser justo e de ser injusto têm de ser verdadeiras de Deus. Por conseguinte, Deus não é justo nem injusto.

Consideremos um último par de termos. Supõe-se de modo geral que a subjetividade e a objetividade são simplesmente contraditórias. Seu caráter contraditório ou contrário depende da maneira como são definidas. Uma maneira de assegurar que sejam contraditórias é definir uma delas como não sendo a outra. Por exemplo:

x é subjetivo se e somente se *x* puder ser julgado por uma só pessoa e com base em sua experiência imediata.

x é objetivo se e somente se *x* não for subjetivo.

Assim definidas, a subjetividade e a objetividade são contraditórias, mas às vezes elas são definidas independentemente uma da outra, de modo que mostram ser contrários confundidos com contraditórios.

x é subjetivo se e somente se x puder ser julgado por uma só pessoa e com base em sua experiência imediata.

x é objetivo se e somente se x for publicamente observável.

Por exemplo, entidades abstratas como verdade, justiça, governo, números (não confundir com numerais) e algumas entidades físicas como as partículas subatômicas (de que só são observáveis os efeitos) não são, nos termos da definição acima, nem subjetivas nem objetivas (veja mais no capítulo 5, seção 1, "Definições").

Exercícios

1 Dado que uma frase atômica é uma frase em que nenhuma parte é bem uma frase, pode uma frase atômica ter mais de uma frase contraditória? Pode uma tal frase ter mais de uma frase contrária?

2 Categorize os seguintes pares como contrários, contraditórios ou nem contrários nem contraditórios:

- (a) alto/baixo
- (b) alto/não-alto
- (c) justo/clemente
- (d) justo/injusto
- (e) vermelho/alto
- (f) borracha/ferro
- (g) clemente/inclemente
- (h) todo-poderoso/poderoso

- (i) feliz/infeliz
- (j) responsável/irresponsável
- (k) legal/illegal
- (l) masculino/feminino
- (m) masculino/não-masculino
- (n) democrata/republicano
- (o) pobre/honesto

3 Dadas as definições abaixo, o par subjetividade/objetividade é contrário ou contraditório?

x é subjetivo se e somente se há apenas uma pessoa que pode experimentar x .

x é objetivo se e somente se as propriedades de x puderem ser determinadas por mais de uma pessoa.

6 A força de uma proposição

Os filósofos falam, muitas vezes, da força de uma proposição. Algumas proposições são mais fortes e algumas são mais fracas do que outras. Essas noções de força e fraqueza são técnicas e precisam ser definidas. Embora não sejam definições difíceis — basta que você entenda a noção de implicação —, sem essas definições você ficaria surpreso com o que os filósofos pensam da força ou da fraqueza de uma proposição.

Uma proposição p é mais forte do que uma proposição q se e somente se p implica q e q não implica p .

Por exemplo, "A maioria dos empiristas britânicos acredita que a mente é uma substância" é mais forte do

que "Alguns empiristas britânicos acreditam que a mente é uma substância".

Uma proposição p é mais fraca do que uma proposição q se e somente se p não implica q e q implica p .

Obviamente, a proposição "Alguns empiristas britânicos acreditam que a mente é uma substância" é mais fraca do que "A maioria dos empiristas britânicos acredita que a mente é uma substância". Duas proposições são igualmente fortes se uma implicar a outra e for implicada por ela.

Há muitas proposições que não podem ser comparadas em termos de força, como, por exemplo, "Platão foi filósofo" e "David Hume foi filósofo". Nenhuma das proposições implica a outra. Logo, nenhuma é mais forte ou mais fraca do que a outra. Além disso, embora a proposição "Todo filósofo grego tem uma teoria ética" possa parecer mais forte do que "É possível que algum filósofo em alguma época tenha acreditado em alguma proposição verdadeira", na realidade ela não o é, já que não implica esta última. Isto não quer dizer que essas duas proposições sejam igualmente fáceis ou difíceis de provar. Na verdade, a primeira seria mais difícil de provar ou ao menos requereria bem mais evidências, visto que faz uma asserção sobre *todos* os filósofos gregos, ao passo que a segunda o faz acerca de *algum* filósofo. Além disso, a evidência adequada a cada uma delas não seria a mesma. Se uma proposição é mais forte do que outra, essa proposição requer mais evidências ou evidências melhores

para ser provada; mas, se não se pode relacioná-las uma com a outra em termos de força, não há uma maneira geral de prever que proposição requererá maiores ou melhores evidências.

É importante que você saiba a força das proposições por vários motivos. Você tem de saber qual a força necessária a cada uma de suas premissas, a fim de provar sua tese. As premissas não devem ser mais fortes do que você precisa que sejam, porque, quanto maior a sua força, tanto maiores as evidências que vão requerer e, tipicamente, tanto mais difíceis de provar. Quanto mais fraca a proposição, tanto menores as evidências exigidas. Mas suas premissas também não podem ser demasiado fracas, porque, se o forem, não vão implicar sua conclusão; seu argumento será inválido. Ademais, se tentar provar algo que seja apresentado como mais forte do que o necessário e fracassar, você ou seu público podem chegar à falsa inferência de que sua posição é insustentável, ainda que um conjunto mais fraco de proposições pudesse ter sido suficiente para implicar sua conclusão.

Em algumas ocasiões, descobrir que algo pode ser provado por meio de uma proposição mais fraca pode constituir um grande achado filosófico. Muitos filósofos tentaram provar a existência de Deus usando como premissa "Algo está em movimento". John Duns Scotus, no final do século XIII, deu um brilhante passo ao construir uma prova que usa a proposição mais fraca "É possível que algo esteja em movimento". Essa proposição é verdadeira desde que a ideia de movimento não contenha uma contradição. Essa proposição poderia ser verdadeira mes-

mo que aquilo que os seres humanos consideram movimento fosse uma ilusão e não houvesse no mundo nenhum movimento real. Logo, essa proposição tem menos pressupostos do que a proposição mais forte "Algo está em movimento".

Suponha que você deseja escrever a favor do ceticismo. Para os nossos propósitos, digamos que o ceticismo é a visão de que nenhum ser humano sabe coisa alguma. Então, é importante decidir (como?) qual das proposições a seguir você precisa provar ou para qual delas você precisa fornecer evidências:

- 1 Toda crença que os seres humanos têm é dúbia.
- 2 Toda crença que os seres humanos têm pode ser dúbia.
- 3 Toda crença que os seres humanos têm é falsa.
- 4 Toda crença que os seres humanos têm pode ser falsa.

A proposição 2 é mais fraca que a 1; a 4 é mais fraca do que a 3. (A 3 é mais fraca do que a 2? A 2 é mais fraca do que a 4?) O filósofo fica numa melhor posição se puder se sair bem provando a mais fraca de duas proposições.

É também importante saber que força tem a proposição de seu oponente. Se ele diz "Todos os empiristas britânicos acreditam que a mente é uma substância", está dizendo alguma coisa *bem forte*. Isso quer dizer que a posição dele pode ser refutada mediante o estabelecimento de uma proposição relativamente fraca: "Algum empirista britânico não acredita que a mente é uma substância". Assim, bastaria a você provar que ao menos uma pessoa, David Hume, por exemplo, é um empirista britânico e não

acredita que a mente é uma substância. Por outro lado, se o oponente afirma "Alguns empiristas britânicos acreditavam que a mente é uma substância", ele está fazendo uma afirmação relativamente fraca e a verdade da proposição "Algum empirista britânico não acreditava que a mente é uma substância" não é suficiente para refutá-la. Você teria, em vez disso, de provar a proposição deveras forte "Nenhum empirista britânico acreditava que a mente é uma substância". Meu conselho é, mais uma vez, que você evite tentar provar isso. Em geral, quanto mais forte uma tese, tanto mais fraca precisa ser a proposição usada para refutá-la; e quanto mais fraca uma tese tanto mais forte precisa ser a proposição usada para refutá-la.

Consideradas em termos abstratos, as proposições fortes exigem muitas evidências e as fracas, poucas. Na prática, a quantidade de evidências necessária depende das necessidades do público. Você deve fornecer tantas evidências quanto o seu público necessitar para ser informado e persuadido. Considere o seguinte argumento em favor do que é uma proposição bastante forte, isto é, a de que nenhuma taxação se justifica:

Transferências não voluntárias de propriedade são violações de direitos. Um ladrão que rouba uma propriedade viola os direitos do proprietário. A taxação é uma transferência não voluntária de propriedade do indivíduo para o governo. Logo, o governo que recorre à taxação não é melhor do que um ladrão.

Embora esse argumento possa ser sólido, ele não seria convincente para a maioria dos públicos, porque ele não

Leva em conta nenhum dos argumentos relativamente óbvios contra a premissa de que "a taxação é uma transferência não voluntária de propriedade" (em livros de raciocínio crítico e de lógica informal, essa ausência de menção a todas as considerações relevantes para uma questão é chamada de *falácia das evidências suprimidas*). Considere um fragmento de ensaio escrito como réplica à passagem anterior:

A taxação de modo algum equivale ao roubo, sendo antes equivalente ao pagamento por serviços prestados. As pessoas dependem do governo para vários serviços essenciais à sua qualidade de vida, não apenas a polícia e a proteção contra incêndios, como também estradas, leis de trânsito, serviços públicos, cortes civis e criminais etc. As pessoas envolvidas em negócios dependem ainda mais do governo, como, por exemplo, para contar com leis de patentes e de importação e exportação. Na verdade, ao usar a moeda como seu meio de troca, o homem de negócios utiliza algo feito pelo governo, usando, assim, todo o maquinário do governo, toda a sua fé e crédito, a fim de ter a garantia de que o papel tem o valor que ele supõe que tenha. Por outro lado, os impostos são objeto de legislação da parte de representantes eleitos dos cidadãos, ao menos em alguns países. Como os representantes têm o direito de agir em nome daqueles a quem representam, podem eles votar em favor de impostos que recaem sobre esses mesmos representados. Estes autorizam os representantes a comprometê-los com certos cursos de ação. Em suma, a taxação é uma transferência voluntária de propriedade do cidadão para o governo como pagamento por serviços prestados por este último.

— Lógica e Argumentação no ensaio —

Esse fragmento de ensaio tem mais condições de exprimir um argumento convincente do que o primeiro. Claro que isso não fecha a questão acerca de que opinião sobre os impostos está correta. O oponente da taxação pode ter réplicas conclusivas a fazer às objeções levantadas pelo defensor. O que importa aqui é que um ensaio só é convincente se levantar justamente esse tipo de objeções e lhes der respostas. Além disso, a posição do oponente da taxação será, na verdade, fortalecida por esse processo, visto que este o obrigará a articular sua posição com fundamentos adicionais que não possam ser derrubados por objeções já levantadas.

Estas mesmas observações se aplicam ao proponente da taxação. Ele tem de explicar por que há oposição à taxação, responder a essa oposição, explicar como um oponente da taxação poderia responder e mais uma vez refutar os argumentos deste. Cada conjunto sucessivo de objeções e de réplicas tem de ser mais profundo, mais útil e mais revelador do que o antecedente — se o processo funcionar corretamente. Muitas vezes é desse modo que o progresso em filosofia ocorre. Para mais elementos sobre esse método de raciocínio, veja o capítulo 5, seção 7, "Raciocínio dialético".

Exercícios

Considere a força relativa das proposições contidas em cada conjunto a seguir. Qual das proposições é, se alguma o for, a mais forte proposição *verdadeira* do conjunto? (Claro que haverá desacordo com referência às respostas.)

- 1 (a) Todos os enunciados empíricos se baseiam na observação e em nada mais.

- (p) Todos os enunciados empíricos se baseiam em alguma observação real.
 - (c) Todos os enunciados empíricos se baseiam em alguma possível observação.
- 2 (a) Mentir é sempre errado.
- (b) Mentir costuma ser errado.
 - (c) Mentir é às vezes errado.
 - (d) Mentir nunca é errado.
- 3 (a) Matar é errado.
- (b) Matar é errado, exceto para proteger a própria vida.
 - (c) Matar é errado, exceto para proteger a vida de alguém de um atacante.
 - (d) Matar é errado, exceto para proteger a vida de alguém de um ataque desleal.

A estrutura de um ensaio filosófico

1 Esboço da estrutura de um ensaio filosófico

Sócrates não era amigo daquilo que entendia por retórica. Ainda assim, ele se dispunha a conceder que “Todo discurso deve ser construído como uma criatura viva, dotado por assim dizer de seu próprio corpo; não lhe podem faltar nem pé nem cabeça; ele tem de dispor de um meio e de extremidades compostas de modo tal que sejam compatíveis uns com os outros e com a obra como um todo” (*Fedro*, 264C). Estendendo o alcance da metáfora, assim como as partes do corpo têm diferentes formas e funções — braços, pernas, asas e chifres —, assim também as têm as partes do ensaio. Além disso, assim como diferentes animais exibem diferentes anatomias, assim também se passa com os ensaios filosóficos: alguns são mais complexos e incomuns do que outros. Todos, contudo, evoluem a partir de uma forma básica.

Neste livro, serão discutidos a forma mais básica do ensaio e seus descendentes imediatos na escala da evolução. Todas essas formas têm cabeça, tronco e cauda. Em termos prosaicos, todo ensaio deve apresentar três partes:

começo, meio e fim. Foi, creio eu, Winston Churchill quem o disse da seguinte maneira: diga o que vai fazer, faça-o, diga o que fez. Talvez você já tenha ouvido isso, e por uma boa razão: trata-se de uma verdade. Além disso, como um primeiro critério de especificação da estrutura de um ensaio, é uma valiosa observação. Mas esse truismo seria objetável se não se dissesse nada mais sobre o que entra na estrutura do ensaio e como o autor pode construir uma. Faz-se necessário um guia mais informativo (veja abaixo) sobre a redação do ensaio.

No guia mais informativo, o primeiro elemento, "diga o que vai fazer", e o terceiro, "diga o que fez", não sofrem modificações substanciais. Eles aparecem a seguir como segmentos I e V, respectivamente. O segundo elemento, "faça-o", no entanto, divide-se em três segmentos, II, III e IV.

A estrutura de um ensaio filosófico

Forma simples

- I Apresente a proposição a ser provada.
- II Apresente o argumento em favor da proposição.
- III Demonstre que o argumento é válido.
- IV Demonstre que as premissas são verdadeiras.
- V Retome de modo conclusivo o que foi provado.

O segmento I, "Apresente a proposição a ser provada", é o começo do ensaio. A proposição a ser provada costuma receber o nome de "frase da tese" ou, de modo mais simples, tese. A tese tem de ser um enunciado como "Justiça é atribuir a cada pessoa aquilo que lhe é devido", assim

como pode ter caráter histórico: "O método da dúvida de Descartes é equivalente ao ceticismo de Sexto Empírico".

Aristóteles disse: "Um discurso tem duas partes: você tem de apresentar sua tese e tem de prová-la". Embora um ensaio não seja propriamente um discurso escrito, aquilo que Aristóteles diz sobre este último pode ser aplicado ao ensaio. A divisão mais básica de um ensaio é a apresentação da tese e a prová dessa tese. A afirmação da tese vem antes da prova. Se você começar o ensaio com a primeira premissa, em vez de começar com a apresentação de sua tese, o leitor terá grandes dificuldades para compreender a relevância da premissa. Um dos motivos disso é que de uma proposição segue-se um número infinito de proposições. (É fácil, porém não relevante aqui, provar isso. Qualquer pessoa que tenha feito um curso de lógica deverá ser capaz de fazê-lo. Quem não fez esse curso pode pedir ao professor, em algum dia chuvoso, que o faça.) Embora virtualmente todas as proposições infinitas possíveis tenham uma probabilidade absurdamente baixa de ser usadas pelo autor, ainda haverá com frequência um número relativamente grande de proposições com uma probabilidade relativamente alta de ser escolhidas; é injusto e irracional que o autor espere que o leitor antecipe quais dessas ele poderá usar.

Compare escrever um ensaio com dirigir um veículo. Se o passageiro não souber o destino, vai ser-lhe difícil lembrar das ruas por onde passou. Se, por outro lado, o destino for conhecido, toda virada à esquerda e à direita, toda placa ou sinal de trânsito serão registrados com relação a esse destino. Como a filosofia pode ser difícil,

é importante dizer com toda a clareza possível o que você está tentando provar em seu ensaio. Não deve haver surpresas na filosofia, exceto as causadas por um achado expresso com clareza brilhante. Não confunda pirotecnia retórica com luz filosófica.

Claro que seu principal objetivo, ao escrever um ensaio filosófico, é a Verdade pela Verdade (*Veritas gratia Veritatis*). Outro propósito pode ser, no entanto, mostrar ao seu professor que você conhece o assunto. Antes de ler seu ensaio, o professor não vai supor nem que você conheça nem que não conheça o assunto; mas, quando ele começar a ler, o ônus de provar que você conhece o assunto é todo seu. Um ensaio sem clareza é evidência de um pensamento sem clareza.

Os segmentos II, III e IV constituem o meio do ensaio. Quanto ao segmento II, é boa prática apresentar o mais cedo possível todas as suas premissas. Isso dá ao leitor a oportunidade de ver a estrutura geral de seu argumento. O leitor tem a chance de conhecer a aparência geral da maneira como você vai proceder para provar sua tese. Então, no segmento III, mostre que seu argumento é válido, isto é, que as premissas estabelecidas o levarão de fato à conclusão. Explique de que maneira suas premissas implicam sua conclusão. Como um argumento válido só garante uma conclusão verdadeira se todas as premissas forem verdadeiras, o próximo passo de seu ensaio (segmento IV) é provar que suas premissas são verdadeiras. Apresente em primeiro lugar as evidências em favor de suas premissas. Essa é a maneira mais direta e patente de defender sua tese. Tipicamente, o público se

mostrará dúvida com relação a uma ou mais premissas suas. Levantar as objeções que você antecipa que o leitor poderá fazer ajuda a desanuviar a atmosfera, se você puder responder a essas objeções. Além disso, a resposta a objeções reforça sua defesa e a torna mais imperiosa quanto à aceitação pelo leitor.

O segmento V é o fim de seu ensaio. Há várias maneiras de terminar um ensaio. Uma delas é resumir seu argumento. Isso segue a idéia de "diga o que fez". Como vem no final de sua cuidadosa explicação, seu resumo pode supor muitas coisas. Você pode usar termos técnicos livremente e supor que o sentido de todas as suas proposições é claro. Outra maneira de terminar o ensaio é explicar que outra(s) implicação(ões) ele tem ou dizer qual é o próximo passo em sua pesquisa. Esta última conclusão não é adequada quando se está apresentando a monografia final de uma disciplina ou curso.

Outra maneira de terminar o ensaio é explicar por que os resultados obtidos são importantes, caso sua importância não tenha podido ser apreciada por sua apresentação em algum segmento anterior do ensaio. Tipicamente, é bom explicar a importância dos resultados perto do começo do ensaio, a fim de despertar o interesse do leitor. Mas às vezes não é possível avaliar essa importância antes de se percorrer todo o argumento ou a relação entre os resultados e a importância que têm é implausível sem o argumento. Nesses casos, é tanto justificável como aconselhável explicar a importância dos resultados no final.

Descrevi em linhas gerais a estrutura mais simples que um ensaio filosófico pode ter. Tipicamente, essa es-

trutura é bem mais complexa. A fim de ajudá-lo a refletir sobre essa complexidade, vamos examinar um esboço bem mais complicado da estrutura de um ensaio filosófico. Veja as páginas 85 a 88.

O esboço é, em larga medida, auto-explicativo. Ainda assim, é necessário dizer outras coisas sobre ele, visto que se trata de uma entidade abstrata e esquemática. Em primeiro lugar, nem todo ensaio conterá todos os elementos do esboço. Em segundo, nem todos conterão esses elementos na ordem aqui apresentada. Essa ordem, embora padrão, não deve ser considerada invariável; seu material deve ditar a ordem. Em terceiro lugar, alguns itens do esboço são mais ou menos os mesmos, como, por exemplo, I(a)(2) e I(b)(1). Uma das razões disso é que os ensaios de modo geral desenvolvem um passo de cada vez. É muitas vezes retoricamente mais eficaz seguir este procedimento: indicar as bases gerais, apresentar sua posição, fornecer bases mais específicas e assim por diante. Outro motivo de o mesmo tópico geral ser listado em mais de um lugar no esboço é, mais uma vez, o fato de o seu material dever ditar a ordem, o que em alguns casos significa discutir o tópico num dado lugar e outros casos, em outro lugar. Por fim, partes desse esboço — e mesmo todo ele — podem ser incorporadas como elementos a outras partes do esboço. Por exemplo, no começo do ensaio, no curso da explicação daquilo que outros filósofos pensaram sobre seu problema, você pode querer introduzir o argumento que algum outro filósofo apresenta em favor de sua posição, ou seja, você pode querer introduzir os segmentos II, III e IV do "Esboço" como elemento su-

bordinado a I(a)(2). Se você fizer isso, o esboço da primeira parte de seu ensaio conterá elementos encaixados. (Veja o box ilustrativo na página 87.)

A estrutura de um ensaio filosófico

Forma um pouco mais complexa

I Começo: apresente a proposição a ser provada.

(a) Orientação

(1) Especifique o tópico geral a ser discutido.

(2) Relate o que outros filósofos pensaram sobre o tópico.

(b) Apresente o que vai ser provado; apresente a tese.

(1) Diga quem teve a mesma opinião ou um ponto de vista semelhante.

(2) Diga quem teve uma opinião oposta ou um ponto de vista diferente.

(c) Motivação: explique por que essa tese ou tópico é interessante ou importante.

(d) Diga o que você suporá em seu ensaio, sem discussão.

II Apresente o argumento em favor da proposição a ser provada.

(a) Explique a força geral do argumento.

(b) Explique o que as premissas significam.

III Demonstre que o argumento é válido.

(a) Explique os termos usados em sentido técnico ou que são ambíguos; resolva a ambigüidade.

(b) Explique de que maneira a conclusão segue-se das premissas.

- (1) A inferência que leva a conclusões intermediárias terá de ser explicada como parte da explicação como um todo.
- (2) Às vezes é possível explicar as inferências citando regras de um sistema natural de dedução, como, por exemplo, *modus ponens* ou *modus tollens*. O mais comum é que a explicação se volte para esclarecer as relações conceituais entre os conceitos expressos nas premissas.

- (c) Apresente as regras que justificam as inferências não aparentes feitas a partir do enunciado inicial do argumento.

IV Demonstre que as premissas são verdadeiras.

- (a) Forneça as evidências em favor das premissas.
 - (1) Explique as premissas, bem como o significado de termos que podem ser entendidos erroneamente e, assim, prejudicar a verdade de suas premissas.
 - (2) Aduza as intuições do público; dê exemplos e apresente argumentos subsidiários que apóiem a verdade de suas premissas.
- (b) Levante objeções.
 - (1) Apresente objeções que tenham sido efetivamente levantadas à sua posição.
 - (i) Apresente as objeções que filósofos historicamente significativos tenham levantado com relação a seu problema;
 - (ii) Apresente as objeções levantadas por seu professor e por seus colegas;

- (2) Levante objeções que ninguém tenha levantado e que, quando respondidas, explicitem e tornem mais clara sua tese.
- (c) Responda às objeções.

V Conclusão:

- (a) Retome de modo conclusivo o que foi provado.
- (b) Indique outros resultados que se podem querer obter.

I Começo: apresente a proposição a ser provada.

- (a) Orientação
 - (1) Especifique o tópico geral a ser discutido.
 - (2) Relate o que outros filósofos pensaram sobre o tópico.

II Apresente o argumento em favor da proposição a ser provada.

III Demonstre que o argumento é válido.

- (a) Explique os termos usados em sentido técnico ou que são ambíguos; resolva a ambigüidade.

- (b) Apresente as regras que justificam as inferências não aparentes feitas a partir do enunciado inicial do argumento.

IV Demonstre que as premissas são verdadeiras.

- (b) Apresente o que vai ser provado; apresente a tese.
 - (1) Diga quem teve a mesma opinião ou um ponto de vista semelhante.

(2) Diga quem teve opinião oposta ou um ponto de vista diferente.

(c) Motivação: explique por que essa tese ou tópico é interessante ou importante.

II Apresente o argumento em favor da proposição a ser provada.

III Demonstre que o argumento é válido.

IV Demonstre que as premissas são verdadeiras.

V Conclusão

2 Anatomia de um ensaio

Reproduzimos a seguir um exemplo de ensaio, "A teoria de Hobbes da moralidade segundo a ordem divina", que ilustra a maioria dos itens da estrutura de um ensaio filosófico discutida na seção anterior. As passagens do texto foram numeradas ([1]-[22]) para referência ao comentário

[1] O título é uma parte extremamente importante do ensaio porque, se formulado com habilidade, ajuda a compor as duas partes mais importantes do inicio de um ensaio. Como é sempre a primeira coisa que o leitor vê, antes mesmo do nome do autor, o título cria a primeira impressão. O título deve veicular uma gama restrita de tópicos a partir dos quais é selecionado o tópico principal. O título "A teoria de Hobbes da moralidade segundo a ordem divina" indica, evidentemente, que o principal tópico da discussão não incluirá elefantes nem eras geológicas. Ele restringe o tópico à interseção de tópicos sobre Hobbes e a teoria da moralidade segundo a ordem divina.

Claro que a compreensão do título depende em larga medida do grau de informação do público. O título é mais informativo para alguém que saiba quem é Hobbes e o que é a teoria da moralidade segundo a ordem divina.

fornecido sob o texto do ensaio. Para melhores resultados no uso dos comentários, dê uma lida rápida em todo o ensaio (ele é bem curto). Depois, volte ao começo dele e leia cada item numerado e a nota a ele correspondente.

[1] A teoria de Hobbes da moralidade segundo a ordem divina

[2] O problema central da filosofia moral de Thomas Hobbes é responder à seguinte interrogação: "Por que os seres humanos estão obrigados a seguir as leis morais?"

[3] Há duas maneiras essenciais de interpretar a resposta de Hobbes a essa pergunta. [4] A primeira é a de que os seres humanos têm de obedecer à lei moral porque Deus

[2] A primeira frase deve fazer a transição entre o caráter abstrato e esquemático do título e o caráter concreto e específico do ensaio. A transição é bem suave nesse ensaio, visto que a expressão "filosofia moral de Thomas Hobbes", na primeira frase, faz eco a duas das palavras contidas no título. O item [2] satisfaz I(a)(1): Especifique o tópico geral a ser discutido. (A diferença entre I(a)(1), I(b)(1) e I(b)(2) reside apenas na relação que as frases têm com outras partes do ensaio.) I(a)(1) é um relato da história do problema que não vincula esta história com a tese do autor; I(b)(1) e I(b)(2) relatam essa história em sua relação com essa tese.

[3] Essa frase introduz I(a)(2): Relate o que outros filósofos pensaram sobre o tópico.

O item [3] é, por outro lado, *proléptico*, isto é, ele exprime de maneira geral algo que precisa ser relatado em detalhes. As frases prólepticas assemelham-se a promessas implícitas de falar mais sobre o tópico. Essas promessas precisam ser cumpridas assim que for possível. Em nosso caso, a promessa é cumprida nas frases seguintes: [4] a [7].

[4] Esta frase é a primeira parte da explicação do que foi dito em [3].

lhes ordena que obedeçam. [5] Essa interpretação é de modo geral conhecida como Tese de Taylor-Warrender. [6] A outra interpretação diz que os seres humanos devem

[5] Esta frase dá o nome da interpretação a que se faz referência em [4]. Seria apropriado introduzir aqui uma nota com referências ao trabalho acadêmico de Taylor, de Warrender e de qualquer outro estudioso que o autor julgar que fornece fundamentos relevantes ao assunto. Essa nota não aparece aqui por razões de simplicidade.

O item [5] também marca o lugar no qual se poderia incluir uma discussão do trabalho de Taylor e de Warrender, caso o autor deseje ampliar o ensaio. Por exemplo, a frase [5] poderia ser facilmente transformada em três:

[5] Essa interpretação é de modo geral conhecida como Tese de Taylor-Warrender. [5a] A. E. Taylor apresentou pela primeira vez a tese com as seguintes palavras: "Só posso tornar consistentes um com o outro os enunciados de Hobbes supondo que ele considerava com toda a seriedade aquilo que diz com tanta freqüência: que a 'lei natural' é a ordem de Deus, devendo, pois, ser obedecida *por ser* ordem de Deus". (A. E. Taylor, "The Ethical Doctrine of Hobbes", in *Hobbes studies*, ed. por Stuart Brown, Oxford, Basil Blackwell, 1965, p. 49). [5b] Howard Warrender elaborou mais tarde uma variante da tese nos seguintes termos: "[De acordo com Hobbes], a razão pela qual *devo* cumprir o meu dever é que Deus me ordena que o faça" (*The Political Philosophy of Hobbes*, Oxford, Clarendon Press, 1957, p. 213).

Essas três sentenças ([5], [5a] e [5b]) poderiam ser expandidas em dez ou mais se isso fosse necessário ou desejado, de preferência descrevendo, em vez de citando, suas idéias.

A citação ou outras indicações do pensamento de outros estudiosos sobre uma questão filosófica oferece bases ao leitor ideal e evidências a seu professor de que você pesquisou e está bem informado sobre seu tópico. Há muitos outros pontos deste ensaio que podem ser expandidos de várias maneiras. Veja por exemplo a nota ao segmento [11].

[6] Esta e a próxima frase completam a discussão de I(a)(2). Veja a estrutura paralela de [4], que começa com "A primeira" e de [6], que começa com "A outra interpretação". Esse tipo de estrutura une diferentes frases e contribui para o que é chamado de "coerência" ou "coesão".

obedecer às leis morais porque essas leis são racionais, no sentido de serem dedutíveis pela razão. [7] Podemos denominá-la Tese Secular.

[8] Neste ensaio, apresento uma interpretação que é uma versão da Tese de Taylor-Warrender. [9] Segundo essa tese, para Hobbes, uma ação é moral quando Deus a ordena. [10] Minha interpretação, porém, incorpora igualmente o principal elemento da Tese Secular, visto que aquilo que Deus ordena é deduzível pela razão.

[11] Hobbes afirma com freqüência que as leis morais, por ele identificadas com os ditames da razão, são leis

[7] Esta frase está coordenada com [5]. Ela completa a discussão de I(a)(2): "Relate o que outros filósofos pensaram sobre o tópico".

[8] Esta frase satisfaz I(b): "Apresente o que vai ser provado; apresente a tese".

[9] Esta frase satisfaz parcialmente I(b). Ela dá uma explicação adicional à tese, repetindo ligeiramente as informações dadas em [6], mas a repetição é proveitosa se o autor julgar que o público pode não estar familiarizado com os estudos sobre Hobbes. A repetição evita que o leitor tenha de voltar para ver o que é a Tese Taylor-Warrender.

[10] Esta frase continua a satisfazer I(b). Tal como [9], ela repete ligeiramente as informações dadas antes.

[11] As frases deste segmento satisfazem tanto II — "Apresente o argumento em favor da proposição" — como IV — "Demonstre que as premissas são verdadeiras". O argumento é tão breve e simples que suas premissas nem sequer são dadas no ensaio. Uma consequência disso é que não há necessidade de incluir no ensaio coisa alguma que satisfaça o item III: "Demonstre que o argumento é válido".

Se se explicitasse o argumento, ele teria a seguinte forma:

Se Hobbes diz que as leis da natureza são leis divinas, então Hobbes acredita que as leis da natureza são leis divinas.
Hobbes diz que as leis da natureza são leis divinas.

Hobbes acredita que as leis da natureza são leis divinas.

divinas (*Leviathan*, editado por C. Macpherson, Penguin Books, 1962, c. 31, p. 399). Ele afirma ainda que "A Palavra de Deus deve, pois, ser levada igualmente em consideração no tocante aos Ditames da razão e da eqüidade" (*Leviathan*, p. 456; ver também *De Cive*, 4.1). A partir das muitas passagens que podem ser citadas, fica claro que é genuína a adesão de Hobbes a essa doutrina; ele não a enunciou casualmente nem o fez com reservas.

[12] A concepção segundo a qual se deve obedecer às leis morais por serem elas ordenadas por Deus pode igual-

(Alguns filósofos diriam que [11] não exprime um argumento, mas só uma proposição e a evidência para a sua verdade. Não desejo discutir isso aqui e peço que ele seja aceito como um argumento para fins de exposição.)

Há uma boa razão para mostrar esse argumento simples aqui, embora não no próprio ensaio. Alguns estudiosos julgam que o argumento não é sólido; dependendo da definição de "diz", é a primeira ou a segunda premissa que é falsa. Por exemplo, Leo Strauss acha que, por razões políticas, Hobbes escreveu, como muitos outros filósofos, palavras que não desejava ver tomadas literalmente. Num ensaio curto como este (cerca de duas páginas), não há espaço para discutir a interpretação de Strauss e nem sequer para mencioná-la.

Se o ensaio fosse ampliado para uma versão de 10-20 páginas, seria apropriado introduzir as ideias de Strauss neste ponto. (Para uma discussão adicional disso, veja capítulo 4, seção 4, "Elaboração sucessiva".)

Consideremos agora a maneira como [11] satisfaz o item IV. Na primeira frase de [11], o autor dá como referência *Leviatã*, que substancia propositadamente sua posição. Na frase seguinte, o autor cita de fato as palavras de Hobbes como evidência de sua concepção, além de fornecer mais uma referência à obra deste. A última frase do parágrafo afirma que seria possível apresentar mais evidências, mas não as apresenta. O autor já fundamentou satisfatoriamente a verdade da premissa "Hobbes diz que as leis da natureza são leis divinas". Num ensaio mais longo, contudo, mais evidências e alguma discussão delas teriam de ser oferecidas.

[12] Este parágrafo desenvolve um segundo argumento em favor da tese do autor. Embora teoricamente um único argumento sólido em favor

mente ser provada por um argumento que Hobbes não poderia deixar de aceitar. As leis morais são leis. Todas as leis requerem um legislador. Não há outro legislador da lei moral além de Deus. Logo, Deus é o legislador da lei moral.

de uma proposição seja suficiente para prová-la, na prática é muitas vezes necessário ao autor desenvolver no ensaio mais de um argumento, a fim de alcançar seu propósito. Há ao menos duas razões para isso. Em primeiro lugar, o público com frequência não o reconhece como sólido se ele for o único argumento sólido apresentado em favor da conclusão. Parece ser um fato psicológico sobre os seres humanos ser mais fácil aceitar algum argumento como sólido se houver vários outros argumentos, ainda que logicamente independentes do primeiro, que levem à mesma conclusão. Em segundo lugar, o público do autor é heterogêneo. Diferentes pessoas reconhecerão como sólidos diferentes argumentos. Uma pessoa pode ser persuadida por um argumento sólido e outra por outro, dependendo de suas crenças e dos princípios de evidência que sustentarem antes da leitura. Assim, para persuadir muitas pessoas, é tipicamente necessário desenvolver vários argumentos em favor da mesma conclusão. Isso, no entanto, não significa que o autor deva apresentar seus argumentos com demasiada brevidade nem com insuficiência de detalhes. Não é do mesmo modo um estímulo para que ele apresente o máximo de argumentos que puder, por piores ou aparentemente piores que eles sejam. Apresentar um argumento ruim ou um argumento que pareça ruim pode prejudicar o objetivo do autor. Ainda que um argumento não-sólido em favor de uma proposição não indique que ela é falsa, pode-se causar, com isso, o efeito psicológico de levar o público a pensar que a proposição é falsa. No tocante ao caráter persuasivo ou não do ensaio, apresentar 20 argumentos ruins em favor de uma tese pode fazer muito mais mal do que apresentar apenas um argumento sólido. Deve-se enfatizar ainda que uma conclusão é verdadeira se houver ao menos um argumento sólido em seu favor e que a existência de um milhão de argumentos ruins em seu favor não prova que a conclusão seja falsa.

Se o argumento do item [12] fosse explicitado, sua forma seria:

As leis morais são leis.

Todas as leis precisam de um legislador.

Não há legislador da lei moral além de Deus.

Deus é o legislador da lei moral.

[13] Uma objeção à minha tese é a de que Hobbes não recorre a Deus ao deduzir as leis morais. [14] Com respeito a essa objeção, afirmo não ser necessário que Hobbes mencione Deus na dedução de leis morais. [15] O primeiro passo para compreender por que isso é verdade consiste em distinguir entre a forma e o conteúdo da lei. [16] Para Hobbes, como para todos os teóricos que recorrem à ordem

[13] Essa frase introduz o item IV(b): "Levante objeções". Ela é a frase do parágrafo que introduz seu tópico. Ela convida à questão "Por que Hobbes menciona Deus em sua dedução da lei moral?", sendo esta respondida nas frases imediatamente seguintes.

Trata-se de uma objeção padrão levantada pelos adversários da Tese Taylor-Warrender. Assim, enquadra-se mais especificamente em IV(b)(1)(i). Neste ensaio mais longo, seria apropriado fazer referência a pelo menos o mais importante desses oponentes, e até descrever com alguma extensão sua objeção. Se este ensaio fosse o esboço de um ensaio mais longo, elaborado pelo autor de acordo com o método da "Elaboração sucessiva", esse seria o lugar apropriado para expandi-lo da maneira descrita. Sendo ele breve, mesmo as referências aos oponentes de Taylor e de Warrender foram omitidas. Este segmento exprime de modo não qualificado a visão geral do autor. Essa visão geral precisa ser elaborada, o que vem nas frases seguintes.

[14] Esta frase começa a responder à objeção levantada em [13]. Começa, assim, a satisfazer o item IV(c).

[15] Esta frase dá continuidade ao item IV(c). Embora não seja óbvio — nem precise ser —, a partir desta frase, que a distinção entre forma e conteúdo é muito importante, no momento certo será. É importante que o autor não apresse sua exposição. Ele não deve tentar dizer o que há para ser dito em uma ou duas frases; é preciso que ele desvele seu pensamento passo a passo, nem de forma apressada nem tardiamente.

O ponto mais importante do ensaio não deve ser introduzido em resposta a uma objeção, dado que uma resposta é de modo geral uma parte subordinada dele, mas é muitas vezes legítimo introduzi-la como réplicas pontos dotados de certa importância. Se todas as réplicas forem relativamente sem importância, a leitura do ensaio será um tédio.

[16] Esta frase dá continuidade a IV(c). Além disso, embora se inicie remetendo a Hobbes ("Para Hobbes"), ela amplia de imediato sua importância

divina ao tratar da obediência às leis morais, toda lei tem duas partes: há o seu conteúdo, que exprime o que se tem de fazer, e a sua forma, expressão da autoridade que obriga a fazer o que se tem de fazer. [17] Por exemplo, a frase "Ordeno que todos os que tomarem algo em empréstimo devolvam o objeto em questão no mesmo estado em que se encontrava quando do empréstimo" é usada apropriadamente para exprimir uma lei quando enunciada por um soberano. [18] Ela é divisível em duas partes. [19] A expressão "ordeno" exprime a forma da lei ou, como diz Hobbes, "O estilo de uma Lei é *Ordenamos*" (*Leviathan*, p. 588; ver também p. 317). [20] O resto da frase exprime seu conteúdo.

[21] Embora a forma das leis morais seja imediatamente clara (eu, Deus, ordeno), seu conteúdo não o é,

ao generalizar ("como para todos os teóricos que recorrem à ordem divina"). O resto da frase serve então para caracterizar a diferença entre a forma e o conteúdo da lei. Uma caracterização é sempre geral e abstrata.

A frase seguinte torna a caracterização mais clara ao ilustrá-la com um exemplo.

[17] Esta frase dá um exemplo daquilo que é caracterizado em [16]. Ela torna a caracterização menos abstrata.

[18] Esta frase começa a explicar o exemplo. Ela é proleptica, realizando-se nas duas frases seguintes, [19] e [20].

[19] Esta frase explica que parte do exemplo concerne à forma da lei, vinculando-a com as palavras de Hobbes ("como diz Hobbes"). Há uma certa redundância na informação dada em [19], mas essa repetição se justifica, dado que o autor apresenta um ponto que o público provavelmente não conhece e explicá-lo de duas maneiras distintas reduz o ônus do leitor.

[20] Esta frase está coordenada com [19], mas [19] é bem mais breve do que ela. Ao que parece, é preciso dizer mais, o que é feito no próximo parágrafo.

[21] As expressões "a forma das leis morais" e "seu conteúdo", na primeira frase deste parágrafo, unem este parágrafo ao imediatamente precedente. Mais uma vez é criada coesão.

porque os seres humanos não têm acesso direto a Deus, visto ser Ele invisível bem como infenso a ser percebido de outras maneiras. Não obstante, há certos conhecimentos que os seres humanos têm a respeito de Deus, como o de ser Ele racional. Além disso, as leis têm de ser racionais; é impossível haver uma lei irracional ou contraditória. Ora, como tudo o que é racional é deduzível pela razão, o conteúdo da lei moral também o é.

[22] Conclui-se, assim, que o conteúdo da lei moral é deduzível pela razão, porém não a partir de nosso conhecimento da natureza de Deus; e a ordem de Deus é o que torna esse conteúdo uma lei e, por conseguinte, de obediência obrigatória.

A maior parte deste parágrafo apresenta uma reconstrução da maneira como Hobbes vincula o conteúdo de uma lei moral como racional (ou deduzível) com a forma de uma lei moral.

Isso completa a discussão de IV(c).

[22] Este parágrafo satisfaz V: Conclusão. Ele resume o argumento de todo o ensaio.

A elaboração

Há vários modos e estágios de elaboração de um ensaio. Pode-se distinguir entre preliminares da redação, redação do primeiro esboço e redação de esboços sucessivos. Entre as preliminares da redação estão a escolha do tema e o esboço do ensaio. A redação de esboços sucessivos inclui fazer o segundo e o terceiro esboços e o aprimoramento do texto. Nem todos esses tópicos serão discutidos neste capítulo. Você pode encontrar a discussão de todos eles em livros gerais sobre redação. Mas há um ponto que desejo enfatizar: a redação deve ocorrer em estágios. Não espere produzir um ensaio de alta qualidade se o redigir de uma só vez, num só esboço. Há muitos alunos que julgam ter talento para escrever. Eles estão enganados. Há bem menos gênios do que se pensa, e mesmo pessoas geniais em redação reconhecem a necessidade de se preparar para escrever e de reelaborar. Talvez Thomas Edison tenha razão: “Gênio é 1 por cento inspiração e 99 por cento transpiração”. É grande demais o número de alunos que não percebem que escrever é uma espécie de trabalho. Depois de Adão ter pecado, disse-lhe Deus (Gênesis 3,17):

Por teres escutado a voz de tua mulher
e comido da árvore da qual eu te havia prescrito não comer,
o solo será maldito por sua causa.
É com fadiga que te alimentarás dele
todos os dias de tua vida.
E com fadiga escreverás teus ensaios
todas as noites de tua vida.

É trágico que algum escriba, cosmicamente deprimido por seu destino, tenha omitido os dois últimos versículos em algum estágio da transmissão da Bíblia, como é de conhecimento geral.

Falei com alguma extensão e alguma rudeza dos estágios de elaboração do ensaio porque deixar de lado esses estágios é o erro individual mais comum da redação escolar: é demasiado freqüente que os alunos não consigam preparar-se adequadamente antes de fazer o primeiro esboço e nem façam uma revisão do texto.

Quanto à maioria dos estágios de elaboração, não é preciso acrescentar aqui coisa alguma, visto que a maioria dos estágios de elaboração de ensaios filosóficos é igual aos de outras disciplinas, mas há algumas técnicas de elaboração com as quais os alunos parecem ter problemas especiais quando tentam escrever ensaios filosóficos, bem como algumas técnicas que desenvolvi e que não são discutidas em outros livros. Restringirei minhas observações a esses tópicos.

1 Como escolher um tema de ensaio

A primeira coisa a fazer antes de escrever o primeiro esboço é escolher um tema. Seu professor pode ter sugerido

ou a você temas específicos a partir dos quais escolher ou permitido que você decida sobre qual vai discorrer a partir de algum tema geral. Como esta última possibilidade é a mais problemática, vou supor que você se encontra nessa situação. Alguns temas gerais são:

- o problema dos universais;
- a natureza do livre-arbítrio;
- o problema do determinismo;
- a relação mente/corpo;
- a teoria platônica do Bem;
- o argumento ontológico de Anselmo;
- o significado do *cogito, ergo sum* de Descartes.

É quase impossível escrever um ensaio se o seu tema não for mais específico do que esses. Observe que esses tópicos são formulados como frases nominais. Eles não comprometem o autor de um ensaio com nenhuma posição particular. Por exemplo, o primeiro tópico, o problema dos universais, é neutro entre a crença na existência e a crença na inexistência dos universais. Os temas de ensaio devem ser neutros. O autor do ensaio deve comprometer-se com alguma posição, que pode ser verdadeira ou falsa. Claro que o autor sempre tenta provar a tese que julga verdadeira, mas, seja verdadeira ou falsa, essa tese tem de ter um valor de verdade. Para ter certeza de que seu tema de fato exprime alguma tese, formule-o como uma frase declarativa:

- Não há universais.
- Nenhum ser humano tem livre-arbítrio.
- O determinismo está certo.
- A mente e o corpo são idênticos.

Para os nossos propósitos, pouco importa se você argumenta em favor da existência dos universais ou contra ela. O que interessa é que você se compromete com alguma posição, porque é a partir desse compromisso que seu ensaio se desenvolverá.

Os tópicos acima indicados podem ser apropriados para ensaios em classes introdutórias de filosofia. Em classes avançadas, seriam demasiado amplos. Quanto mais avançado o estudo de algum tópico, tanto mais restritos são os temas. Um dos motivos disso é que, em classes introdutórias, os alunos sabem menos sobre os tópicos e têm menos a dizer sobre eles, o que torna necessário serem mais amplos esses tópicos. Em cursos avançados, os alunos sabem mais e têm mais a dizer sobre os tópicos, o que permite que estes sejam mais particularizados. As pessoas que se queixam de que a filosofia profissional é demasiado restrita não percebem ser esse um sinal de progresso da filosofia. Quantas delas se queixariam da estreiteza da maioria dos projetos científicos de pesquisa?

2 Técnicas de elaboração

Há algumas técnicas que você pode empregar para começar o processo de esboçar seu ensaio:

Esboço de suas idéias (seção 3)

Elaboração sucessiva (seção 4)

Anotação de conceitos (seção 5)

Nenhuma destas técnicas é inherentemente melhor do que qualquer outra. A melhor técnica é a que leva

o ensaio a ser escrito. Sim, escrito. Se vale a pena fazer alguma coisa, isso por certo o vale. Não é preciso dizer que escrever um bom ensaio é ainda melhor do que escrever um ensaio ruim. A melhor técnica depende do autor e das circunstâncias em que ele escreve. Os alunos escrevem, de modo geral, por encomenda: "Sua tarefa para segunda-feira é escrever um ensaio de mil palavras sobre 'A influência do misticismo indiano na doutrina da descida da alma de Plotino'". Esse é provavelmente um tópico sobre o qual você não iria querer escrever no curso normal dos eventos. Com relação a alguns tópicos, seu pensamento pode ser suficientemente bem ordenado para lhe permitir esboçar imediatamente suas idéias.

Quanto a outros temas, você pode apenas saber que quer defender uma certa posição e precisa elaborar isso ao longo de sucessivos esboços. Com outros temas, ainda, talvez no começo você só tenha alguns pensamentos dispersos que precisam ser registrados por escrito sem ser censurados por suas faculdades críticas.

Essas técnicas não são mutuamente exclusivas. Podem-se usar duas delas e até as três na elaboração de um ensaio. Da mesma forma, duas delas ou as três podem ser usadas em certos segmentos do ensaio, mas não em outros. Quando se usam várias técnicas, não importa a ordem em que elas são usadas. Além disso, pode-se usar uma dada técnica mais de uma vez: você pode usar uma técnica, empregar em seguida outra e depois voltar à primeira.

3 Esboço

O esboço serve ao mesmo propósito do "Esboço da estrutura de um ensaio filosófico", do capítulo 3. Esta técnica torna mais claro o conteúdo de seu ensaio, ao tornar mais clara sua estrutura. No curso desses esforços iniciais de elaboração, o esboço pode ser útil tanto para você saber o que quer falar quanto para saber como deve dizer.

Quando eu fazia graduação, o ponto culminante de "História da Literatura Inglesa: de *Beowulf* a *The Waste Land*" (um curso de um ano inteiro obrigatório para todos os alunos do segundo ano, inclusive alunos de engenharia e de administração) era a apresentação de um relatório de pesquisa com 6 mil a 7 mil palavras. Era necessário apresentar, além do próprio relatório, todas as anotações acumuladas no processo de pesquisa, todos os esboços preliminares e um esboço do ensaio com evidências comprobatórias. (Havia histórias de alunos mais ambiciosos, que apresentavam esse material em caixas grandes, embora eu nunca tenha visto isso.)

Esperava-se que o esboço fosse escrito antes da redação do ensaio. Eu trapaceei. Como não tinha habilidade para escrever esboços, escrevi o meu depois de pronto o ensaio. Justifiquei essa violação com o argumento segundanista — ou seria platônico? — de que só podia saber como seria o esboço depois de ter escrito o texto. Apesar disso, escrever o esboço depois do ensaio não é má idéia se for um meio de verificar sua coerência e inteligibilidade. Se puder escrever um esboço plausível a partir de seu texto, você terá a certeza de que ele tem

uma estrutura inteligível. Se descobrir que não pode fazê-lo, alguma coisa está errada com sua estrutura e você deve corrigi-la.

4 Elaboração sucessiva

Uma técnica que meus alunos consideram muito útil para melhorar sua redação é o que denomino "elaboração sucessiva". Com essa técnica, você começa declarando numa frase a tese ou ponto principal de seu ensaio. Ao tentar formular essa frase, você não deve se preocupar com aquilo de que seu público poderá precisar como informação de base nem deve ser timido no uso de termos técnicos. A informação de base e a explicação dos termos técnicos serão dadas nas versões subsequentes. Por exemplo, você pode saber que deseja que seu ensaio prove o seguinte:

Algumas ações humanas são livres.

Seu próximo passo é desenvolver essa frase, talvez oferecendo as premissas que, segundo seu ponto de vista, a provam:

Algumas ações humanas são livres, visto que os seres humanos são considerados responsáveis por algumas ações e porque as pessoas só podem ser consideradas responsáveis por ações livres.

Agora é preciso elaborar esse fragmento de ensaio, o que se pode fazer de várias maneiras sugeridas pelo pró-

prio ensaio. O que é uma ação? O que significa uma ação livre? O que é responsabilidade? Nem todas essas perguntas precisam ser respondidas na próxima elaboração:

Algumas ações humanas são livres, visto que os seres humanos são considerados responsáveis por algumas ações e porque as pessoas só podem ser consideradas responsáveis por ações livres.

Para compreender esse argumento, é preciso explicar ou definir vários termos. Refiro-me à ação livre como uma ação que não seja causada por nenhum outro evento além de por um ato de vontade. Ser responsável por uma ação implica levar em conta uma ação pela qual a pessoa possa ser louvada ou criticada. E ação é, a meu ver, toda mudança no corpo ou na mente.

Essa elaboração sugere outras interrogações e questões: por que a questão do livre-arbitrio é importante? Por que alguns filósofos julgam que nenhuma ação é livre? A elaboração desses fragmentos de ensaio é feita por meio da tentativa de dar uma resposta a essas perguntas por inteiro ou em parte. Observe que o ensaio, tal como foi elaborado até agora, começa abruptamente. Tanto a questão "Por que a questão do livre-arbitrio é importante?" como a noção de responsabilidade presente no argumento central sugerem uma introdução apropriada. Embora os alunos julguem que a introdução é a primeira coisa que se escreve e a conclusão, a última, parece-me que na maioria das vezes o oposto é verdadeiro. Você não pode introduzir o leitor com relação ao ponto em que deseja levá-lo sem ter uma clara idéia de onde quer chegar. Leia, agora, esta elaboração:

Uma das mais importantes questões enfrentadas pelos seres humanos é igualmente uma das interrogações centrais da filosofia. Ela refere-se à liberdade e à responsabilidade. Neste trabalho, alegarei que algumas ações humanas são livres, visto que os seres humanos são considerados responsáveis por algumas ações e porque as pessoas só podem ser consideradas responsáveis por ações livres.

Para compreender esse argumento, é preciso explicar ou definir vários termos. Refiro-me a "ação livre" como uma ação que não seja causada por nenhum outro evento além de por um ato de vontade. "Ser responsável por uma ação" implica levar em conta uma ação pela qual a pessoa possa ser louvada ou criticada. E "ação" é, a meu ver, toda mudança num corpo ou numa mente causada por um movimento interior a esse corpo ou a essa mente.

O principal obstáculo à idéia de que algumas ações humanas são livres é a crença na causação universal, isto é, a concepção segundo a qual todo evento é causado por algum outro evento.

Neste exemplo de elaboração sucessiva, adicionei texto ao começo e ao fim do fragmento de ensaio. É muitas vezes necessário inserir frases entre as frases existentes, tendo-se de modificar estas últimas a fim de acomodar o novo texto.

As grandes vantagens desse método de elaboração de um ensaio são a ordem e o controle. O método é ordenado porque cada acréscimo se justifica e é convidado por alguma parte específica do texto, e é controlado porque, a cada estágio da elaboração, o autor sabe o que ditou a presença do texto adicionado; a cada estágio, ele

sabe o que está antes e que é, por isso, mais essencial do que outras partes.

Um aluno poderia rejeitar o processo de elaboração sucessiva com base no argumento de que ele o compromete em demasia num estágio sobremodo inicial de seu texto. Ele poderia protestar: "E se eu cometer um erro? E se a proposição que elaborei como tese principal estiver errada? E se eu formular maus argumentos em favor de minha tese errada? E como posso saber se minha tese está errada e se meus argumentos são ruins, a não ser que comece com bons argumentos?"

Minha resposta é que, mesmo que o autor comece a esboçar um ensaio com uma tese que ele mais tarde descubra ser falsa, e mesmo que elabore em seu favor argumentos que ele mais tarde considere espúrios, ele pouco ou nada terá perdido, porque, ao descobrir que uma tese é falsa, o autor terá descoberto indiretamente a verdade: a negação de sua tese original. Além disso, ele terá identificado alguns argumentos que podem levar ou levaram outras pessoas a crer na tese falsa, isto é, os próprios argumentos que o autor concebeu em favor de sua tese original.

Essas não são descobertas estéreis porque, no mínimo, o autor pode reformular com grande facilidade o ensaio que pretendia escrever inicialmente. Suponha que o autor tivesse originalmente a intenção de apresentar como tese principal "Os unicórnios existem". Suponha que seus argumentos básicos fossem tais e tais razões. Mas então ele descobre que seu raciocínio estava errado por essas e aquelas razões. Nesse caso, ele reformularia o ensaio da seguinte maneira:

É plausível que os unicórnios existam. Por tais e tais razões. Contudo, esse argumento não é convincente. Por essas e aquelas razões.

O que o autor descobre muitas vezes, ao fazer um esboço, não é somente que sua tese estava errada, mas também que ela era simplista e precisava de alguma qualificação ou de outra restrição que a tornasse verdadeira. Por exemplo, em seu desejo de refutar o determinismo, um aluno poderia formular, de início, uma tese demasiado forte como "Todas as ações humanas são livres"; então, pensando que respirar e digerir são ações humanas, poderia enfraquecer a tese para "Algumas ações humanas são livres".

Exercícios

- 1 Apresente em no máximo 35 palavras o ponto principal de um artigo ou capítulo indicado para leitura por seu professor.
- 2 Apresente em 60-85 palavras o ponto principal de um artigo ou capítulo indicado para leitura por seu professor.
- 3 Apresente em 140-165 palavras o ponto principal de um artigo ou capítulo indicado para leitura por seu professor.
- 4 Este exercício tem três partes:
 - (a) Apresente em no máximo 35 palavras o ponto principal de um artigo ou capítulo indicado para leitura por seu professor.
 - (b) Reapresente o ponto principal do artigo ou capítulo descrito em (a) usando 60-85 palavras. Esse curto ensaio tem de incorporar quase literalmente as frases escritas em resposta a (a); só são permitidas mudanças estilísticas menores, como pontuação e inserção e omissão de expressões de

ligação entre frases. O mesmo ocorre com a interpolação de novas frases entre as de (a).

(d) Reapresente o ponto principal do artigo ou capítulo descrito em (b) usando entre 140 e 165 palavras. Aplicam-se a esse ensaio as mesmas restrições especificadas em (b).

5 Anotação de conceitos

As duas técnicas discutidas, o esboço e a elaboração sucessiva, supõem que o autor tenha um bom domínio da estrutura e da direção do ensaio antes de começar a escrever. Mas na maioria das ocasiões não é esse o caso. Uma boa maneira de descobrir a direção e a estrutura é aquilo que denomino anotação de conceitos. Trata-se de uma espécie de escrita sem censura semelhante àquilo que os teóricos da escrita chamam de escrita livre e outros chamam de tempestade cerebral.

A anotação de conceitos atende a dois propósitos. Em primeiro lugar, ela impede o bloqueio do escritor, quase sempre decorrente do medo de nada ter a dizer ou de que aquilo que se diz está errado. Os estudantes às vezes transformam essas causas do fato de não escreverem em justificativa desse fato. Isso é uma infelicidade. A anotação de conceitos previne o bloqueio do escritor por ser um processo no qual nada do que é escrito é considerado errado. Na realidade, tudo quanto se escreve contribui de alguma maneira para o produto final, seja ele qual for, ainda que aquilo que for escrito seja descartado. Além disso, até mesmo o pensamento de que o autor

nada tem a dizer conta como um legítimo pensamento a ser expresso. Uma vez que seja escrita a frase

Nada tenho a dizer a respeito do problema dos universais, outra se sugere:

Eu nem sequer sei o que são universais.

E outras:

O professor Rebus argumentou da seguinte maneira: supõnia que um pedaço de papel chamado *A* seja branco e outro chamado *B* também seja branco. Eles têm, nesse caso, alguma coisa em comum, a brancura, e esta não é idêntica nem em *A* nem em *B*. Coisas como essa são universais.

A anotação de conceitos objetiva seu fluxo filosófico de consciência, que permanece misterioso, assustador e impenetrável até ser externalizado.

O segundo propósito dessa técnica é proporcionar a você materiais a serem organizados e avaliados na preparação da redação de um bom primeiro esboço. Tipicamente, a anotação de conceitos não produz um bom esboço, nem é essa a sua meta.

É muito comum que, quando deseja começar a escrever, você só disponha de alguns pensamentos esparsos acerca de seu tema de ensaio. Você pode ter ainda algumas frases ou exemplos que sabe que deveriam aparecer em algum lugar do ensaio, ainda que essas frases não apresentem a tese central e que seus exemplos precisem ser situados no contexto próprio. O que você precisa fazer

é escrever os primeiros pensamentos que lhe ocorrerem sobre o tópico. Eles não têm de ser precisos nem completos. Você pode ter na mente só uma palavra ou frase sobre a qual gostaria de refletir e mais tarde desenvolver. Também não é necessário que esse pensamento siga uma ordem particular. Nesse estágio, o importante é conseguir extrair da cabeça pensamentos meio formados e registrá-los no papel, para que eles possam ser observados objetivamente. É melhor registrar por escrito os pensamentos que você tem, por mais primitivos e incoerentes que eles sejam, do que esperar que eles se formem. Haverá bastante tempo, mais tarde, para perceber que rumo eles tomam e como podem promover o seu argumento. Você poderá descobrir que deseja afirmar justo o oposto daquilo que escreveu de início. Isso não constitui um problema, porque esses pensamentos iniciais apresentam ou alguma coisa contra a qual argumentar ou a base da demonstração e da eliminação de confusões que outras pessoas possam ter partilhado com você. Mesmo que você decida deixar de lado esses primeiros pensamentos, pouco ou nada se perdeu. Você poderia não conseguir escrever seu brilhante ensaio se não tivesse atravessado o terreno pavimentado por seus pensamentos inicialmente obscuros.

Como um dos principais propósitos deste exercício é objetivar seus pensamentos, de modo que eles possam ser estudados, elaborados e reorganizados, é muitas vezes útil usar pedaços relativamente pequenos de papel e registrar em cada um deles apenas um pensamento. Você pode usar fichas ou folhas de papel de 7,5 x 12,5 ou de 12,5 x 17,5 centímetros. Se usar um processador de textos, use

um comando "quebra de página/nova página". Completada a etapa de anotação de conceitos, é fácil reorganizar as fichas ou páginas de uma maneira mais lógica. Idéias registradas em épocas relativamente distantes podem ser facilmente reunidas quando estão em fichas ou páginas separadas.

6 Pesquisa e elaboração

Muitos ensaios requerem alguma espécie de pesquisa, alguma investigação da literatura secundária, isto é, daquilo que outras pessoas escreveram sobre o que você deseja discorrer. A tentação consiste em fazer a pesquisa antes de iniciar a própria escrita, e podem ter-lhe ensinando ser esse o procedimento recomendado. Eu não recomendo isso, na maioria dos casos.

Fazer pesquisa o impede de escrever, e começar a escrever é em geral a coisa mais difícil; retardar o inicio da tarefa parece ser o que mais atrai as pessoas. Além disso, a pesquisa pode inibir sua redação. Se encher a cabeça ou as fichas com coisas que os outros dizem, você pode descobrir que parece não haver espaço para você pensar no que quer dizer. Dito de maneira simples, primeiro registre por escrito o que você pensa a respeito do tópico; escreva o máximo que puder sem se apoiar naquilo que outras pessoas pensaram. Esse procedimento vai obrigar você a pensar no assunto.

Quando tiver esgotado seus pensamentos, inicie sua pesquisa:

Se alguma coisa que você escreveu tiver sido escrita antes, faça uma nota de rodapé.

Se alguma coisa que você escreveu tiver sido mais bem escrita, cite-a e faça uma nota de rodapé.

Se alguma coisa que você escreveu tiver sido escrita com mais detalhes, adapte essa versão a seu ensaio e faça uma nota de rodapé.

Se alguém tiver dito o que você disse e estiver enganado, use essa concepção como uma objeção à sua, faça uma nota de rodapé e refute-a.

Em suma, não adie. Escreva primeiro e cite depois.

Há mais uma possibilidade a considerar de interse-
rência da pesquisa naquilo que você escreve. Se alguém escreveu o contrário do que você escreveu e tiver razão, use isso a seu favor. Por exemplo, suponha que você es-
creveu "isso e aquilo" e que algum erudito, por exemplo, o Professor Sabedoria, mostrou ser isso falso. Seu esboço pode ser adaptado para enquadrar-se nesse esquema:

Poder-se-ia pensar isso e aquilo. Mas, como o demonstrou o Professor Sabedoria, isso e aquilo estão errados porque...

Como você formulou "isso e aquilo", eles provavel-
mente tinham alguma plausibilidade inicial ou ao menos não são intencionalmente falsos argumentos. Tire provei-
to de seus próprios erros.

Se sua redação estagnar, impedindo-o de fazer qual-
quer progresso, a pesquisa pode, em algumas ocasiões, fazer com que você volte a escrever. Quando se vir sem idéias ou não souber como avançar a partir de um dado

ponto, leia alguns livros relevantes para o seu tópico ou dê uma olhada neles. Algun elemento desses livros poderá estimular seu pensamento e, por conseguinte, sua redação. É bem provável que você vá precisar fazer uma espécie de nota de rodapé para dar o crédito ao livro que o ajudou, caso você extraia dele algum elemento substantivo.

7 Aperfeiçoamento

Em algum ponto do processo, seu ensaio terá uma introdução, um meio totalmente trabalhado e uma conclusão. Antes de elaborar sua versão final, você vai pre-
cисar aperfeiçoá-lo. Há lombadas estilísticas a aplinar e falhas gramaticais a corrigir antes de o escrito tornar-se apresentável. Quanto à gramática, eu diria que recomen-
do enfaticamente o aperfeiçoamento. (Há muitos livros que você pode consultar para obter uma ajuda com rela-
ção à gramática.) No que se refere aos ajustes estilísticos, é melhor reservá-los para o esboço final. Embora nada haja de errado em promover melhorias óbvias de estilo à medida que seu texto avança, é recomendável fazer o penúltimo esboço pensando apenas em mudanças estilis-
ticas. Há todo gênero de ajustes simples que você pode fazer para melhorar seu ensaio.

1 Tente encontrar um verbo ativo e vigoroso para substituir uma expressão que consista em alguma forma de "ser/estar" conjugada a um substantivo, especialmente se este for abstrato: "Meu argumento vai ser." → "Argumentarei."

- 2 Transforme construções passivas em ativas: "A existência dos universais foi provada por Platão." → "Platão provou a existência dos universais."
- 3 Transforme frases nominais com substantivos abstratos em frases verbais: "A reconstrução do argumento de Kant é difícil." → "Reconstruir o argumento de Kant é difícil."
- 4 Use frases com a forma do particípio para subordinar um pensamento expresso numa frase principal: "Aristóteles tentou conceber uma teoria mais naturalista dos universais. Ele chegou à sua teoria dos universais imanentes." → "Ao tentar conceber uma teoria mais naturalista dos universais, Aristóteles chegou à sua teoria dos universais imanentes."
- 5 Evite qualificações desnecessárias ou não informativas. "A posição de Platão não é de fato contraditória." → "A posição de Platão não é contraditória."
- 6 Reduza frases complexas: "Russel faz uso dessa construção" → "Russel usa essa construção".
- 7 Torne claros os antecedentes dos pronomes. Considere o fragmento: "Aristóteles empenhou-se longa e arduamente em elaborar uma concepção mais naturalista da teoria platônica dos universais. Este é o tema do ensaio." Qual é o tema? A teoria de Platão? A de Aristóteles? O esforço deste para conceber uma nova? Se supusermos que é o último, uma revisão sugerida é: "Aristóteles empenhou-se longa e arduamente em elaborar uma concepção mais naturalista da teoria platônica dos universais. Esse empenho é o tema deste ensaio".
- 8 Substitua uma expressão por uma palavra que diga a mesma coisa: "A palavra substância tem dois significados." → "A palavra substância é ambígua."

Esses são apenas alguns exemplos do tipo de melhoria estilística que você pode fazer num penúltimo esboço. Diferentes pessoas estão sujeitas a diferentes deslizes estilísticos. Quando um amigo ou professor indicar frases e construções infelizes suas, tente perceber se esse tipo de infelicidade ocorre regularmente em sua prosa. Se ocorrer, esteja atento para eliminá-las. Diferentes pessoas preferem diferentes técnicas para eliminar deslizes estilísticos. Essas técnicas determinam até certo ponto o estilo da pessoa.

8 A evolução de um ensaio

Apresentam-se a seguir três versões de um ensaio curto. Como neste livro estive enfatizando a argumentação, decidi transformar os exemplos a seguir em versões de um ensaio interpretativo, que tem por objetivo não a apresentação de um argumento dedutivo coerente, mas uma interpretação ou explicação de algumas passagens bem breves, porém importantes, de uma obra de Anselmo de Cantuária.

A Versão A é um bom esboço de um ensaio curto. Não se deve considerá-la um "primeiro esboço", mas o resultado do esboço da estrutura do ensaio, da elaboração sucessiva ou da anotação de conceitos seguida de revisão. Como só o próprio autor poderia apreciar as genuínas bases de seu ensaio, a Versão A é relativamente depurada. Mantém-se apenas um falso começo, a fim de preservar um sabor de autenticidade. A Versão B é o mesmo esboço

cru com a introdução de algumas modificações substantivas, mas principalmente estilísticas. A Versão C é a versão final, resultado da incorporação das modificações indicadas na Versão B. Um bom exercício seria fazer suas próprias correções na Versão A e compará-las com as que aparecem na Versão B. Você deve esperar que as correções sejam sobremodo distintas entre si, já que há infinitas maneiras de modificar um ensaio.

Você deve refletir sobre o motivo de algumas alterações feitas nos esboços a seguir. Muitas delas são instrutivas e exemplificam conselhos dados em partes anteriores do livro. Idealmente, essas modificações devem ser discutidas com seu professor ou com vários colegas. Algumas delas são controversas; você ou seu professor podem discordar delas. Se isso acontecer, é importante explicar por que e sugerir alternativas. A versão final do ensaio deve ser mais aperfeiçoada. Como?

A. Um esboço cru

ANSELMO DE CANTUÁRIA

E A RELAÇÃO ENTRE FÉ E RAZÃO

Ao final do capítulo 1 de seu *Proslogion*, Anselmo de Cantuária escreve: "Porque não busco compreender a fim de crer, mas creio

a fim de compreender. Pois acredito mesmo no seguinte: que não vou compreender se não crer" (*Proslogion*, c. 1). Essa passagem é o *locus classicus* da concepção de Anselmo sobre a relação entre fé e razão. É difícil compreender esse seu modo de ver porque tanto "fé" como "razão" têm vários sentidos. "Fé" pode significar tanto "a evidência de coisas não vistas" como o conteúdo de uma fé religiosa. Numa acepção, o significado de "fé" é "a evidência de coisas não vistas", como na frase "Alguém acredita na Trindade com base na fé". Na outra, "fé" significa uma crença religiosa, como na frase "Parte de minha fé é que Jesus ressuscitou dos mortos". Observe-se nesta frase que a fé é uma proposição — a de que Jesus ressuscitou dos mortos — que poderia ser sustentada em evidências como a de

que pessoas o viram depois de ele ter ressuscitado ou pela fé no sentido de confiança numa pessoa. Será alegado, adiante, que Anselmo não entende “fé” neste sentido, mas no de crença religiosa.

Numa de suas acepções, “razão” significa um certo método de prova, como na frase “Sherlock Holmes percebeu que Moriarty cometera o crime por meio do raciocínio [uso da razão]”. Noutra acepção, significa uma proposição que é provada pelo método da razão.

Sugiro que Anselmo não está usando razão no sentido de um método, mas no de uma proposição provada pelo método da lógica e da evidência.

Se Anselmo está tentando relacionar uma proposição particular de fé com uma proposição particular de

Em minha interpretação, portanto, Anselmo está tentando relacionar uma proposição particular de fé com uma proposição de razão provada por um certo método de raciocínio (o método da lógica e da evidência).

Quando são usados em seu sentido proposicional, a fé e o entendimento nos dizem como completar as frases “Creio que _____” e “Entendo que _____”, respectivamente. Anselmo ainda não nos disse como completar essas frases, embora tenha despertado em nós o desejo de ouvi-lo por sua repetição dessas frases quando disse “Não vou compreender se não crer”. Queremos saber o que ele comprehende e em que acredita. A fim de compreender a posição de Anselmo, é portanto crucial compreender qual é a proposição de fé e qual é a proposição de razão. É isso o que nos é dito por Anselmo nas linhas seguintes.

Portanto, Senhor, Doador de compreensão para a fé, concede-me compreender — no grau que julgares melhor — que Tu existes, como cremos...

Em verdade, cremos seres Tu um ser com relação ao qual não se pode conceber nada maior.

(*Proslogion*, c. 2)

Nesta última frase, Anselmo nos diz que proposição de fé vai usar: a definição de Deus como um ser com relação ao qual não se pode conceber nada maior. Na frase anterior, ele nos diz que proposição quer que entendamos: o conceito da existência de Deus.

Assim, Anselmo sustenta em seu *Proslogion* a seguinte concepção acerca da fé e da razão: a de que pode provar pela razão que Deus existe usando como premissa a proposição de que Deus é um ser com relação ao qual não se pode conceber nada maior.

B. Um esboço cru com correções

ANSELMO DE CANTUÁRIA E A RELAÇÃO ENTRE FÉ E RAZÃO

Ao final do capítulo 1 de seu *Proslogion*, Anselmo de Cantuária escreve: “Porque não busco compreender a fim de crer, mas creio a fim de compreender. Pois acredito mesmo no seguinte: que não vou compreender se não crer” (*Proslogion*, c. 1). Essa passagem é o *locus classicus* da concepção de Anselmo sobre a relação entre fé e razão. É difícil compreender esse seu modo de ver porque tanto “fé” como “razão” têm vários sentidos. “Fé” pode significar tanto “a evidência de coisas não vistas” como o conteúdo de uma fé religiosa.^{a,b} Numa acepção, o significado de

^a A frase original não é ruim, mas, como se explicam os dois sentidos de “fé” num curto parágrafo, não é de fato necessária uma nova

^a “bases não comprováveis de crença”^c “fé” é “a evidência de coisas não vistas”,
^b ^d Santo Tomás como na frase “Alguém acredita na Trindade com base na fé”. Na outra, “fé” significa uma crença religiosa, como na frase “Parte da fé cristã^e de minha fé é que Jesus ressuscitou dos mortos”. Observe-se nesta frase que a fé é uma proposição — a de que Jesus ressuscitou dos mortos — que poderia ser sustentada em evidências como a de que pessoas o viram depois de ele ter ressuscitado ou pela fé no sentido de confiança numa pessoa. ^f Alegarei^g Será alegado, adiante, que Anselmo não

entende “fé” neste sentido, mas no de crença religiosa.

Consideremos agora os dois sentidos de “razão” ou de “entendimento”.^h

Numa de suas acepções, “razão” significa um certo método de prova, como na frase “Sherlock Holmes percebeu que Moriarty cometera o crime por meio do raciocínio [uso da razão]”. Noutra acepção, significa uma proposição que é provada pelo método da razão.

Sugiro que Anselmo não está usando razão no sentido de um método, mas no de uma proposição provada pelo método da lógica e da evidência.ⁱ

^g É preciso alguma transição entre o parágrafo que explica os dois sentidos de “fé” e o que explica os dois sentidos de “razão”. A frase de transição adicionada não tem nenhuma elegância especial, mas cumpre esse papel.

^h Esta frase e a seguinte devem ficar juntas, não havendo motivo para um novo parágrafo. O fragmento de sentença entre as duas frases é apenas um falso começo do primeiro esboço, sendo por isso apagado na revisão.

^a frase para introduzir esses dois sentidos. Como não é necessária, a frase é suprimida.

^b Um novo parágrafo indica um novo pensamento; ele assinala um limite para a discussão sobre o significado de “fé” (veja a nota g para o outro limite).

^c A frase “bases não comprováveis de crença” é mais descriptiva do que a original.

^d A palavra “alguém” é vaga e sem expressão neste contexto. Substituí-la pelo nome de uma pessoa real torna a frase ligeiramente mais interessante, ainda que nada acrescente à lógica do exemplo.

^e Não há razão para o autor aparecer no exemplo. Assim, substituir-se “minha” por “cristã”.

^f Não há razão para usar a passiva aqui. A expressão “Alegarei” é mais direta e econômica.

~~Se Anselmo está tentando relacionar uma proposição particular de fé com uma proposição particular de~~

Em minha interpretação, portanto, Anselmo está tentando relacionar uma proposição particular de fé com uma proposição de razão provada por ~~um certo método de raciocínio~~ⁱ (o método da lógica e da evidência).

Quando são usados em seu sentido proposicional, a fé e o entendimento nos dizem como completar as frases “Creio que _____” e “Entendo que _____”, respectivamente. Anselmo ainda não nos disse como completar essas frases, embora tenha despertado em nós o desejo de ouvi-lo por sua

ⁱ Quando estava compondo o primeiro esboço, o autor não sabia se era melhor “por um certo método de raciocínio” ou “o método da lógica e da evidência”. Sabendo que podia decidir mais tarde, no período relaxado da revisão, ele pôs, sem pensar duas vezes, as duas opções juntas. Como o mostra a revisão, ele preferiu a frase mais concreta.

repetição dessas frases quando disse “Não vou compreender se não crer”. Queremos saber o que ele comprehende e em que acredita. A fim de compreender a posição de Anselmo, é portanto crucial compreender qual é a proposição de fé e qual é a proposição de razão. ~~É isso o que nos é dito por Anselmo / nas linhas seguintes.~~^j

Portanto, Senhor, Doador de compreensão para a fé, concede-me compreender — no grau que julgares melhor — que Tu existes, como cremos...

Em verdade, cremos seres Tu um ser com relação ao qual não se pode conceber nada maior.

(*Proslogion*, c. 2)

Nesta última frase, Anselmo nos diz que a proposição de fé vai usar: a definição de

^j Uma construção passiva desnecessária foi transformada em ativa.

Deus ^{de} como um ser com relação ao qual não se pode conceber nada maior. Na frase anterior, ele nos diz que proposição quer que entendamos: ~~e conceito da existência de~~ ^{que} Deus? ^{existe.}^k

Assim, Anselmo sustenta em seu *Proslogion* a seguinte concepção acerca da fé e da razão: a de que pode provar pela razão que Deus existe usando como premissa a proposição de que Deus é um ser com relação ao qual não se pode conceber nada maior.

k A revisão, "de que Deus existe", é menos abstrata que o original "de Deus como um ser".

C. O esboço final

ANSELMO DE CANTUÁRIA E A RELAÇÃO ENTRE FÉ E RAZÃO

Ao final do capítulo 1 de seu *Proslogion*, Anselmo da Cantuária escreve: "Porque não

busco compreender a fim de crer, mas creio a fim de compreender. Pois acredito mesmo no seguinte: que não vou compreender se não crer" (*Proslogion*, c. 1). Essa passagem é o *locus classicus* da concepção de Anselmo sobre a relação entre fé e razão. É difícil compreender esse seu modo de ver porque tanto "fé" como "razão" têm vários sentidos.

Numa acepção, o significado de "fé" é "a evidência de coisas não vistas", como na frase "Santo Tomás acredita na Trindade com base na fé". Na outra, "fé" significa uma crença religiosa, como na frase "Parte da fé cristã é que Jesus ressuscitou dos mortos". Observe-se nesta frase que a fé é uma proposição — a de que Jesus ressuscitou dos mortos — que poderia ser sustentada em evidências como a de que pessoas o viram depois de ele ter ressuscitado ou pela

fé no sentido de confiança numa pessoa. Alegarei, adiante, que Anselmo não entende “fé” neste sentido, mas no de crença religiosa.

Consideremos agora os dois sentidos de “razão” ou de “entendimento”. Numa de suas acepções, “razão” significa um certo método de prova, como na frase “Sherlock Holmes percebeu que Moriarty cometera o crime por meio do raciocínio [uso da razão]”. Noutra acepção, significa uma proposição que é provada pelo método da razão.

Sugiro que Anselmo não está usando razão no sentido de um método, mas no de uma proposição provada pelo método da lógica e da evidência. Em minha interpretação, portanto, Anselmo está tentando relacionar uma proposição particular de fé com uma proposição de razão provada pelo método da lógica e da evidência.

Quando são usados em seu sentido proposicional, a fé e o entendimento nos dizem como completar as frases “Creio que _____” e “Entendo que _____”, respectivamente. Anselmo ainda não nos disse como completar essas frases, embora tenha despertado em nós o desejo de ouvi-lo por sua repetição dessas frases quando disse “Não vou compreender se não crer”. Queremos saber o que ele comprehende e em que acredita. A fim de compreender a posição de Anselmo, é portanto crucial compreender qual é a proposição de fé e qual é a proposição de razão. Anselmo nos diz isso nas linhas seguintes.

Portanto, Senhor, Doador de compreensão para a fé, concede-me compreender — no grau que julgares melhor — que Tu existes, como cremos...

Em verdade, cremos seres Tu um ser com relação ao qual não se pode conceber nada maior.

(*Proslogion*, c. 2)

Nesta última frase, Anselmo nos diz que proposição de fé vai usar: a definição de Deus como um ser com relação ao qual não se pode conceber nada maior. Na frase anterior, ele nos diz que proposição quer que entendamos: a de que Deus existe.

Assim, Anselmo sustenta em seu *Proslogion* a seguinte concepção acerca da fé e da razão: a de que pode provar pela razão que Deus existe usando como premissa a proposição de que Deus é um ser com relação ao qual não se pode conceber nada maior.

Táticas para o texto analítico

U

Sam-se diferentes táticas no texto analítico, entendido em seu sentido amplo. São discutidas neste capítulo sete das mais conhecidas e usadas entre elas: definições, distinções, análise (no sentido estrito), dilemas, contra-exemplos, argumentos com *reductio ad absurdum* e raciocínio dialético. Como alguns desses tópicos são bastante técnicos, desejo introduzi-los em conjunto antes de discutir cada um mais completamente nas sete seções do capítulo (mas os discutirei sucintamente, fora da ordem em que são apresentados nas seções a seguir). Começo pelos dilemas.

Os dilemas são úteis para introduzir problemas. Um dilema torna evidentes alguns aspectos contraditórios de crenças amplamente sustentadas. Como os dilemas precisam ser resolvidos de alguma maneira, é preciso discutir alguns métodos de resolução de problemas.

A *reductio ad absurdum* é um desses métodos. Trata-se de uma maneira indireta de o autor provar sua própria tese ao demonstrar que a negação desta é absurda e, portanto, falsa. Como o oposto de sua tese é absurdo e falso, sua tese tem de ser verdadeira.

O contra-exemplo é uma maneira de mostrar que alguma solução ou tese proposta não é correta; ele mostra que algo está errado sem mostrar diretamente que solução ou tese particular é correta. O método do contra-exemplo é um método de crítica, não de construção de teorias.

O raciocínio dialético é uma forma de pensar que pode ser adaptada a uma maneira de estruturar um ensaio. Ele começa com uma tese simples e não qualificada, submete-a a crítica, revisando-a e reformulando-a várias vezes, até que se chegue a uma tese complexa, sofisticada e adequada. O texto dialético, que é um registro organizado do raciocínio dialético, é uma espécie de viálogo [viologue] intelectual, em que todas as viagens laterais são registradas como aventuras necessárias para que o viajante alcance seu destino final.

O raciocínio dialético também pode ser usado como tática retórica para se fazer a chamada "análise de conceito". A análise de conceito é uma decomposição de um conceito complexo em componentes mais simples, da mesma maneira que a análise química decompõe um complexo químico em elementos mais simples.

Todos os tópicos deste capítulo se referem a maneiras de tornar mais claros e precisos os ensaios. Uma maneira essencial de ver as coisas com clareza consiste em dividi-las em diferentes categorias, isto é, fazer distinção delas. Fazer uma distinção requer, com frequência, a definição dos termos que se empregam, dado que esses termos muitas vezes precisam ter um significado preciso.

Talvez o modo mais básico de ser claro e preciso consista em definir uma palavra ou expressão. A frase

desqualificadora "É apenas uma questão de semântica" é altamente refutável, se tomada literalmente. Como a semântica tem relação com o significado, quando há um desacordo semântico entre duas pessoas, elas discordam sobre o significado que querem atribuir a alguma coisa. E essa é uma questão significativa. (A frase "É apenas uma questão de semântica" pode ter sentido se for usada para indicar que não importa se se usa uma ou outra palavra para exprimir um certo pensamento.)

1 Definições

Nem toda palavra pode ser definida. Aqui está a razão disso. Se toda palavra precisasse ser definida, mesmo as palavras usadas para definir outras teriam de ser definidas; e estas igualmente teriam de ser definidas, *ad infinitum*, isto é, o processo nunca teria fim. (O *definiendum* é a palavra que precisa ser explicada; o *definiens* é a parte que expõe o significado do *definiendum*.) Logo, o processo de definição tem de acabar em algum ponto. Isso é inegável. Mas a dúvida legítima que a maioria dos alunos tem é: quando uma palavra precisa ser definida?

A resposta curta é: uma palavra tem de ser definida se (1) é usada num sentido técnico e não se pode supor que o público conheça esse sentido ou se (2) for uma palavra comum usada num sentido não comum. Quanto a (1), deve ser óbvio que, se uma palavra é usada num sentido técnico, se tem de definir esse sentido. Mas é a segunda parte de (1) que causa mais problemas aos alunos: quando não

se pode supor que o público (seu professor) conhece o sentido técnico da palavra? A resposta simples é "quase sempre". Você pode pensar que não precisa definir uma palavra técnica que o professor usou por achar que ele certamente sabe seu sentido. Embora muito provavelmente seja esse o caso, trata-se de um fato que não é estritamente relevante para o problema. A questão é saber se você pode supor esse conhecimento em seu ensaio. Lembre-se de que no capítulo 1 foi assinalado que a tarefa do aluno é mostrar ao professor que conhece algo sobre o tópico discutido em seu ensaio. Assim sendo, o aluno tipicamente precisa definir toda palavra técnica que usa, visto que o ônus de provar que conhece essa palavra recai sobre ele.

No tocante a (2), se se usa uma palavra comum, o público supõe que seu sentido é o comum, a não ser que você lhe diga o contrário. Além disso, se o público tem o direito de supor que uma palavra é usada em seu sentido comum, o autor tem a obrigação de usá-la nesse sentido.

Eis alguns exemplos de maneiras pelas quais se podem introduzir definições:

O foco do artigo "Dois dogmas sobre o empirismo", de W. V. Quine, é que a distinção entre proposições analíticas e sintéticas não tem justificativa teórica. As proposições analíticas são definidas como proposições verdadeiras em virtude do significado de suas palavras. As proposições sintéticas são definidas como proposições que se tornam verdadeiras a partir de fatos empíricos.

Alegarei que Deus é onipotente e onisciente. Defino "x é onipotente" como "x é capaz de fazer tudo o que é possível

fazer" e "x é onisciente" como "x é capaz de saber tudo o que é possível saber".

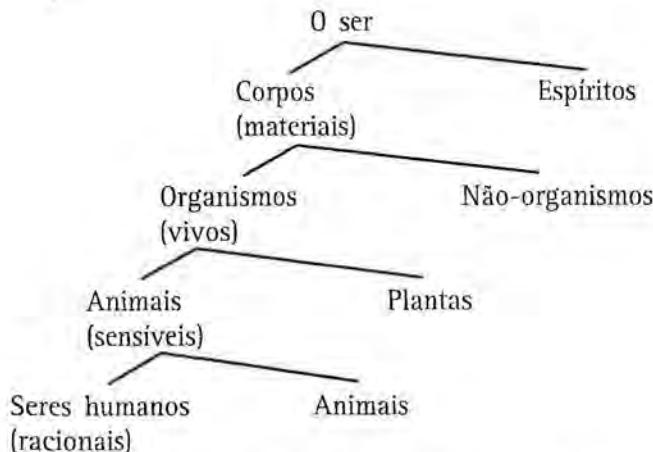
De acordo com Thomas Hobbes, Deus não é justo nem injusto. Ele designa por justiça não romper nenhuma aliança e por injustiça, a quebra de uma aliança.

Segundo Thomas Hobbes, Deus não é justo nem injusto. Por meio de "x é justo", ele designa "x não rompeu nenhuma aliança" e por "x é injusto", "x rompeu uma aliança".

Não cabe aqui descrever os tipos de definição nem todos os seus propósitos especiais. Basta-nos dizer que o propósito do uso de uma definição é tornar claro o sentido de uma palavra ou expressão. Dependendo das necessidades do autor, pode-se fazê-lo por meio da descrição do uso real da palavra ou expressão (definição descritiva), da precisão do uso real dessa palavra ou expressão (definição esclarecedora) ou da invenção de uma nova palavra ou da atribuição de uma definição técnica a uma palavra existente (definição estipulativa).

No que se refere aos tipos de definição, nos será útil mais tarde uma breve descrição da idéia clássica de definição por *gênero* e *diferença específica*. Como esses dois termos são técnicos, é preciso explicá-los. De acordo com a tradição intelectual medieval grega e ocidental, toda realidade se acha organizada hierarquicamente; conhecer algo é saber que tipo de coisa é esse algo, sua espécie. E essa espécie é determinada por sua pertinência a um tipo mais geral de coisa (o gênero), que se diferencia de outro tipo (outra espécie) graças a alguma diferença (uma di-

ferença específica). Em consequência, toda realidade pode ser caracterizada em termos de gêneros e de espécies em virtude de várias diferenças específicas. Eis uma parcela da clássica divisão da realidade de acordo com essa idéia, conhecida como a Árvore de Porfirio a partir do filósofo neoplatônico Porfirio:



Cada palavra ou expressão em maiúsculas designa um gênero ou espécie. Cada item imediatamente abaixo de outro é uma espécie com relação ao item imediatamente acima de si; e cada item que tem itens imediatamente abaixo de si é um gênero com relação a esses itens. *O ser* é o mais elevado gênero que existe; ele não é uma espécie de coisa alguma. Os *seres humanos* (no ramo da extrema esquerda) são uma espécie das mais inferiores; não são gênero de coisa alguma. Logo, os termos *gênero* e *espécie* são relativos. Um gênero é sempre

uma categoria mais geral com relação às espécies. Assim, *o ser* é um gênero com relação a *corpos* e *espíritos*, que são espécies de objetos. Mas *corpos*, para ficar num dos lados da divisão, é um gênero com relação a *organismos* e *não-organismos*, sendo *organismos* um gênero com relação a *animais* e *plantas*, e assim por diante. A categoria dos *seres humanos* é uma espécie das mais inferiores e por isso não é um gênero com relação a coisa alguma. (Como se trata de uma divisão de tipos gerais de coisas, indivíduos como Adão, Beth e Carol não são parte do esquema. Diz-se que os indivíduos exemplificam espécies ou pertencem a espécies.)

Os termos entre parênteses indicam a diferença que distingue uma espécie de outra. A diferença é dita específica porque, em conjunção com um gênero, era considerada a causa da espécie. Logo, a espécie do *ser humano* consiste no gênero *animais* e na diferença específica de *ser racional*. Isso explica a definição clássica:

Um *ser humano* é um *animal racional*.

Sem uma diferença, não haveria nenhuma distinção. Essa questão é discutida um pouco mais na próxima seção.

Que forma deve assumir uma definição? Os filósofos lidam muitas vezes com objetos abstratos ou ao menos falam com freqüência abstratamente sobre objetos como a verdade, a beleza e a bondade. Tradicionalmente, isso os tem levado a tentar definir *verdade*, *beleza* e *bondade*. Mas começar com uma forma nominal abstrata resulta, em muitas ocasiões, em definições rígidas ou obscuras. Por exemplo,

Ser justo é, para uma pessoa, dar a outra pessoa aquilo que a primeira pessoa deve dar à segunda.

Inspirados por certos desenvolvimentos da lógica formal, filósofos do século XX perceberam que muitos substantivos eram abstraídos de expressões predicativas e que estas apresentavam *definienda* mais inteligíveis. Isso levou às seguintes mudanças:

<i>Forma original</i>	<i>Nova forma</i>
Justiça	x é justo
Saber	x sabe que p
Verdade	x é verdadeiro
Promessa	x promete que p a um destinatário y
Desculpa	x desculpa y por uma ação a

Usando-se a forma predicativa, a definição de justiça acima assume a forma mais palatável:

x é justo com y se e somente se x dá a y o que x deve dar a y .

A partir desta definição, sabemos o que toda frase como "Adão é justo com Beth" ou "Carol é justa com David" significa. Substituem-se simplesmente os lugares marcados por x e y pelas formas nominais apropriadas. Consideremos outro exemplo: a nova formulação da definição clássica

conhecimento é crença verdadeira justificada

se torna

x sabe que p se e somente se x tiver justificativa para acreditar que p .

E, quando tornamos a definição mais explícita, ela fica assim:

- x sabe que p se e somente se
 - (1) é verdade que p ;
 - (2) x acredita que p ;
 - (3) a crença de x de que p é justificada.

Esta última definição faz com que os componentes do saber se mostrem com mais destaque do que na primeira.

Uma última observação. É muito comum que os filósofos precisem definir pares de termos que desejam que sejam contraditórios, como verdade/falsidade ou objetividade/subjetividade (veja o capítulo 2, seção 5). A maneira apropriada de fazê-lo de modo a garantir que os termos definidos sejam genuinos contraditórios consiste em definir um termo e em seguida definir o outro simplesmente como tudo o que não é o primeiro. Eis dois exemplos:

" x é verdadeiro" significa " x é uma frase e x corresponde ao fato f ".

" x é falso" significa " x não é verdadeiro".

" x é subjetivo" significa "há uma pessoa P tal que x só pode ser julgado por P em virtude da experiência direta de P ".

" x é objetivo" significa " x não é subjetivo".

2 Distinções

Os alunos de filosofia da Idade Média recebiam, ao que parece, a seguinte regra prática: diante de uma con-

tradição, faça uma distinção. Essa regra estimula o abuso da formulação de distinções e terminou por levar à má reputação dos filósofos escolásticos, chamados de "lenhadores da lógica", "separadores de fios de cabelo" e "dunces" (a partir de John Duns Scotus). Só se devem fazer distinções quando necessário e justificado.

Mesmo quando uma distinção se justifica, há boas e más maneiras de formulá-la. Uma boa distinção, chamada uma distinção apropriada, apresenta duas características: seus termos são exaustivos e mutuamente exclusivos. Um par de termos é exaustivo quando pelo menos um deles se aplica a cada objeto do grupo que se supõe distinguir. Um par de termos é mutuamente exclusivo quando apenas um dos termos se aplica a cada objeto.

A maneira de assegurar esse tipo de divisão dos objetos é usar pares contraditórios de termos:

vermelho/não-vermelho
azul/não-azul
humano/não-humano
justo/não-justo
clemente/não-clemente

A grande vantagem das distinções apropriadas é o fato de fornecerem uma clara categorização dos objetos. Há um lugar para cada coisa, e todas as coisas estão em seu lugar. Podemos ver isso na Árvore de Porfírio, na seção 1 acima. Uma das *personae* de Søren Kierkegaard relata uma classificação da humanidade segundo as categorias "funcionários, empregadas domésticas e limpadores de chaminés" (*Repetition*, ed. e trad. por Howard

V. Hong e Edna H. Hong, Princeton, Princeton University Press, 1983, p. 162). Esses termos não são evidentemente exaustivos, nem mutuamente exclusivos. Uma distinção imprópria ainda mais elaborada é a que Jorge Luis Borges supostamente relata em seu ensaio "A linguagem precisa de John Wilkins". Numa obscura encyclopédia chinesa, fazem-se as seguintes distinções entre os animais: "(a) os que pertencem ao imperador, (b) os embalsamados, (c) aqueles que são treinados, (d) bacorinhos, (e) sereias, (f) os fabulosos, (g) cães perdidos, (h) todos os que são incluídos nessa classificação, (i) todos os que tremem como se estivessem loucos, (j) os inumeráveis, (k) os que são desenhados com um fino pincel de pelo de camelo, (l) outros, (m) os que acabaram de quebrar um vaso de flores, (n) os que, a distância, se assemelham a moscas" (*Other inquisitions*, 1937-1952, trad. por Ruth Simms, Nova York, Washington Square Books, 1965, p. 108). Deixo ao leitor o exercício de explicar por que os termos não são nem exaustivos nem mutuamente exclusivos.

Embora seja fácil ver que algumas distinções não são apropriadas, como, por exemplo, vermelho/azul ou cão/animal, isso não se aplica a outras. Considere macho/fêmea. Embora pareça apropriada, essa distinção não o é. Os hermafroditas têm características do macho e da fêmea. Não são nem um nem o outro. Tendemos a esquecerlos, porque eles constituem uma pequena minoria.

Qual seria a maneira correta de dividir as pessoas em sexos? As distinções macho/não-macho e fêmea/não-fêmea são apropriadas, mas um tanto estranhas. Cada

uma delas parece favorecer um sexo em detrimento do outro (as pessoas têm sexo; os pronomes têm gênero). Uma maneira de evitar a promoção de um desses sexos em detrimento do outro consiste em distinguir entre sexos normais e não-normais e depois dividir os normais em macho e fêmea. (É necessário dizer que sexos não-normais é uma categoria biológica descritiva e que não é moral nem psicologicamente normativa?)

Um exemplo famoso de distinção filosófica imprópria tomada por apropriada é dados dos sentidos/objeto material. Uma sombra não é um dado dos sentidos nem um objeto material. (Veja J. L. Austin, *Sentido e percepção*, Martins Fontes, São Paulo, 1993. Para outro exemplo, veja *John Searle and his critics*, ed. por Ernest Lepore e Robert Van Gulick, Oxford, Blackwell Publishers, 1991, p. 141.) Outra é a distinção entre aparência e realidade. As aparências das sombras, das imagens especulares e dos arco-íris constituem sua realidade; o mesmo se aplica às aparências que constituem a consciência de sua realidade ou são parte dela. (De modo mais controverso, os pensamentos secretos de Zeus não são aparência nem realidade.)

Consideremos agora as duas maneiras de fazer uma distinção: por caracterização e por exemplo. Começamos com a segunda. Pode-se fazer uma distinção dando-se exemplos suficientes para levar o leitor a compreender a que se resume a distinção. Eis um exemplo de um autor fazendo uma distinção por meio do oferecimento de exemplos:

Há dois tipos de trabalho: alienado e não-alienado. O trabalho de um camponês, de um mecânico e de um burocrata é alienado. O trabalho do artesão, do poeta e do estadista é não-alienado.

A desvantagem da caracterização por exemplo é que o princípio da distinção pode não ser evidente. Claro que esse é o caso da classificação chinesa de Borges. É fácil para o disseminador de uma distinção enganar a si mesmo. Se só se apoiar em exemplos, é possível que o autor acabe por misturar duas distinções diferentes.

Logo, a caracterização é teoricamente o melhor método de estabelecer uma distinção, já que especifica o princípio ou propriedade que diferencia os termos. Eis um exemplo de caracterização da distinção entre trabalho alienado e não-alienado:

Há dois tipos de trabalho: alienado e não-alienado. O trabalho é alienado quando o trabalhador não tem pleno controle de seu trabalho ou não recebe todo o valor que este produz. O trabalho é não-alienado quando não exibe esses fatores de alienação.

É muitas vezes aconselhável combinar os dois métodos, como na passagem:

Há dois tipos de trabalho: alienado e não-alienado. O trabalho é alienado quando o trabalhador não tem pleno controle de seu trabalho ou não recebe todo o valor que este produz, como, por exemplo, o trabalho de um camponês, de um mecânico e de um burocrata. O trabalho é não-alienado quando não exibe esses fatores de alienação, como é o caso do trabalho do artesão, do poeta e do estadista.

Como minha discussão da caracterização de uma distinção sugere, toda distinção depende da existência de alguma propriedade de que são dotados todos os termos de um grupo ou categoria e de que carecem todas as coisas do outro grupo ou categoria, mesmo que o autor não saiba articular a diferença.

Sem uma diferença, não haveria nenhuma distinção. Às vezes as pessoas tentam estabelecer uma distinção e fracassam porque na verdade não especificam uma diferença. É isso que diz a expressão um tanto imprecisa *uma distinção sem diferença*. (Elas são imprecisas porque, sem uma diferença, não há nenhuma distinção, mas só a tentativa ou a aparência de uma.) Por exemplo, no filme de Woody Allen *Poderosa Afrodite*, um pai inepto tenta salvar a situação propondo distinguir entre o chefe da família (ele) e o tomador de decisões (a mulher), mas essa é uma distinção sem diferença. A mulher é a chefe da família justamente por ser a tomadora de decisões. (Ele seria no máximo o chefe nominal, isto é, uma pessoa que tem o título de "Chefe", mas não tem o poder de um.) Um exemplo relacionado vem da Igreja Anglicana. Quando o Ato de Supremacia precisou ser reformulado, alguns clérigos relutaram em chamar Elizabeth I "Chefe da Igreja", como fora chamado Henrique VIII, por ser ela uma mulher. Era seu desejo fazer uma distinção. Assim, chegou-se ao termo Governadora. Porém, o Ato restituíu-lhe exatamente os mesmos poderes que tivera Henrique VIII, caracterizando-a como "suprema... em todas as coisas espirituais ou eclesiásticas". Logo, a alegada distinção entre Chefe e Governadora é uma distinção sem diferença. Na Inglaterra, há

igualmente a tradição de distinguir entre os dois corpos do rei: o físico e o político. Os rebeldes da Guerra Civil Inglesa alegavam estar tentando libertar o rei político Carlos V ao combater a pessoa Carlos Stuart. Os partidários do rei julgavam que essa alegada distinção entre os corpos real e natural de seu rei era sem diferença.

Permita-me um exemplo final. Um ministro da defesa francês tentou certa vez defender a decisão de seu país de retomar os testes nucleares dizendo, na realidade: "O governo francês não está testando bombas nucleares. É preciso fazer uma distinção entre bombas e artefatos que explodem. O governo francês está testando artefatos nucleares que explodem, não bombas". O ministro foi ridicularizado por estar tentando estabelecer uma distinção sem diferença. Mas os testes continuaram.

3 Análise

A análise é análoga à definição. As definições procuram explicitamente dar o sentido das palavras. As análises procuram explicitamente dar as condições necessárias e suficientes para os conceitos. Como as palavras exprimem conceitos, as definições são a contraparte linguística das análises. Muito do que se disse sobre as definições aplica-se às análises. Talvez se devesse tratar esses dois tópicos em conjunto, mas creio que pedagogicamente faz sentido tratá-los separadamente.

Toda análise, assim como toda definição, consiste em duas partes, um *analysandum* e um *analysans*. O *analy-*

sandum é a noção que precisa ser explicada e esclarecida devido ao fato de haver nela algo que não é compreendido. O *analysans* é a parte da análise que explica e esclarece o *analysandum*, seja ao decompô-lo em partes, seja ao especificar suas relações com outras noções.

Uma análise tenta especificar em seu *analysans* as condições necessárias e suficientes para o conceito expresso no *analysandum*. Condições necessárias são aquelas que o *analysans* tem de conter a fim de evitar ser demasiado fraco. Ser um organismo é condição necessária para ser humano, porque um ser humano tem de ser um organismo, mas ser um organismo não é condição suficiente. Os cães são organismos, mas não são humanos. Condições suficientes são as que bastam para garantir que o conceito presente ao *analysans* seja satisfeito. Ter dez milhões de dólares em ações da Microsoft é uma condição suficiente para ser rico, mas não é uma condição necessária, visto que uma pessoa pode ser rica sem ter dez milhões de dólares em ações da Microsoft. Ter dez mil quilos de ouro também é uma condição suficiente para ser rico.

Há mais um ponto preliminar a tratar. Consideremos a seguinte análise da condição do celibato masculino.

Alguma coisa é solteiro se e somente se

- (1) não é casada;
- (2) é adulta;
- (3) é homem.

Trata-se de um bom começo, mas talvez não seja adequado. Pode-se pensar que, como só seres humanos são solteiros, é necessário adicionar uma quarta condição:

- (4) é humana.

Mas jovens focas machos adultas que ainda não acasalaram também são chamadas de solteiros. Não é necessário alegar aqui se se deve ou não adicionar a quarta condição, e por duas razões. Em primeiro lugar, minha intenção é dar um exemplo de análise, e não defender essa análise. Em segundo lugar, o que se deve perceber aqui é que estabelecer um *analysans* da maneira explícita como o fiz agora torna claros os termos do desacordo dos propositores e dos opositores quanto à designação como solteiros das focas machos adultas que ainda não acasalaram.

Consideremos agora uma análise genuinamente filosófica de um conceito:

Uma pessoa *S* sabe que *p* se e somente se

- (1) é verdade que *p*;
- (2) *S* acredita que *p*;
- (3) *S* está justificada em acreditar que *p*.

Esta análise é bastante atraente (compare-a com a definição de “*x* sabe que *p*”, na seção 1). Ela torna bem claro ao menos um elemento do saber: não é possível saber uma coisa falsa. Isso não mostra que é possível saber algo que não é verdadeiro. Mostra apenas que às vezes as pessoas se enganam quanto àquilo que pensam saber. Nossa análise do saber também o equipara à crença. O saber é, segundo a análise acima, uma espécie de crença. Isso é mais discutível. Têm sido apresentados alguns argumentos ponderáveis cuja conclusão é que o saber e a crença são estados psicológicos distintos. Mais uma vez, não

é nosso propósito alegar que a análise acima ou qualquer outra esteja ou não correta. Por fim, a condição (3) não é por certo adequada tal como está. Para que essa seja uma análise satisfatória, é necessário que se especifique o que significa estar justificado em acreditar em alguma coisa. Mais uma vez, não pretendemos discutir o mérito da explicação. Basta assinalar que a análise torna mais claras as questões a debater.

Há três maneiras pelas quais análises propostas comumente estão erradas:

Uma análise pode ser defeituosa por (1) ser circular, (2) ser forte demais, (3) ser demasiadamente fraca.

Discutirei esses três tipos de defeito, nessa ordem.

Uma análise é circular se seu *analysandum*, ou termo-chave, ocorre no *analysans*. Por exemplo, se se tenta analisar "congelamento", é um erro propor como *analysans* "algo que acontece com um líquido quando ele congela". O problema é óbvio: se alguém precisa de uma análise de "congelamento" porque não sabe o que é, de nada adianta dizer-lhe que se trata de algo que acontece com um líquido quando ele congela. Isso não torna a noção de congelamento nem um pouco mais clara ou compreensível porque, como o *analysans* inclui a própria noção de congelamento, tem-se de entender isso antes de compreender o *analysandum*, o ato de congelar. Se, por outro lado, alguém já entende o que é congelamento, não há sentido em fazer uma análise disso. Em ambos os casos, na medida em que a compreensão de um *analysans* de-

pende do entendimento do *analysandum*, essa análise não é informativa nem útil.

Contudo, essa análise não é de todo desprovida de informações. Ela diz, de fato, que o congelamento é algo que acontece com líquidos, e a pessoa que precisa da análise pode não saber disso antes de lhe ser apresentada essa análise circular. Mas observe-se que a informação vem da parte do *analysans* que não depende de nenhuma compreensão prévia da análise do congelamento.

É importante distinguir esse tipo de circularidade de um fenômeno com ele relacionado e que por vezes se apresenta sob o mesmo nome. Suponha que temos para propor algumas análises que tenham por *analysanda* A, B, C..., Z. Suponha ainda que A ocorre como parte do *analysans* de B, B como parte do *analysans* de C... e Z como parte do *analysans* de A.

Ora, parece, a princípio, que alguém que não tenha entendido nenhuma dessas noções não seria ajudado por nenhuma dessas análises. Se essa pessoa não compreende nenhum dos *analysanda* e se cada *analysans* contém um dos *analysanda*, ao que parece ela não poderia igualmente entender nenhum *analysans*; ela não teria como entrar no círculo. Em casos extremos, isso pode de fato ocorrer. De modo geral, no entanto, alguém que depara com um tal grupo de análises já tem uma compreensão razoavelmente boa de ao menos uma (e possivelmente de mais de uma) das noções envolvidas. Se isso se dá, ela pode adquirir ao menos uma compreensão parcial das outras, bem como uma compreensão melhor e mais clara daquela com a qual começou a perambular ao redor do círculo e

ver como essa primeira noção se vincula com noções a essa relacionadas. Logo, se se estender a um número bem grande de análises (e, quanto maior esse número, melhor), a circularidade deixará de constituir um defeito.

Mas essa idéia de análise supõe que o objetivo da análise filosófica seja a compreensão. Nem todos partilham essa concepção. Alguns consideram o objeto uma *redução*. A idéia por trás do reducionismo é a de que, tal como no caso das teorias científicas, uma teoria filosófica é preferível a outra se requer menos tipos distintos de objeto para explicar a realidade. Logo, uma teoria que requeira um ou dois tipos de objeto é superior a uma que precise de 27 tipos básicos. Isso explica a preferência filosófica tradicional pelo monismo e pelo dualismo. (O princípio de que as entidades não devem ser multiplicadas além do necessário é conhecido como "navalha de Ockham", a partir de William de Ockham, o filósofo inglês do século XIV que o enunciou.) Suponha que temos uma noção de algum tipo de objeto e que é possível fazer uma análise dela em que o *analyssans* não contenha menções a esse tipo de objeto. O *analyssandum* será então teoricamente dispensável, visto que o que quer que desejemos dizer sobre ele pode ser dito, em vez disso, acerca do *analyssans*. Por exemplo, pode parecer que os números tenham de ser reconhecidos como objetos, visto que dizemos coisas como "dois mais dois são quatro" e "há um número integral que é tanto par como primo", enunciados que só parecem ser verdadeiros em função de certos fatos sobre os números. Mas se pudermos descobrir uma maneira de analisar a noção de número, de adição, de ser primo e assim por

diante inteiramente em termos das características de objetos físicos, poderemos passar sem a noção da existência dos números, porque poderemos dizer que "dois e dois são quatro" é apenas um enunciado sobre objetos físicos numa forma grandemente abreviada. Do mesmo modo, um materialista redutivo tentará mostrar que vários tipos de objeto que não parecem feitos de matéria, as mentes em particular, podem na verdade ser analisados em termos materiais.

Em alguns casos, a redução requer mais de um passo, isto é, depende de mais de uma análise. Thomas Hobbes, por exemplo, propôs reduzir todos os fenômenos a movimentos de partículas materiais. Ele tentou analisar governos em termos das ações dos seres humanos, as ações dos seres humanos em termos dos movimentos de seus órgãos e membros e estes, por fim, em termos dos movimentos das partículas materiais.

Está, contudo, claro que nunca se pode permitir que um grupo de análises *reduutivas* forme um círculo, por maior que ele seja. Um *analyssandum* que se vincula a um *analyssans* subseqüente não foi reduzido nem eliminado da teoria filosófica, o que vicia todo o projeto do reducionista. Esse fato apresenta algumas consequências paradoxais. Há muitos casos em que é óbvio que A pode ser analisado em termos de B e B pode ser analisado em termos de A, mas nenhum dos dois é mais simples ou mais básico do que o outro. O reducionista que leve a sério a navalha de Ockham vai presumivelmente querer adotar uma dessas reduções, porém não poderá adotar as duas sem formar um círculo. Como ele deve escolher?

Permita-me que eu me volte agora para outras maneiras pelas quais uma análise poderia ser defeituosa, a saber, como pode ela ser forte ou fraca demais. Uma análise será demasiadamente forte se for possível dar um exemplo da noção sob análise que não satisfaça todas as condições especificadas no *analyssans*; inversamente, será demasiadamente fraca a análise em que seja possível descrever alguma coisa que satisfaça todas as condições estabelecidas no *analyssans*, mas que não é um exemplo do *analy sandum*.

Considere-se, por exemplo, a seguinte análise do celibato:

Alguma coisa é solteiro se e somente se

- (1) não é casada;
- (2) é homem; e
- (3) é humana.

Essa análise é muito fraca, porque as crianças satisfazem essas três condições, mas não figuram entre os solteiros; apenas adultos são solteiros.

Consideremos agora uma análise mais forte do celibato:

Alguma coisa é solteiro se e somente se

- (1) não é casada;
- (2) é homem;
- (3) é humana;
- (4) é adulta; e
- (5) joga tênis.

Essa análise é muito forte; é fácil encontrar solteiros que não jogam tênis e que, portanto, não preenchem a condição (5).

Uma única análise pode ser ao mesmo tempo muito forte e muito fraca. Por exemplo, podemos combinar os defeitos da análise do celibato que é muito fraca com os da que é muito forte:

Alguma coisa é solteiro se e somente se

- (1) não é casada;
- (2) é homem;
- (3) é humana; e
- (4) joga tênis.

Como há solteiros que não jogam tênis, a análise é muito forte. Como há crianças do sexo masculino não casadas que jogam tênis e não são solteiras (porque são jovens demais), a análise é muito fraca, ou seja, é a um só tempo muito forte e muito fraca.

Uma análise tenta especificar em seu *analyssans* as condições necessárias e suficientes para o conceito expresso no *analy sandum*. Condições necessárias são aquelas que o *analyssans* tem de conter a fim de evitar ser muito fraco. Condições suficientes são as que têm força suficiente para garantir a plenitude da realização do conceito designado no *analy sandum*. A análise do celibato que deixou de fora a condição (4) era muito fraca por ter omitido uma condição necessária. Em consequência, as condições não eram suficientes para especificar o conceito. É possível especificar condições suficientes que não sejam necessárias. As condições (1) a (5) acima são condições suficientes para o celibato, mas (5) não é uma condição necessária.

É ortodoxo manter que os termos contidos no *analyssans* são mais básicos ou primários do que os termos do *analysandum*. Há, no entanto, termos correlativos que são igualmente primários. (Dois termos são correlativos quando a análise mais simples de um termo for em termos do outro.) Isto é, é incorreto dizer que um seja mais básico ou primário que o outro. A maioria dos termos alegadamente correlativos é contestável. Por exemplo, alguns filósofos chegaram de fato a definir *mente* e *matéria* nos seguintes termos:

Mind: no matter. [Mente: não-matéria/nenhum problema.]
Matter: never mind. [Matéria: nunca mente/não se importe.]

É fácil ser um dualista se mente e matéria são genuinamente termos correlativos. Os termos *particular* e *universal* também têm sido tratados, se bem que nem sempre, como termos correlativos: um universal é algo que agrupa particulares numa classe, sendo um particular algo que é agrupado numa classe por um universal, mas que não agrupa coisas.

Alguns pares de termos que inicialmente parecem termos correlativos podem mostrar que não o são. Por exemplo, é tentador alegar que marido/esposa constituem termos correlativos a partir da idéia de que cada um deles é definível em termos do outro:

Um marido é uma pessoa que tem uma esposa.
Uma esposa é uma pessoa que tem um marido.

Mas, embora seja verdade que o conceito de marido não é mais básico ou primário do que o de esposa, isso

não implica serem eles termos correlativos. Cada um deles é definível em termos de alguma coisa comum aos dois:

Um marido é um cônjuge masculino.
Uma esposa é um cônjuge feminino.

4 Dilemas

Outra importante estratégia analítica usada com freqüência na elaboração de ensaios filosóficos envolve a formulação de um problema em forma de dilema. Uma das razões para isso é o fato de ser comum um projeto filosófico investigar e corrigir nossas crenças amplamente mantidas, porém irrefletidas. Muitas dessas crenças mostram, a partir da reflexão, ou que estão em conflito com alguma outra ou que são inconsistentes. O mesmo se aplica ainda a várias crenças desenvolvidas depois de um longo período de reflexão. É comum que uma visão esteja em conflito com outra visão esposada pela mesma pessoa; ou um texto não é claro e uma interpretação plausível conflita com outra visão plausível em outra parte desse texto. Em todos esses casos, a tensão ou inconsistência entre textos ou crenças podem ser explicitadas por meio da formulação de um dilema.

No capítulo 2 foram explicadas as formas válidas de inferência de dilemas construtivos e destrutivos. Podemos denominá-los dilemas formais, visto que eles nada dizem acerca do conteúdo das premissas ou conclusões. Num sentido mais conhecido de *dilema*, um dilema sempre envolve a apresentação de alternativas que são de algum modo conceitualmente desagradáveis. Por exemplo, considere este argumento, que contém um dilema material:

Se o determinismo é verdadeiro, os seres humanos não são responsáveis por suas ações; e, se o indeterminismo é verdadeiro, os seres humanos não causam suas próprias ações.

Ou o determinismo é verdadeiro ou o indeterminismo é verdadeiro.

Ou os seres humanos não são responsáveis por suas ações ou os seres humanos não causam suas próprias ações.

As alternativas expressas na conclusão são desagradáveis porque os seres humanos querem ser responsáveis por ao menos algumas de suas ações e desejam ser a causa de suas ações. (Observe que dilema formal/dilema material não são termos mutuamente exclusivos.)

Um dilema pode constituir o núcleo de um ensaio. É comum que não requeira mais do que uma ou duas frases introdutórias e um relaxamento do estilo ascético da lógica formal. Considere o fragmento de ensaio a seguir, que incorpora o exemplo de um dilema construtivo:

É muito importante compreender a natureza das ações humanas, a fim de compreender a natureza dos seres humanos. Não obstante, a natureza das ações humanas dá margem a perplexidades, ensejando o seguinte dilema. Se o determinismo é verdadeiro, os seres humanos não são responsáveis por suas ações; e, se o indeterminismo é verdadeiro, os seres humanos não causam suas próprias ações. Mas ou o determinismo é verdadeiro ou o indeterminismo é verdadeiro. Assim, ou os seres humanos não são responsáveis por suas ações ou os seres humanos não causam suas próprias ações. O objetivo deste ensaio é defender uma resolução desse dilema.

Embora seja necessário trabalhar com mais detalhes esse fragmento de ensaio — é preciso fornecer definições, explicar por que a causalidade exclui a responsabilidade etc. —, ele é um começo. Como os dilemas materiais são concluídos com alternativas desagradáveis, os filósofos tentam resolvê-los. Como os dilemas construtivos e destrutivos são formalmente válidos, a única maneira de resolvê-los consiste em mostrar que uma das premissas é falsa. Como eles apresentam duas premissas, há duas formas padrão de fazê-lo: mostrar que a premissa conjuntiva, composta por duas proposições condicionais, é falsa ou mostrar que a premissa disjuntiva é falsa.

Mostrar que a premissa disjuntiva é falsa recebe o nome de *ficar entre os chifres do dilema*. Mostrar que a premissa disjuntiva é falsa é mostrar que ambas as disjuntas são falsas e que há uma terceira possibilidade que é verdadeira. Considere o seguinte dilema:

Se Hobbes estiver certo, os seres humanos não passam de máquinas; e, se Hume estiver certo, os seres humanos não têm nenhuma existência substancial.

Ou Hobbes está certo ou Hume está certo.

Ou os seres humanos não passam de máquinas ou não têm nenhuma existência substancial.

É fácil ver que esse dilema pode ser resolvido por meio da demonstração da falsidade da premissa disjuntiva. A segunda premissa apresenta uma alternativa falsa. As filosofias de Hobbes e de Hume não são a única escolha. Há inúmeros casos a escolher. Não é fácil derrotar os bons dilemas, dado que eles costumam ser formulados com uma

premissa disjuntiva que exaure ou parece exaurir as alternativas, como é o caso do fragmento de ensaio acima. A premissa "Ou o determinismo é verdadeiro ou o indeterminismo é verdadeiro" parece cobrir todas as possibilidades; não há outra alternativa. Mas o dilema pode ser suscetível ao outro método de resolução.

Mostrar que a premissa conjuntiva é falsa recebe o nome de "pegar o dilema pelos chifres". Consiste em mostrar que ao menos uma das conjuntas é falsa. O dilema do fragmento de ensaio acima pode ser objeto da ação de pegar o dilema pelos chifres. Nesse caso, isso envolve mostrar que a primeira proposição condicional da premissa conjuntiva é falsa: "Se o determinismo é verdadeiro, os seres humanos não são responsáveis por suas ações". Alguém pode alegar que, embora o determinismo seja verdadeiro, os seres humanos são responsáveis por suas ações, porque os seres humanos são responsáveis pelas ações que causam, e o são porque as causam. Se se seguir essa linha, incorporando-a a um ensaio, o resultado se parecerá com:

É muito importante compreender a natureza das ações humanas, a fim de compreender a natureza dos seres humanos. Não obstante, a natureza das ações humanas dá margem a perplexidades, ensejando o seguinte dilema. Se o determinismo é verdadeiro, os seres humanos não são responsáveis por suas ações; e, se o indeterminismo é verdadeiro, os seres humanos não causam suas próprias ações. Mas ou o determinismo é verdadeiro ou o indeterminismo é verdadeiro. Assim, ou os seres humanos não são responsáveis por suas ações ou os seres humanos não causam suas

próprias ações. O objetivo deste ensaio é defender uma resolução desse dilema. Alegarei que a primeira premissa é falsa porque a primeira conjunta, "Se o determinismo é verdadeiro, os seres humanos não são responsáveis por suas ações", é falsa, porque, ainda que o determinismo seja verdadeiro, os seres humanos são responsáveis por suas ações; e eles o são porque efetivamente as causam.

Há um terceiro método de lidar com dilemas: produzir um contradilema. Isso consiste tipicamente em produzir um dilema com a mesma premissa disjuntiva. A premissa conjuntiva conserva seus antecedentes, mas seus consequentes são de modo geral contrários às disjuntas da conclusão do dilema original. O fragmento de ensaio a seguir contém um dilema e um contradilema:

A existência humana pode parecer absurda. Esse aparente absurdo vincula-se com questões acerca da existência de Deus, da liberdade humana e da salvação. Isso enseja o seguinte dilema: se Deus existe, os seres humanos não são livres para determinar seu próprio destino; e, se Deus não existe, não há esperança de salvação eterna. Ou Deus existe ou não existe. Assim, ou os seres humanos não são livres para determinar seu próprio destino ou não há esperança de salvação eterna.

Esse dilema não esgota, contudo, o assunto, como o demonstra o seguinte contradilema: se Deus existe, há esperança de salvação eterna; e, se Deus não existe, os seres humanos são livres para determinar seu próprio destino. Logo, ou há esperança de salvação eterna ou os seres humanos são livres para determinar seu próprio destino.

Producir um contradilema não refuta por si só um dilema. Isso não mostra que o dilema original não é sólido. É bem possível que a conclusão do dilema e a do contradilema sejam verdadeiras. Mas os contradilemas indicam, de fato, que o dilema correspondente não é coerente. Uma maneira de mostrar a falta de coerência é indicar que o dilema não leva em conta todas as considerações relevantes para a questão. O fragmento de ensaio acima torna explícito que o dilema não leva em conta todas as questões relevantes para determinar se a vida humana tem ou não sentido. O dilema só registra o lado negativo da existência ou inexistência de Deus, mas não o seu lado positivo. Isso mostra que o dilema, embora possivelmente sólido, não é coerente.

Às vezes o contradilema indica que as premissas do dilema original são contraditórias. Conta-se a história de um sofista que concordara em ensinar um aluno a ser advogado com a seguinte condição: o aluno não teria de pagar pelas aulas, a não ser que ganhasse sua primeira causa. Como o aluno nunca conseguiu causas depois de completada sua educação, o sofista o processou. O aluno defendeu-se construindo o seguinte dilema:

Se ganhar esta causa, não terei de pagar a meu mestre (visto que ele terá perdido seu processo por pagamento).

Se perder esta causa, não terei de pagar a meu mestre (visto que, por nosso contrato original, não tenho de lhe pagar se perder minha primeira causa).

Ou perco ou ganho esta causa.

Não tenho de pagar a meu mestre.

O sofista replicou ao aluno com um contradilema:

Se eu ganhar esta causa, meu aluno tem de me pagar.

Se eu perder esta causa, meu aluno tem de me pagar (visto que terá ganho sua primeira causa).

Ou ganho ou perco esta causa.

Meu aluno tem de me pagar.

O fato de tanto o dilema como o contradilema serem válidos e suas conclusões contraditórias sugere que há alguma contradição nas premissas.

Contudo, há mais uma coisa a notar quanto a esses dois argumentos: as conclusões não são proposições disjuntivas. Se esses argumentos tivessem sido apresentados de maneira mais explícita, a conclusão do primeiro seria "Ou não tenho de pagar a meu mestre ou não tenho de pagar a meu mestre" e a conclusão do segundo seria "Ou meu aluno tem de me pagar ou meu aluno tem de me pagar". Como em ambos os casos a segunda disjunta é redundante, é válido omiti-la. Esse movimento é canonizado em outra regra de inferência, que se pode somar às regras de inferência já introduzidas:

Tautologia

$$\frac{p \ / \ p}{p}$$

5 Contra-exemplos

O método do contra-exemplo é uma arma poderosa usada com freqüência para refutar uma concepção filo-

sófica. O contra-exemplo é um exemplo de alguma coisa que se opõe a alguma proposição ou a algum argumento. As pessoas são capazes de usar contra-argumentos a partir dos 5 ou 6 anos de idade. As crianças muitas vezes usam o método dos contra-exemplos de maneiras que fazem os pais chorar. Um pai frustrado diz ao filho: "Você nunca pega as roupas em seu quarto!" A criança responde: "Isso não é verdade. Ontem eu peguei meu sapato e o atirei em Mary". O pai é refutado. Às vezes os contra-exemplos provocam risos, mesmo que essa não seja a intenção. Um amigo meu tem duas filhas precoce. Um dia, a mais velha cometeu algum erro insignificante, algo que a mais nova atacou impiedosamente. Numa tentativa desesperada de se defender, a mais velha protestou: "Ninguém é perfeito". A mais nova apontou vitoriosamente o indicador para o alto, referindo-se ao Todo-poderoso. E assim a irmã se viu refutada.

Podem-se distinguir dois tipos de contra-exemplo: o proposicional e o argumental. Os proposicionais são contra-exemplos a proposições. Eles costumam ser refutações de alguma proposição universal. Uma asserção geral de que todos os *Fs* são *G* é refutada por um contra-exemplo se mostrar que há alguma coisa que é *F* e que não é *G*. A afirmação de que todos os *Fs* têm as propriedades *G*, *H* e *I* é refutada por um contra-exemplo se for demonstrado que algo do tipo *F* tem as propriedades *G* e *H*, mas não as *I*.

Um dos mais famosos contra-exemplos da filosofia moderna tem relação com uma análise padrão do conhecimento. Segundo essa teoria padrão, o conhecimento é uma crença verdadeira justificada, isto é:

S sabe que *p* se e somente se
(1) *p* é verdadeiro;
(2) *S* acredita que *p*; e
(3) *S* está justificado em acreditar que *p*.

Para refutar esta análise, Edmund Gettier construiu dois cenários; esses dois cenários satisfaziam as três condições do *analysans*, mas não eram exemplos de conhecimento. Assim, ele construiu dois contra-exemplos. O segundo e mais simples deles foi o seguinte. Imagine que Smith esteja justificado em crer na proposição "Jones tem um Ford". (Smith conhece Jones há muitos anos; Jones sempre teve um Ford; Smith viu Jones dirigindo um Ford há uma hora etc.) Imagine que Smith acredita nisso. Além disso, suponha que Smith perceba que "Jones tem um Ford" implica "Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona". Mas agora imagine que Jones vendeu seu Ford e está dirigindo um carro alugado e que Jones, por coincidência, está em Barcelona. Assim, a proposição "Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona" é verdadeira; Smith acredita nela; e Smith está justificado em crer nela. Mas ele não sabe disso, porque as bases de sua crença coincidem com a verdade disso.

Embora esse contra-exemplo seja relativamente simples, podem-se construir alguns mais simples. Suponha que Smith conhece Jones há anos, que ele o vê regularmente etc. Suponha ainda que Smith acredita na proposição "Jones está atravessando a West Mall" porque vê alguém exatamente igual a Jones fazendo isso. E suponha que, embora Jones esteja de fato atravessando a West

Mall, ele está por trás de uma parede e fora do alcance da visão de Smith; que a pessoa que Smith vê não é Jones, mas alguém que tem a aparência de Jones e que age e se veste exatamente como ele. Então, todas as condições do *analysans* estão satisfeitas, mas Smith não sabe que "Jones está atravessando a West Mall".

Um dos mais engraçados contra-exemplos ocorre numa obra literária. No chá do Chapeleiro Maluco, Alice, num dado momento, afirma que pretender dizer [*mean*] o que se diz é o mesmo que dizer o que se pretende. O Chapeleiro produz um contra-exemplo a essa alegação ao dizer: "Ora, você poderia também dizer que 'vejo o que como' é o mesmo que 'como o que vejo'!" (*Alice no País das Maravilhas*, capítulo VII). A Lebre apóia a idéia do Chapeleiro ao produzir mais um contra-exemplo que diz: "Você poderia também dizer que 'gosto do que tenho' é o mesmo que 'tenho o que gosto'". Tanto o Chapeleiro como a Lebre produzem contra-exemplos eficazes, porque cada um produz uma frase que tem a mesma forma da de Alice, mas que é obviamente falsa. Assim, a frase de Alice não pode ser verdadeira em virtude de sua forma. É importante que o alegado contra-exemplo seja evidentemente falso. Depois dos contra-exemplos do Chapeleiro e da Lebre, o Rato tenta produzir um contra-exemplo, mas fracassa porque a frase que enuncia não é obviamente falsa. Quando o narcoleptico Rato diz "Você poderia também dizer que 'respiro quando durmo' é o mesmo que 'durmo quando respiro'", o Chapeleiro diz: "Isto é a mesma coisa para você".

O segundo tipo de contra-exemplo envolve argumentos, em vez de simples proposições. Eis um contra-exemplo

argumental que envolve uma inferência imediata: uma premissa e uma conclusão. Bertrand Russell julgava que a proposição "Um nome próprio genuíno tem de nomear alguma coisa" implicava a proposição "Só um nome que tem de nomear alguma coisa é um nome próprio". Peter Geach assinalou ser isso "um erro de lógica modal" (Peter Geach, "The perils of Pauline", in *Logic matters*, Oxford, Basil Blackwell, 1972, p. 155). Isto é formalmente o mesmo que alegar, a partir da proposição "O que se sabe tem de ser de tal maneira", a proposição "Somente o que *tem de ser* de tal maneira é realmente sabido". Com relação ao segundo par de proposições, observe que a primeira é verdadeira, mas a proposição inferida é falsa. Logo, a inferência é inválida e, como o primeiro par de frases exibe o mesmo padrão, a inferência ali também deve ser inválida.

Suponha que alguém alegue:

Se Platão foi um idealista, então Aristóteles foi um realista.
Aristóteles foi um realista.

Logo, Platão foi um idealista.

Este argumento pode parecer sólido. Tanto as premissas como a conclusão são verdadeiras, e sua forma de inferência é superficialmente semelhante à forma de inferência válida *modus ponens*, mas na realidade o argumento é inválido. Podemos vê-lo produzindo um contra-exemplo:

Se Platão foi o autor da *Crítica da razão pura*, Platão foi um grande filósofo.
Platão foi um grande filósofo.

Logo, Platão escreveu a *Crítica da razão pura*.

Observe que as premissas do argumento são verdadeiras e que a conclusão é falsa. Logo, o argumento tem de ser inválido. É um exemplo do que se conhece como a falácia da afirmação do consequente. Em forma de ensaio, o argumento original e seu contra-exemplo poderiam ser formulados como:

Alega-se, por vezes, que Platão foi um idealista. Porque, se Platão foi um idealista, então Aristóteles foi um realista. Mas esse argumento não é sólido. Poder-se-ia igualmente dizer que Platão escreveu a *Crítica da razão pura*. Porque, se Platão escreveu a *Crítica da razão pura*, então Platão foi um grande filósofo. E Platão foi um grande filósofo. Logo, Platão escreveu a *Crítica da razão pura*.

Um dos mais famosos contra-exemplos argumentais refere-se ao argumento ontológico em favor da existência de Deus. Anselmo de Cantuária na verdade argumentou da seguinte maneira:

- (1) Deus é o maior ser concebível.
- (2) Ou o maior ser concebível existe apenas no entendimento ou existe também na realidade.
- (3) Se o maior ser concebível existe apenas no entendimento, ele não é o maior ser concebível.

- (4) Deus existe também na realidade.

O monge Gaunilo produziu o seguinte contra-exemplo:

- (1) A Ilha Perfeita é a maior ilha concebível.
- (2) Ou a maior ilha concebível existe apenas no entendimento ou existe também na realidade.

(3) Se a maior ilha concebível existe apenas no entendimento, ela não é a maior ilha concebível.

(4) A Ilha Perfeita existe também na realidade.

A falsidade da conclusão mostra que há algo errado com a forma do argumento. Como ele partilha essa forma com o argumento ontológico, deve haver algo errado também com este último.

Às vezes a natureza de um contra-exemplo é um híbrido de contra-exemplo proposicional e argumental: mostra-se que uma proposição é falsa no contexto de um argumento, mostrando-se, então, que este não é sólido em virtude dessa falsa proposição. Considere o seguinte fragmento de ensaio, que tenta apresentar um contra-exemplo para um argumento em favor do aborto:

Algumas pessoas acham justo o aborto porque a mulher tem o direito de fazer com seu corpo o que quiser, e fazer um aborto é fazer algo com seu próprio corpo. Esse argumento não é sólido. Pode-se igualmente alegar que dar um soco no nariz de um passante é justo porque a mulher tem o direito de fazer o que quiser com seu próprio corpo e dar um soco no nariz de um passante é fazer alguma coisa com seu próprio corpo.

Observe que a mesma forma de argumento leva a uma conclusão evidentemente falsa. Se as premissas do primeiro argumento forem verdadeiras, as do segundo também o serão. Mas, como as premissas do segundo argumento levam a uma conclusão patentemente falsa, ao menos uma das premissas do segundo argumento tem

de ser falsa e, portanto, uma das premissas do primeiro também tem de ser falsa. Se não for a segunda, tem de ser a primeira. É claro que se deve observar que não se segue do fato de o argumento acima não ser sólido (porque uma das premissas é falsa) que não haja um argumento coerente em favor do aborto. Na verdade, é provável que para cada proposição verdadeira haja um número infinito de argumentos falsos. Por exemplo, eis dois argumentos obviamente falsos em favor da proposição obviamente verdadeira “ $2 + 2 = 4$ ”:

Se $2 + 2 = 4$, então a terra é plana.
A terra é plana.

$$2 + 2 = 4$$

Ou Descartes é um filósofo ou Platão é um filósofo.
Descartes é um filósofo.

$$2 + 2 = 4$$

Dados esses argumentos ultrajantemente ruins, deve ser fácil ver que há um número infinito de maus argumentos para toda proposição verdadeira. Logo, um mau argumento para uma proposição não mostra que a proposição seja falsa. Logo, apesar de o argumento em favor do aborto acima não ser coerente, pode muito bem haver outros argumentos que o são.

Seja como for, o método do contra-exemplo costuma ser potente porque permite uma espécie de ataque indireto a uma proposição ou argumento que não possam ser persuasivamente atacados diretamente. É improvável que reunir evidências contra a proposição “A mulher tem

o direito de fazer o que quiser com seu próprio corpo” venha a persuadir muitas pessoas, que nela acreditariam. A razão é ser isso um lugar-comum, algo amplamente aceito sem discussão. (Embora seja um lugar-comum, eu o julgo falso. Ninguém, homem ou mulher, tem direitos ilimitados sobre o uso de seu próprio corpo.) O princípio precisa ser restringido de alguma maneira, a fim de ser verdadeiro. Só os seres humanos talvez tenham o direito de fazer o que quiserem no tocante a questões de reprodução, questões privadas ou coisa que o valha, mas esses direitos não são ilimitados. É possível que os defensores do princípio em discussão não queiram dizer isso literalmente, mas algo verbalmente semelhante a “A mulher tem o direito de fazer que façam a seu próprio corpo o que ela desejar”, mas mesmo esse princípio é dúvida, dado que muitos estados [americanos] têm leis contra o masoquismo, a automutilação e o suicídio. Logo, um ataque indireto à proposição tem muito mais oportunidades de ser bem-sucedido. É isso o que o método do contra-exemplo proporciona.

Embora seja uma maneira logicamente eficaz de argumentar contra alguma posição, o contra-exemplo pode muitas vezes não ser persuasivo devido a não ser reconhecido como tal. Nessas situações, há necessidade de mais alguma coisa. O autor tem de levar o leitor a reconhecer que a proposição relevante é falsa, sugerindo, talvez, uma explicação dos motivos de alguém poder pensar que a proposição é verdadeira. Essa explicação não é prova de que a proposição é falsa. Em vez disso, ela prepara psicologicamente o leitor para reconhecer a prova. Dá-se a

isso o nome de "diagnóstico". É algo análogo à manobra freudiana de levar o paciente a perceber as causas de sua neurose. Os diagnósticos podem ser bastante controversos; eles exigem bem mais imaginação e raramente são definitivos, se é que chegam a sê-lo. Diferentes pessoas podem acreditar na mesma proposição falsa por diferentes razões.

Alguns contra-exemplos simplesmente refutam uma teoria. Se a teoria for importante, o contra-exemplo será derivativamente importante. Isso ocorre especialmente quando o contra-exemplo ataca algum aspecto central da teoria, como o fez o de Gettier. Se não funcionar solapando um aspecto central, o contra-exemplo pode simplesmente assinalar que a teoria precisa de alguns aprimoramentos e que é possível corrigi-la alterando sua formulação. Nesse caso, o contra-exemplo talvez tenha valor, mas não tem especial importância. O mais forte e importante tipo de contra-exemplo é aquele que não só aponta uma fraqueza fatal em alguma teoria, como também sugere alguma linha promissora de desenvolvimento de uma teoria diferente e mais adequada. Por exemplo, lembre-se do contra-exemplo sobre Smith pensando que viu Jones cruzando a West Mall quando viu, na verdade, alguém parecido com Jones. Para muitos filósofos, o exemplo parecia indicar que o conhecimento requer uma certa relação causal entre a crença e a evidência, tendo despertado muito interesse pela "teoria causal" do conhecimento. Uma característica que tornou o contra-exemplo importante segundo muitos filósofos é o fato de ele parecer mostrar que há alguma coisa fundamentalmente errada

com a análise do conhecimento como crença verdadeira justificada. Ou seja, tem-se a impressão de que o contra-exemplo não poderia ser acomodado por meio da mera alteração da formulação ou pelo acréscimo de alguma expressão mais precisa (mas outros filósofos tentaram, e ainda tentam, consertar as condições originais). O que também dotava o contra-exemplo de importância era o fato de sugerir uma direção na qual a análise correta do conhecimento poderia ser encontrada. O contra-exemplo indicava que, para que algo conte como conhecimento, é preciso que o tipo correto de relação causal ocorra entre a crença e a coisa objeto de crença. Assim, foram geradas várias versões de uma teoria causal do conhecimento.

Os contra-exemplos são um método muito importante de argumentação filosófica. Às vezes o contra-exemplo pode ser sucinto e direto. Um filósofo disse uma vez que a diferença entre a face do ser humano e a dos animais é que estes não podem mudar a expressão do rosto (ele pensava em formigas, tamanduás e porcos). Seu colega retrucou imediatamente: "E os chimpanzés?" Outras vezes é necessário um bom tempo para desenvolver um contra-exemplo. É preciso uma cuidadosa preparação de cenário e de explicação para mostrar ser ele de fato um caso daquilo que pretende ser. Incito-o a tentar usá-los e a nomeá-los como tais em seus ensaios.

Não há regras simples para conceber contra-exemplos. Pode-se dizer que se deve repassar mentalmente uma série de exemplos até que nos ocorra um caso que não se enquadre na proposição a ser refutada. Mas é justo perguntar: "Como você faz isso?" ou "Como se faz isso de

maneira que se acabe com um contra-exemplo e não apenas com um monte de exemplos que confirmam a proposição?" Em outras palavras, pensar contra-exemplos depende em última análise da imaginação. Algumas pessoas são bem talentosas no tocante a isso e outras não.

Exercícios

1 Considere a proposição:

A participação na Passeata do "Homem do Milhão" foi moralmente permissível, apesar de patrocinada por um racista (Louis Farrakhan), dado que foi por uma boa causa, a saber, a promoção do comportamento responsável por parte dos homens afro-americanos.

A proposição a seguir é um contra-exemplo?

A participação na Passeata "Respeitem as nossas mulheres" foi moralmente permissível, apesar de patrocinada por um racista (o Grande Sábio da KKK), dado que foi por uma boa causa, a saber, a promoção do comportamento responsável por parte dos homens americanos brancos.

2 Formule as questões discutidas em (1) como argumento e contra-exemplo argumental.

3 Retome a passagem:

Algumas pessoas acham justo o aborto porque a mulher tem o direito de fazer com seu corpo o que quiser, e fazer um aborto é fazer algo com seu próprio corpo. Esse argumento não é sólido. Pode-se igualmente alegar que dar um soco no nariz de um passante é justo porque a mulher tem o direito de fazer o que quiser com seu próprio corpo, e dar um soco no nariz de um passante é fazer alguma coisa com seu próprio corpo.

Explicita as premissas e a conclusão do argumento original e do contra-exemplo. Explique por que tanto o argumento original como o contra-exemplo são argumentos válidos. Tente então defender o argumento original mostrando que o autor do contra-exemplo interpretou erroneamente a alegação de que "a mulher tem o direito de fazer com seu corpo o que quiser" ou então revise o argumento original de alguma maneira capaz de evitar o contra-exemplo.

- 4 É comum que contra-exemplos famosos sejam mais complicados do que precisam ser, sendo valioso escrever um ensaio que simplifique ou inclua uma simplificação de algum desses contra-exemplos. Escolha algum contra-exemplo elaborado que você tenha encontrado em suas leituras. Tente construir um contra-exemplo mais simples e que tenha o mesmo efeito.
- 5 Para um contra-exemplo elaborado e influente, leia Keith Donnellan, "Proper names and identifying descriptions", in *Semantics of natural languages*, ed. por Donald Davidson e Gilbert Harman, Nova York, Humanities Press, 1972, pp. 356-379.
- 6 O artigo de Gettier provocou grande interesse logo depois de ter sido publicado. Os três artigos a seguir referem-se a várias tentativas de corrigir a análise do conhecimento e contra-exemplos adicionais. Leia-os para obter mais exemplos do método dos contra-exemplos.
 - (a) Michael Clark, "Knowledge and grounds: A comment on Mr. Gettier's paper", *Analysis*, nº 24, 1963.
 - (b) Ernest Sosa, "The analysis of 'Knowledge that P'", *Analysis*, nº 25, 1964, pp. 1-8.
 - (c) John Turk Saunders e Narayan Champawat, "Mr. Clark's definition of 'Knowledge'", *Analysis*, nº 25, 1964, pp. 8-9.

- 7 Pense em possíveis contra-exemplos para as seguintes proposições:
- (a) Todo homem é mortal.
 - (b) Todo homem age por interesse.
 - (c) Tudo o que promove a maior felicidade para o maior número de pessoas é certo.
 - (d) Todas as pessoas têm um corpo.

6 Reductio ad Absurdum

Os argumentos que recorrem à *reductio ad absurdum* são freqüentemente usados sem dificuldades na argumentação corriqueira:

Muitos acreditam no Princípio do Inimigo, isto é, o princípio segundo o qual o inimigo de meu inimigo é meu amigo, embora isso seja muito evidentemente falso. Durante os anos 1980, tanto o Iraque como o Irã eram nossos inimigos. Além disso, o Irã era inimigo do Iraque. Assim sendo, nos termos do Princípio do Inimigo, o Irã era nosso amigo. Mas isso é absurdo. Logo, o Princípio do Inimigo é falso.

Embora seja fácil seguir esse argumento, as pessoas muitas vezes têm dificuldades para perceber por que argumentos com *reductio* como esse são válidos, bem como dificuldades para compreender argumentos com *reductio* em filosofia, quando explicitamente formulados.

Grosso modo, num argumento com *reductio ad absurdum*, a pessoa prova uma proposição supondo, para

fins de argumentação, o oposto da proposição que deseja provar. A noção de argumento com *reductio* explora um aspecto da noção de implicação. Lembre-se de que a implicação preserva a verdade. A partir de uma proposição verdadeira, seguem-se proposições verdadeiras. Isto quer dizer que, se implicar alguma coisa patenteamente falsa, a proposição tem de ser falsa. Ora, se essa proposição falsa é o oposto da proposição a ser provada, esta tem de ser verdadeira. É essa a estratégia que os argumentos com *reductio* exploram. Em suma, se alguma proposição implica uma proposição falsa, essa primeira proposição também tem de ser falsa e sua negação, verdadeira.

Como se evidencia a partir dessa descrição de argumentos com *reductio*, é crucial mostrar que a proposição implicada é falsa. Há duas maneiras de fazê-lo. A mais segura consiste em derivar uma contradição, qualquer contradição. Por exemplo, se puder provar que o oposto de sua concepção dos universais implica, digamos, que é possível a um objeto estar num dado lugar e não estar nesse lugar ao mesmo tempo, está claro que essa visão é falsa e, portanto, a sua tem de ser verdadeira.

Na lógica formal, os argumentos com *reductio* são sempre derivações de uma proposição. Eles podem ser representados da seguinte maneira, onde p_1, \dots, p_n são premissas, q é a conclusão desejada e r é qualquer proposição derivada:

p_1 p_2

.

.

 p_n q $\sim q$ [Suposição da *reductio*]

.

.

 $(r \ \& \ \sim r)$

Observe que as premissas são listadas numa coluna e a conclusão q , na parte direita superior, numa meia caixa. A primeira linha da derivação $\sim q$ é a negação da conclusão. Os três pontos verticais indicam as inferências (válidas) necessárias para derivar alguma contradição " $(r \ \& \ \sim r)$ ". (Deve ser desnecessário dizer que a contradição poderia ser " $(q \ \& \ \sim q)$ ".) Como supor $\sim q$ leva a uma contradição, ela tem de ser falsa. Em consequência, q tem de ser verdadeira.

Eis um exemplo inspirado por um argumento de Avicena:

Não pode haver dois Deuses, isto é, não pode haver dois seres perfeitos. Suponha, contudo, que houvesse dois. Nesse caso, um deles, digamos D_1 , teria a propriedade P , que o outro não teria. (Tem de haver essa propriedade porque, se há duas coisas, tem de haver alguma propriedade que distinga uma da outra.) P , contribui ou não contribui para tornar D_1 perfeito ou não perfeito. Se contribui, então o

outro Deus, D_2 , não teria uma propriedade que torna um ser perfeito e por conseguinte não seria Deus. Se não contribui, D_1 tem uma propriedade que não o torna perfeito e, nesse caso, D_1 tem uma propriedade supérflua ao ser perfeito e, portanto, não é perfeito.

Esse argumento pode ser apresentado da seguinte maneira:

- (1) Existem dois Deuses, D_1 e D_2 .
[Suposição da *reductio*]
 - (2) Ou P , contribui para tornar D_1 perfeito ou não contribui. [Tautologia]
 - (3) Se P , contribui para tornar D_1 perfeito, então D_2 não é Deus.
 - (4) Se P , não contribui para tornar D_1 perfeito, então D_1 não é Deus.
 - (5) Ou D_1 ou D_2 não é Deus. (A partir de 2, 3 e 4, por conjunção e dilema construtivo.)
 - (6) Há dois Deuses, D_1 e D_2 , e ou D_1 ou D_2 não é Deus. (Isso é uma contradição.)
-
- (7) Não existem dois Deuses.

A outra maneira, menos segura, de mostrar que uma proposição implicada é falsa é derivar uma proposição flagrantemente falsa. Hilary Putnam tenta produzir uma tal *reductio* como parte de sua defesa da alegação de que o significado de uma palavra, digamos, "água", não é determinado pelo estado psicológico do falante. Por exemplo, se houvesse um planeta ("Terra Gêmea") exatamente igual ao nosso, com exceção do uso da palavra "água"

para referência a uma substância com todas as características fenomênicas da água na Terra, mas que tivesse outra composição química que não H_2O , então a palavra "água" em Terra Gêmea não teria o mesmo significado da água na Terra. Ora, como alguns duvidaram disso, Putnam apresentou em defesa de sua concepção a seguinte *reductio*:

Suponha que "água" tenha o mesmo significado na Terra e na Terra Gêmea. [Suposição da *reductio*.] Ora, deixemos que a palavra água se torne fonemicamente diferente em Terra Gêmea — que ela se torne, digamos, "quaxel". Presumivelmente, essa não é uma mudança de significado *per se* em nenhuma concepção. Assim, "água" e "quaxel" têm o mesmo significado (embora se refiram a líquidos diferentes). Mas isso é altamente contra-intuitivo. [Conclusão supostamente absurda.] Por que não dizer então que "olmo" em meu idioleto é o mesmo que "faia" no seu, embora se refiram a árvores distintas? ("Meaning and reference", in *The philosophy of language*, 3^a ed., A. P. Martinich, Nova York, Oxford University Press, 1996, p. 291, n. 2).

Mas essa conclusão é absurda? Ao menos um filósofo de renome não estava persuadido disso (Jay David Atlas, *Philosophy without ambiguity*, Oxford, Clarendon Press, 1989, p. 136). Logo, não é tão fácil quanto você poderia pensar produzir uma proposição que seu público considere patentemente falsa e, portanto, absurda. Considere as seguintes proposições, que parecem patentemente falsas, sustentadas por alguns filósofos:

Nada se move.
Só existe uma coisa.
Todas as coisas são Deus.
Não existem substâncias materiais.
"Sir Walter Scott" não é um nome próprio.
Os seres humanos não agem livremente.

Na verdade, inventar um argumento engenhoso para uma proposição flagrantemente falsa é o caminho mais curto para entrar na história da filosofia. Considere a tentativa de provar a proposição "Algumas ações humanas são livres" por meio de uma *reductio*. Poder-se-ia alegar:

Suponhamos que nenhuma ação humana seja livre. [Suposição da *reductio*.] Então, nenhum ser humano é responsável por suas ações. Mas isso é absurdo. Logo, algumas ações humanas são livres.

O problema com esse argumento é que muitos filósofos sustentariam que não é absurdo afirmar que os seres humanos não são responsáveis por suas ações. Eles podem oferecer seu próprio argumento com *reductio* em favor da idéia de que nenhuma ação humana é livre:

Suponha que algumas ações humanas sejam livres. Então alguns eventos, a saber, as ações humanas, não têm causa. Mas isso é absurdo, porque todos os eventos têm causas. Logo, nenhuma ação humana é livre.

O que se pode fazer? Saber qual é o padrão do sucesso. Na filosofia, parece haver dois padrões concorrentes, embora em alguns casos eles possam não ser mutuamente exclusivos.

Um dos padrões diz que uma conclusão filosófica não deve, se for razoavelmente possível, contradizer o senso comum, ou seja, as crenças geralmente partilhadas pelos não-filosóficos. Esse padrão é motivado pela posição segundo a qual a tarefa do filósofo é justificar ou explicar as crenças comuns e não modificá-las. Foi o que Wittgenstein quis dizer com a seguinte afirmação: "A filosofia deixa tudo tal como é". Os filósofos que adotam esse padrão têm sido chamados de *filósofos descritivos*. Claro que nem sempre é possível justificar todas as nossas crenças comuns. Do mesmo modo, pode muito bem haver um conjunto de crenças básicas não triviais que todas as pessoas têm. Logo, o objetivo aqui é um ideal que nem sempre pode ser alcançado. No exemplo acima, "Algumas ações humanas são livres" se enquadraria na visão do senso comum.

O outro padrão determina que a conclusão filosófica não deve contradizer proposições teóricas básicas. Esse padrão é motivado pela idéia de que a tarefa da filosofia é produzir a mais simples e intelectualmente mais satisfatória explicação da realidade. Embora os filósofos dessa tradição muitas vezes discordem acerca de qual é a melhor explicação, assim como os filósofos descritivos discordam quanto ao conteúdo do senso comum, eles concordam que é preciso antes de tudo buscar os princípios filosóficos de que se vai partir e depois usá-los para determinar como é a realidade. Esses filósofos têm recebido o nome de *filósofos especulativos*. Uma forma especial de argumentação por *reductio* recebe o nome de *mirabilis consequentia*. Ela consiste em mostrar que uma proposição "não-*p*" implica uma proposição *p*. Um caso

elegante dessa forma é um argumento de Bertrand Russell contra o senso comum:

O senso comum leva à ciência. A ciência diz que o senso comum é falso; logo, o senso comum é falso.

Podemos expor mais claramente a estrutura da *reductio* se formularmos o argumento da seguinte maneira:

A provar: O senso comum é falso.

Prova:

- (1) Suponha que o senso comum não é falso.
[Suposição da *reductio*]
- (2) Se o senso comum não é falso, então a ciência é verdadeira.
[Premissa]
- (3) Se a ciência é verdadeira, então o senso comum é falso.
[Premissa]
- (4) O senso comum é falso. [A partir de 1, 2 e 3, por *modus ponens*.]

Num ensaio, esse argumento pode ser expresso da seguinte maneira:

O senso comum tem de ser falso. Porque suponha que ele não seja falso. Se o senso comum não é falso, então a ciência é verdadeira, porque o senso comum deu ensejo à ciência. E, se a ciência é verdadeira, o senso comum é falso, porque a ciência diz que a visão da realidade que tem o senso comum é falsa. Logo, o senso comum é falso.

Os alunos com freqüência julgam desorientadores os argumentos com *reductio*, e por duas razões. Primeiro,

eles se perguntam como um filósofo pode usar uma premissa e depois descartá-la. Como pode Russel provar que o senso comum é falso, se ele começa dizendo que o senso comum é verdadeiro? A fonte dessa desorientação é a suposição errônea de que o autor de um argumento com *reductio* afirme ou subscreva a suposição da *reductio*. Russell, por exemplo, não afirma que o senso comum é verdadeiro; ele apenas supõe ou finge supor, para fins de argumentação, que o senso comum é verdadeiro. Logo, ele nunca se compromete com sua verdade. Ele explora ou usa em seu próprio benefício a proposição de que o senso comum é verdadeiro, sem contudo subscrevê-lo. Ele oferece a proposição para fins da consideração de suas consequências; e, quando mostra que tem consequências absurdas, ele demonstra ser falso e que, por conseguinte, sua concepção é verdadeira.

Segundo, um argumento com *reductio* pode ser desorientador se você achar que o autor subscreve a contradição que deriva. É preciso se dar conta de que a contradição não é do autor desse argumento. Ele está relatando a contradição que se segue se se rejeitar sua posição. Considere a seguinte *reductio*, mais uma vez inspirada por Russell:

As descrições não são nomes. Porque suponha que elas o fossem. Então um nome poderia ser substituído por uma descrição se o nome e a descrição se referissem a um mesmo objeto. Ora, como "Scott" e "o autor de *Waverley*" se referem ao mesmo objeto e como George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*, segue-se que George IV queria saber se Scott era Scott.

É claro que Russell não crê que George IV deseja saber se Scott era Scott. Ele está assinalando o absurdo que se segue caso se aceite a visão de seu oponente, segundo a qual as descrições não são nomes.

Um exemplo final ilustrará como os argumentos com *reductio* muitas vezes introduzem uma proposição não subscrita pelo autor e que na verdade ela é o oposto da conclusão que ele deseja. Por exemplo, poder-se-ia alegar que as descrições definidas não têm sentido da seguinte maneira:

- [1] Suponha que as descrições definidas tenham sentido.
- [2] Então "o autor de *Waverley*" significa Scott (já que Scott é a pessoa que escreveu *Waverley*).
- [3] Além disso, se "o autor de *Waverley*" significa Scott, então a frase "Scott é o autor de *Waverley*" é uma tautologia.
- [4] Mas isso é absurdo.
- [5] Logo, as descrições definidas não têm sentido.

Observe que a suposição, expressa em [1], é o contraditório da conclusão [5]. [1] é usada como premissa; é suposta para fins de argumentação. O autor não afirma [1] nem se compromete com sua verdade. Ele usa [1] para mostrar em última análise ser ela falsa e que o contraditório de [1], isto é, [5], é verdadeira. [3] é absurda. Como [3] supostamente se segue de [1], [1] tem de ser falsa. Logo, o contraditório de [1], isto é, [5], tem de ser verdadeira.

7 Raciocínio dialético

A palavra *dialética* tem muitos significados. Num de seus sentidos, significa raciocínio falacioso ou sofístico.

Noutro sentido, significa raciocínio válido. Esses dois sentidos marcam os extremos de sua gama de significados. Em ambos os sentidos, *dialética* refere-se a um produto: um bom produto, no caso do sentido de raciocínio válido, e um mau produto, no caso do raciocínio falacioso ou sofístico. Usarei o termo "racionamento dialético" não como o nome de um produto, mas como designação de um *processo*, de um estilo ou de um método de raciocínio.

Nesse sentido, o raciocínio dialético se caracteriza pelo seguinte:

- (a) É um raciocínio que procede por meio da consideração de uma série de proposições topicamente relacionadas.
- (b) Cada proposição subsequente costuma vir de ou ser inspirada por proposições anteriores.
- (c) Supõe-se que cada proposição subsequente esteja mais próxima da verdade do que a anterior.

Esses três aspectos da dialética requerem alguns comentários breves.

Quanto a (a), a relação semântica entre as duas proposições é paradigmaticamente a de negação. G. F. W. Hegel, com cujo nome a dialética está mais estreitamente relacionada, preferia que uma proposição dialética fosse a negação da outra. Mas é prudente não levar muito a sério essa característica. Muitas vezes uma proposição dialética é apenas o contrário da outra. (Duas proposições são contrárias quando não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, mas podem ser falsas.) Por exemplo, pode-se passar da proposição *os seres humanos têm uma tendência natural para fazer o mal* à proposição *os seres humanos*

têm uma tendência natural para fazer o bem e, depois de examinar as deficiências de uma e da outra, terminar por concluir que *os seres humanos têm algumas tendências para fazer o mal e algumas tendências para fazer o bem*.

Quanto a (b), uma proposição vem da proposição anterior por meio da consideração de suas consequências lógicas e, dessa maneira, da descoberta das limitações dos conceitos nelas expressos. As proposições subsequentes vêm de modo geral de um ou mais dos seguintes tipos de revisão:

- (1) negação
- (2) expansão
- (3) restrição

A negação é o tipo hegeliano clássico de revisão. Um filósofo pode começar com a tese "Existem universais" e então negá-la, diante de objeções, gerando "Não existem universais".

A expansão consiste em tornar mais explícita a proposição; é tornar um ponto mais pleno. Um filósofo que comece com a proposição "Todo homem é livre" pode explicá-la, expandindo-a: "Todo homem nasce livre, embora alguns se tornem escravos por intermédio da lei". Há muitas formas de expansão. Qualificar uma proposição é uma delas. Jean-Jacques Rousseau diz: "O homem nasce livre, mas em toda parte ele está sob ferros". A afirmação é vigorosa, mas não literalmente verdadeira, mesmo não havendo falhas em seu uso da metáfora. No curso de sua exposição, fica claro que ele quer dizer "O homem, considerado como uma criatura em estado de

natureza, isto é, não restrito pela civilização, nasce livre, mas na sociedade civil ele está sempre sob ferros, sendo improvável que seja feliz". Qualificar uma tese dessa maneira é por vezes chamado de "matizar".

A restrição equivale a enfraquecer uma proposição. Um filósofo que transforma "Os seres humanos são necessariamente bípedes" em "Os seres humanos são normalmente bípedes" ou "Todas as ações humanas são livres" em "Algumas ações humanas são livres" está restringindo a proposição.

Quanto a (c), a dialética tem uma motivação pedagógica. Supõe-se que o tratamento sistemático da sucessão de proposições seja uma maneira fácil de levar uma pessoa à verdade. A consideração sucessiva de uma série de proposições mostra por que outras possibilidades não são corretas. Isso é especialmente útil quando a concepção correta é muito complexa. Um tratamento dialético de uma concepção deveria revelar por que a concepção complicada é inevitável. Por exemplo, H. P. Grice considera sucessivamente, em seu artigo "Meaning", as seguintes proposições:

- (1) Por meio de um enunciado *x*, uma pessoa *S* quer dizer que *p* se e somente se *S* pretende que um auditório *A* acredite que *p* em virtude de *x*.
- (2) Por meio de um enunciado *x*, uma pessoa *S* quer dizer que *p* se e somente se *S* pretende que um auditório *A* reconheça que *S* pretende que *A* acredite que *p* em virtude de *x*.
- (3) Por meio de um enunciado *x*, uma pessoa *S* quer dizer que *p* se e somente se *S* pretende que um auditório *A*

venha a acreditar que *p* ao menos em parte porque *A* reconhece que, ao enunciar *x*, *S* pretende que *A* venha a acreditar que *p*.

Seria difícil levar o leitor a crer em (3), para não falar de compreendê-la, se ele não visse por que Grice julgou necessário rejeitar (1) e (2) como demasiadamente simples.

Num tratamento dialético da questão, supõe-se que as proposições posteriores sejam mais corretas e mais bem fundadas do que as anteriores. Elas são mais corretas e mais bem fundadas porque o desenvolvimento dialético permitiu que os argumentos em favor de uma tese fossem apresentados e as objeções a essa tese levadas em conta e/ou refutadas ou usadas para aprimorar a tese original. Eliminaram-se vários tipos de ambigüidade e de imprecisão discutidos no capítulo 6.

Numa forma de raciocínio dialético, seria possível combiná-lo com uma *reductio*. Considere o seguinte fragmento de ensaio:

Poder-se-ia pensar que *as únicas coisas reais são as coisas que existem*. Mas um momento de reflexão revela que isso não pode ser verdade, porque, se fosse, nada seria capaz de mudar. Isso se deve ao fato de que tudo o que muda o faz de algo que existe num dado momento do tempo para algo que não existe nesse momento. Como o que não existe não é real, segundo nosso princípio original, a mudança seria impossível. Isso é evidentemente absurdo.

Logo, parece que *as coisas reais são coisas que existem e coisas que não existem*. Mas essa posição também parece insustentável, porque ela, da mesma maneira, não explica como a mudança é possível: tudo o que muda existe. Se

aquilo que muda se torna o que não existe, o que muda se torna nada, porque o que não existe não é nada. Mas isso é impossível. Logo, alguma coisa parecida com a nossa proposição original é verdadeira. Mas é preciso modificá-la a fim de levar em conta o fato da mudança: *as únicas coisas reais são coisas que existem num dado momento*. Logo, tudo o que muda muda de algo que existe num dado tempo, digamos, t_1 , em algo que existe em outro tempo, digamos, t_2 .

Nessa passagem, há um desenvolvimento dialético que envolve de modo crucial as três proposições em itálico:

- (1) As únicas coisas reais são as coisas que existem.
- (2) As coisas reais são coisas que existem e coisas que não existem.
- (3) As únicas coisas reais são coisas que existem num dado momento.

A passagem da proposição (1) para a proposição (2) foi motivada por um argumento com *reductio*, tal como o foi a de (2) para (3). (2) também parece contradizer (1) e incorporar essa contradição, embora na verdade as duas conjuntas aparentes de (2) não sejam contraditórias entre si. (Talvez esse tipo de aparência tenha levado Hegel a afirmar que a realidade é contraditória.) Quanto a (3), observe que ela é superficialmente mais próxima de (1) do que de (2). Ela se assemelha a um “retorno” a (1), com uma diferença: (3) é mais complexa e precisa do que (1). Em suma, há um sentido em que (3) supera tanto (1) como (2), bem como um sentido em que (2) é o oposto de (1).

Eis outro exemplo de ensaio que incorpora um método dialético:

[1] Todas as ações humanas são egoistas. [2] Todos são motivados por seus próprios interesses mesquinhos. [3] Ninguém age de uma maneira que considere prejudicial a si mesmo. [4] O hedonismo atual o evidencia.

[5] Poder-se-ia objetar que o egoísmo não pode ser verdadeiro. [6] Pessoas que fazem doações a instituições de caridade, pais que se sacrificam pelos filhos, soldados que dão a vida pelo país poderiam ser provas de que o egoísmo é falso.

[7] Mas isso não é suficiente para refutar o egoísmo. [8] As pessoas sempre agem a partir de seu próprio interesse, mesmo quando esse auto-interesse não é imediatamente acessível. [9] As pessoas fazem doações a instituições de caridade a fim de evitar sentimentos de culpa; os pais se sacrificam pelos filhos em função do prazer vicário que obtêm com o sucesso ulterior destes; os soldados dão a vida não pelo país, mas para evitar a vergonha da covardia e a inevitável execução por deserção que haveria se não o fizessem. (Esta passagem é inspirada por Charles Landesman, *Philosophy: An introduction to the central issues*, Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1985, p. 24.)

Há quatro proposições importantes para a compreensão da estrutura dialética da passagem. A frase [1] apresenta a tese. A frase [5] nega [1] preliminarmente, na forma de uma objeção. A frase [7] reafirma a tese de maneira geral e prepara o leitor para a frase [8], que é uma formulação mais precisa da tese, tornada possível em virtude de [5].

O propósito do raciocínio dialético deve ser retórico ou pedagógico. Presume-se que levar o leitor a percorrer

algumas alternativas plausíveis vinculadas com algum problema torne mais simples a compreensão da proposição verdadeira. O objetivo é instruir, não atordoar.

À medida que se familiarizar com o estilo de escrita dos principais filósofos, você poderá perceber que a forma do diálogo parece prestar-se ao raciocínio dialético. O intercâmbio proporcionado pelo diálogo convida à assertão de uma proposição; convida à sua refutação, à sua substituição por outra proposição que leve em conta a refutação de um falante e seu oposto por outro. Cada falante pode refutar a proposição do outro e, assim, levar o leitor a sucessivamente rever sua tese. Mas nem por isso todos os diálogos exibem esse tipo de raciocínio dialético. Emprega-se muitas vezes a forma de diálogo apenas para desenvolver com mais elementos uma tese apresentada no começo e nunca revisada.

Deve-se fazer, aqui, uma advertência. Embora a apresentação dialética do raciocínio seja uma boa maneira de desenvolver um argumento, tenha cuidado ao tentar usar a forma de diálogo para exprimir uma progressão dialética em seu ensaio. Trata-se de uma forma de manejo muito mais difícil do que parece à primeira vista. Só os melhores filósofos e estilistas filosóficos, como Platão, Berkeley e Hume, por exemplo, tiveram sucesso ao usar essa forma. Uma das desvantagens vincula-se com a sagacidade: não substitua o pensamento e a substância pela presença de espírito ou pelo humor. Outra desvantagem é a digressão. É preciso controlar o diálogo. Embora se possam introduzir algumas questões colaterais e subtramas filosóficas, é importante não deixar que o diálogo se prenda a meandros

ou perca seu curso, como ocorre no começo de *Tristam Shandy* [famoso romance do inglês Laurence Sterne].

O raciocínio dialético é útil na redação de ensaios porque costuma proporcionar um método fácil de organização. Quando imaginam o ensaio antes de escrevê-lo ou quando tomam notas antes de esboçá-lo, as pessoas costumam cair no seguinte tipo de pensamento:

De um lado, *X*.

Por outro lado, não-*X*, por causa de *P*.

Mais uma vez *X*, por causa de *Q*.

Por outro lado, não-*X*, por causa de *R*.

Os estudantes costumam julgar frustrante esse tipo de ir-e-vir e terminam por pensar que não sabem o que pensam ou o que devem pensar. E isso tende a provocar neles o bloqueio do escritor. Uma saída para o problema é usar esse pensamento cheio de idas e vindas em seu próprio favor. Não pense nele como algo oscilante ou incerto, porém como pensamento dialético! Use-o como a estrutura básica da parte média de seu ensaio.

Exercício

Construa uma pequena passagem dialética em que o conjunto de proposições a seguir desempenhe um papel central:

- (a) Nenhuma ação humana é livre.
- (b) Algumas ações humanas são livres.
- (c) Todas as ações humanas são causadas, mas algumas ações não vêm da coação.

Algumas restrições ao conteúdo

No capítulo 2, descobrimos que a validade e a verdadeagem juntas para produzir argumentos sólidos e que, para ser persuasivo, o argumento tem de ser ao mesmo tempo convincente, isto é, reconhecidamente sólido. Muitos argumentos filosóficos são válidos, mas a maioria não é convincente. Por quê? A resposta é que as evidências apresentadas em favor de suas premissas não são do tipo correto ou não são apresentadas de uma maneira que faça o público reconhecer sua força evidencial. A pessoa que não consegue julgar verdadeira cada premissa individual de um argumento não será levada a aceitar sua conclusão.

Seria uma maravilha se houvesse alguma maneira simples de explicar o que constitui uma boa evidência para uma premissa filosófica ou como se poderia proceder para descobri-la. Infelizmente, não creio que haja. Os filósofos costumam usar as técnicas descritas no capítulo anterior — análise, contra-exemplos e *reductio ad absurdum* —, mas não se pode descrever de uma maneira geral qual a análise correta para um conceito específico, qual o contra-exemplo para alguma proposição específica ou como construir uma *reductio* para chegar a uma dada

conclusão. Isso é parte da substância da filosofia. Quando as pessoas lêem filosofia ou a praticam elas mesmas, sua atenção se dirige para essas questões e não se supõe que o estilo interfira na compreensão dessa substância.

Feita a advertência, desejo dizer algo sobre três questões vinculadas com a evidência: a busca da verdade, o uso da autoridade e o ônus da prova.

1 A busca da verdade

Tanto quanto puder, você deve assegurar-se de que aquilo que diz é verdadeiro. Não se esforce por dizer algo "profundo" ou algo que você julgue parecer profundo. Quem pode escrever mil palavras acerca de um tópico filosófico sem dizer nada falso e muito menos alguma coisa ultrajantemente falsa conseguiu algo sobremodo importante. A profundidade poderá vir por si mesma.

Você nem sempre terá êxito, pois em algumas ocasiões cometerá erros honestos. Dê atenção a isso, mas não a ponto de ficar paralisado. Só se preocupe mesmo com os erros desonestos. Já mencionei a tentação de escrever alguma coisa falsa porque ela soa profunda. Entre as outras tentações, há a de escrever algo fácil por julgar que seu professor acredita nisso. No longo prazo, é melhor estar comprometido com a verdade do que com aquilo que você pensa que seus superiores julgam ser a verdade. No curto prazo também; dizer algo em que não se acredita costuma soar falso e pode ser percebido por um leitor sensível.

Em anos recentes, alguns filósofos e muitos alunos passaram a dizer que não existem verdade tal como pensam nem a verdade. (Não creio que eles acreditem realmente nisso, mas eles dizem que acreditam e podem pensar que sim. Pensar que se acredita em algo em que não se acredita é enganar a si mesmo.) Quando dizem que não existe verdade, eles não pensam ser verdade que não existe verdade? E, se assim é, eles estão se comprometendo com a existência de ao menos parte da verdade. Minha alegação é bem simples. Compare-a com aquilo que os tribunais exigem: "A verdade, toda a verdade, nada mais do que a verdade".

Por vezes esses filósofos e alunos afirmam rejeitar apenas a Verdade com "V" maiúsculo, mas julgo suas explicações da diferença entre verdade e Verdade inadequadas ou inexistentes. Negar a existência da verdade é algo que leva alguns a achar que isso soa profundo. Eu julgo isso uma tolice.

2 O uso da autoridade

As pessoas se apoiam em autoridades no tocante a muitas crenças que têm e às decisões que tomam, e com freqüência o fazem com razão. É legítimo apoiar-se nas previsões do tempo que fazem os meteorologistas — desculpe, esse é um mau exemplo —, nos pareceres dos médicos sobre nossa saúde, no parecer dos físicos sobre a natureza do universo e assim por diante. Mas o que torna justificável esse tipo de confiança é o fato de a

autoridade ter boas razões para ter suas idéias, razões que em nada dependem da autoridade. Em última análise, o valor evidencial de toda autoridade depende da qualidade da evidência que ela apresenta. É um erro substituir as evidências que um filósofo apresenta por sua autoridade. Por exemplo, considere o seguinte fragmento de ensaio, que contém um uso errôneo da autoridade:

Os universais são objetos gerais que causam a existência de valores individuais. Os universais existem nos objetos ou sem os objetos. Mas como Platão, o maior ou ao menos um dos maiores filósofos de todos os tempos, sustentava que os universais existem sem os objetos isso deve ser verdade e eles não podem existir nos objetos.

Esse fragmento contém um uso errôneo da autoridade, porque a grandeza de Platão como filósofo é irrelevante para a natureza dos universais. Muitos outros filósofos, como Aristóteles, por exemplo, sustentaram que os universais existem nos objetos. E suas crenças são igualmente irrelevantes para a questão. O que é relevante é a argumentação que estabelece ou refuta a concepção de que os universais existem nas coisas. Em manuais de lógica não-formal, um apelo ilegítimo à autoridade é chamado de "a falácia da autoridade".

Há, igualmente, apelos legítimos à autoridade. Não é possível provar tudo num ensaio ou mesmo num livro. Há circunstâncias nas quais o autor precisa ou (1) pressupor algum resultado que outra pessoa (alegadamente) estabeleceu ou (2) usar em seu argumento alguma premissa que ele mesmo não pode provar mas que foi pro-

vada por outra pessoa que o autor pode esperar que o público aceite como autoridade. Eis um exemplo de (1):

Descartes afirma que sua existência decorre de seu pensar. Ele segue a mesma linha geral de argumentação para provar que Deus existe, que ele não é idêntico a seu corpo e muitas outras coisas. Para os propósitos desse ensaio, suponhamos que Descartes esteja certo. Desejo alegar que sua posição pode oferecer uma base racional para o individualismo, bem como para uma forma democrática de governo.

Nesse fragmento, o autor usa a autoridade de Descartes para oferecer a suposição de que precisa para desenvolver o ponto principal de seu ensaio.

No tocante a (2), citar os resultados obtidos por uma autoridade pode poupar o tempo e o esforço necessários ao oferecimento de uma prova que não tenha lugar central no projeto específico do autor. Esse uso da autoridade motivou o uso de expressões do tipo "Como o demonstrou Gödel...", que é simplesmente uma abreviação do argumento em si. Mas ele só tem eficácia se aquilo que a autoridade "demonstrou" for conhecido e aceito pelo público a que se dirige o autor. Referir-se a um argumento obscuro ou que seja objeto de amplas dúvidas é inaceitável. Do mesmo modo, não pense que se referindo aprovativamente ao argumento de um autor você está se eximindo de algum ônus e depositando-o na autoridade a que recorreu. Ao contrário, você está assumindo o ônus da prova desse argumento. Se o argumento da autoridade citada for defeituoso, seu argumento o será igualmente.

(Se o argumento da autoridade for bom, claro que o crédito cabe a ela, por ter sido ela quem o concebeu.)

Embora referir-se a uma autoridade a fim de tomar para si o argumento dessa autoridade seja uma maneira de abreviar o argumento e evitar a citação, a citação é às vezes desejável. Podemos citar uma autoridade tanto para exprimir um argumento que aceitamos como para exprimir um argumento que pretendemos atacar. As autoridades podem ser amigos ou inimigos. Uma autoridade favorecida só deve ser citada se o autor do ensaio não puder exprimir o pensamento com mais clareza ou brevidade do que o fez a autoridade, porque, se puder melhor apresentar esse pensamento com suas próprias palavras, o autor deve fazê-lo. Recorrer a uma citação seria, no caso, uma confissão de fracasso. Também se pode citar uma autoridade se suas palavras tiverem uma eloquência imponente. Todos os que discutem as concepções de Hobbes sobre o homem em estado de natureza se sentem impelidos a citá-lo: "e o estado do homem é solitário, pobre, decadente, brutal e curto". Uma citação pode ser retumbante mas tautológica — "Tudo é o que é, e não outra coisa" (Bispo Butler) — ou de tirar o fôlego — "Onde não se pode falar deve-se calar" (Wittgenstein).

Uma autoridade desfavorecida deve ser citada se for necessário provar que você apresentou a posição dela com imparcialidade e precisão. É muito importante que você apresente a posição do oponente da maneira mais forte ou mais defensável, ainda que pense que ela não pode suportar o ataque de suas objeções. Apresentar com parcialidade a posição do oponente é construir um falso

argumento. Refutar essa posição injustamente apresentada equivale a bater num *inimigo vencido*. É muito fácil fazer isso, mas não é uma grande realização.

Os alunos são especialmente suscetíveis ao abuso da autoridade porque a maioria de seus ensaios requer um uso amplo de autoridades, de modo geral algum filósofo de destaque e bem morto — Platão, Descartes, Hume, Kant —, e eles não sabem o que há de importante numa autoridade. O que importa não é a fama nem o admirável caráter do filósofo ou sua possível vida excitante, mas seus argumentos. Como eu já disse, na maioria das atividades filosóficas o Argumento é tudo. E isso explica por que autoridades filosóficas têm um papel tão destacado na maioria dos ensaios filosóficos, tanto nos dos filósofos profissionais como nos dos estudantes de filosofia: os grandes filósofos construíram grandes argumentos filosóficos que devem antes de tudo ser conhecidos e depois criticados, revisados e ampliados. Os grandes filósofos do passado estabeleceram os termos do debate filosófico não porque os filósofos tenham um respeito fora do comum pela tradição, mas porque a tradição consiste nos argumentos que os filósofos cujos argumentos os tornaram grandes conceberam. Como o disse certa vez o extraordinário historiador da filosofia medieval e moderna Étienne Gilson, "A única coisa pertinente à história da filosofia é a filosofia".

Além do uso das obras dos grandes filósofos, os alunos têm muitas vezes de pesquisar a *literatura secundária*, isto é, livros e artigos escritos por estudiosos sobre os grandes filósofos. Há ocasiões em que se espera que os

alunos relatam o que disseram esses estudiosos e mesmo que avaliem isso. Em ambos os casos, o que importa é a evidência ou a razão que eles oferecem em favor de sua concepção. A literatura secundária deve ser examinada a fim de se descobrir se ela lança alguma luz sobre o tópico primário.

3 O ônus da prova

Liga-se à questão da evidência e da autoridade a questão de determinar a quem cabe o ônus da prova do argumento. *Grosso modo*, ele cabe à pessoa que afirma ou que se apóia de alguma outra maneira na verdade de uma proposição para tornar convincente sua posição. Lembre-se, no entanto, de que é impossível provar todas as proposições. Há em todas as ciências algumas proposições consideradas básicas e fundamentais. Tais proposições são simplesmente supostas sem prova. Na geometria, esses princípios são os axiomas, considerados tradicionalmente evidentes por si mesmos. Há, além disso, muitas proposições que, embora não sejam auto-evidentes, não precisam ser provadas cada vez que são usadas, dado que a evidência em favor delas é muito conhecida. Por exemplo, não se precisa provar que a Terra é redonda e muito antiga, que os seres humanos usam linguagens para se comunicar, e assim por diante. Por outro lado, na maioria dos contextos não se deve simplesmente supor que só exista um objeto ou que animais não-humanos usem linguagens para se comunicar. Trata-se de idéias controver-

sas que precisam ser fundamentadas. Há, contudo, proposições que, embora não sejam evidentes por si mesmas nem sustentadas por evidências apresentadas no próprio ensaio, ainda podem ser usadas. As vezes as proposições são usadas condicionalmente ou como suposições, isto é, alguém poderia tentar provar que existe conhecimento empírico a partir do pressuposto de que existe conhecimento matemático. Nesse caso, a pessoa estaria provando condicionalmente a existência do conhecimento empírico. Ela supõe, *para fins de argumentação*, que existe conhecimento matemático, a fim de extrair desse pressuposto uma consequência digna de atenção. Esse uso condicional de proposições é legítimo desde que a proposição inferida não seja filosoficamente ultrajante. (Se a proposição for filosoficamente ultrajante, a verdade do pressuposto pode ser objeto de dúvida.)

Se nenhuma ciência está isenta de pressupostos, é altamente improvável que algum ensaio possa estar. O segredo está em ser capaz de distinguir o que se pode supor e o que exige prova ou evidências. Não há uma regra simples sobre como perceber isso além de prestar atenção ao que o professor diz na aula a fim de determinar o que ele permitirá ou não permitirá que você pressuponha. Talvez seja necessário perguntar-lhe explicitamente se certas coisas podem ser pressupostas.

Você deve pensar na possibilidade de seu argumento precisar de alguma proposição evidente ou apenas suportável pela evidência. Por exemplo, a fim de refutar o ceticismo, tem de haver uma proposição evidente ou basta que haja uma proposição verdadeira para além de uma

dúvida razoável? Há, na ética, alguma coisa evidente? Algum princípio moral substantivo, como "É sempre errado dizer intencionalmente o que é falso" ou "É sempre errado se apossar intencionalmente da propriedade alheia", precisa ser evidente ou basta que seja mais razoável do que todo princípio concorrente? Estas continuam a ser questões filosóficas controversas, e a maneira como você lhes der uma resposta determinará em larga medida o tipo de argumento que você precisará construir a fim de sustentar a tese de seu ensaio.

Algumas metas em termos de forma

Os ensaios têm de ser inteligíveis ao leitor. Se você dispuer de um grande argumento e não puder comunicá-lo ao leitor, esse argumento não terá valor prático. Três dos mais importantes modos de tornar o ensaio inteligível são assegurar-se de que ele é claro, conciso e coerente. Os filósofos empenham-se igualmente por aquilo que denominam "rigor". Essas quatro qualidades são o tópico deste capítulo.

1 Coerência

Uma das mais sérias falhas de um ensaio é a incoerência, que não equivale à falta de sentido. A falta de sentido, no significado que lhe atribuo, é uma noção absoluta. Uma frase é ou não é sem sentido, e não pode ser tornada inteligível simplesmente ao ser posta num contexto. A coerência, em contraste, é relativa. Uma frase que é por si só perfeitamente dotada de sentido pode ser incoerente no contexto de um ensaio. Por exemplo, a frase "Kant é o autor da *Crítica da razão pura*" certamen-

te tem sentido, não sendo difícil compreendê-la. Mas em alguns contextos ela seria incoerente, como no caso do seguinte fragmento de ensaio:

Platão, que é o maior dos filósofos gregos antigos, se perguntou como podia ser que muitas coisas diferentes pudessesem todas pertencer ao mesmo tipo. Kant é o autor da *Critica da razão pura*. Dado que Fido, Bowser e Spuds são todos cães, eles são de alguma maneira o mesmo. O que os torna o mesmo?

A frase sobre Kant está tão fora de lugar nesse fragmento que quase se é tentado a dizer que ela não faz sentido ou mesmo que não tem sentido. Acentuo, no entanto, que ela não é desprovida de sentido ou sem sentido, porém incoerente em alguns contextos. Uma frase é incoerente quando não se integra à frase que a precede ou a segue imediatamente. Um parágrafo é incoerente quando não se integra ao parágrafo que o segue ou o precede imediatamente. E um ensaio é incoerente quando um grande número de frases ou parágrafos seus é incoerente.

Grande parte da coerência resulta da continuidade, isto é, da maneira como o ensaio se move de um lugar para outro, rumo a seu destino. Um ensaio cheio de digressões, que parece não ter nenhum destino particular, é defeituoso mesmo que cada uma de suas frases tenha uma enorme energia retórica.

Há vários modos de obter a coerência num ensaio. Às vezes uma parte do ensaio mantém uma relação de coerência com outra porque partilham um tópico, como no caso do seguinte fragmento de ensaio:

Platão sustenta que os universais efetivamente existem. Os universais são, assim, parte do estofo último do mundo. Se não houvesse universais, nada mais existiria.

Cada frase desse fragmento se integra às outras por meio do assunto compartilhado: os universais.

Além de partilhar um assunto específico, as frases se integram entre si de outras formas. Uma delas é o uso de frases que marcam as fronteiras das grandes partes do ensaio: o começo, o meio e o fim. Considere as frases a seguir:

Começo/Para começar

Alegarei agora/Considere-se o argumento

Concluo/Para concluir/Em conclusão

Ainda que essas frases não sejam particularmente elegantes, elas são eficazes para informar o leitor sobre o ponto do ensaio em que ele se encontra, e a união das três reúne num todo as três grandes unidades estruturais do ensaio.

Outros recursos lingüísticos conectam parcelas menores do ensaio, um parágrafo a outro, uma frase a outra e mesmo uma parte de uma frase a outra. Esses recursos costumam ser chamados de *expressões de transição*. Seu efeito é muito mais local do que o de expressões como "Começo", "Em conclusão" e "Alegarei", que controlam parcelas relativamente grandes do texto. A maior parte dos recursos lingüísticos disponíveis para unir partes do ensaio ocorre no meio do ensaio, lugar da maioria dos movimentos importantes do argumento. O autor precisa fornecer ao leitor "sinais de trânsito" que marquem a introdução de

subargumentos e a apresentação e a refutação de objeções. Um bom lugar para esses sinais é o começo dos parágrafos. Por exemplo, considere as frases de abertura de seis parágrafos sucessivos de *Philosophy: An introduction to the central issues*, de Charles Landesman:

G. E. Moore desenvolveu um argumento contra o hedonismo...

O hedonismo tem duas respostas a Moore. Em primeiro lugar,... Em segundo,...

Outro argumento contra o hedonismo...

O hedonista replica...

Assim sendo, o hedonismo não é refutado...

No começo, Landesman deixa claro qual é o tópico principal de cada parágrafo. O leitor deve ser grato ao autor por mantê-lo informado sobre o ponto do ensaio em que ele se encontra. Seu professor também o será — e poderá exprimir essa gratidão da maneira que você mais gosta — se você usar expressões de transição semelhantes.

Eis mais um exemplo de expressões de transição no começo de parágrafos sucessivos:

Começaremos a nossa consideração do empirismo voltando a nossa atenção para Locke.

Pode-se objetar ao empirismo de Locke chamando a atenção para...

Há uma réplica dúplice a essa objeção.

Mas quem objeta pode não aceitar essa réplica a partir do fato de que...

Além das expressões de transição que iniciam parágrafos, há ainda palavras e expressões de transição úteis no interior dos parágrafos. As expressões *portanto* e *em consequência* indicam a conclusão de um argumento, na maioria das vezes dentro do parágrafo. As expressões *além disso*, *por outro lado*, *do mesmo modo* e *em acréscimo* indicam que se fornecerão evidências ou informações adicionais sobre o assunto.

Os pronomes e as nominalizações também podem ser usados para produzir coerência. Compare as duas seqüências a seguir:

Platão argumenta que é mais fácil observar a natureza da justiça no Estado do que no indivíduo. Platão usa a premissa de que o mais amplo é observado com mais facilidade.

Platão argumenta que é mais fácil observar a natureza da justiça no Estado do que no indivíduo. Seu argumento usa a premissa de que o mais amplo é observado com mais facilidade.

As duas passagens exprimem a mesma informação, mas a segunda tem uma coerência de que a outra não é dotada. A coerência é obtida por meio do uso de duas palavras: *seu* e *argumento*. O pronome *seu* requer que o leitor encontre seu antecedente, que está na frase anterior. O mesmo ocorre com o substantivo abstrato "argumento", advindo da nominalização do verbo "argumentar". Assim, embora não se devam usar palavras abstratas por si sós, há razões para o seu uso, e uma delas é a coerência. Eis mais três exemplos de coerência entre fra-

ses obtida pela transformação do verbo de uma frase num substantivo abstrato que é usado na outra:

Trasimaco propõe que a justiça é aquilo que serve aos fortes. Sua proposição é refutada por Sócrates.

Camus recomenda que escolhemos nossos valores. Sua recomendação é correta.

Heidegger desafia os filósofos contemporâneos a voltar às raízes da filosofia. Seu desafio foi aceito de maneiras inesperadas por Derrida.

Virtualmente, todos os princípios e recursos para gerar coerência no ensaio que mencionei deveriam ser conhecidos por você a partir dos cursos de redação. O que tentei fazer foi torná-lo consciente do fato de eles se aplicarem igualmente à filosofia, bem como tentar levá-lo a usar os recursos disponíveis em sua própria prosa filosófica.

Exercícios

- 1 Descubra e registre por escrito três parágrafos sucessivos de alguma obra filosófica que contenham expressões de transição explícitas em seu começo.
- 2 Pense em dez palavras ou expressões de transição que poderiam aparecer em ensaios. (Uma sugestão: procure exemplos em ensaios.)

2 Clarezza

É bem possível que um ensaio seja coerente mas não claro. Cada frase pode estar obviamente ligada a todas as

outras sem que nenhuma delas transmita o pensamento do autor:

A arte desafia o princípio prevalecente da razão: ao representar a ordem dos sentidos, ela invoca um lógica proibida — a lógica da gratificação, que se opõe à da repressão. Por trás da forma estética sublimada, revela-se o conteúdo não sublimado: o compromisso da arte com o princípio do prazer. A investigação das raízes eróticas da arte tem um amplo papel na psicanálise (Herbert Marcuse, *Eros and civilization*, Nova York, Vintage Books, 1955, pp. 168-169).

Há coerência aqui, mas não clareza, creio eu. Marcuse poderia ter dito mais ou menos a mesma coisa da seguinte maneira:

A arte tem para a vida a mesma importância que tem a razão, apesar de os filósofos terem muitas vezes deixado esse fato de lado. A arte está vinculada primordialmente com as satisfações das experiências dos sentidos. Mesmo quando sob a restrição de formas artísticas específicas, o caráter sensual da arte ainda pode ser percebido. Grande parte da psicanálise tem se dedicado à investigação das satisfações sensuais advindas da arte.

É um tanto embaraçoso um filósofo pregar sobre a clareza, porque muitos escritos filosóficos carecem dessa qualidade. Mesmo assim, a clareza permanece como um ideal. Wittgenstein escreveu: "O que pode ser dito pode sê-lo com clareza" (*Tractatus Logico-Philosophicus*). Schopenhauer escreveu: "O verdadeiro filósofo sempre busca a clareza e a discriminação; ele tenta invariavelmente lem-

brar não uma torrente violenta, impetuosa, mas antes um lago suíço que, por meio de sua calma, combina uma grande profundidade com uma grande clareza, revelando-se a profundidade precisamente por meio de sua clareza" (citado por Peter A. French, "Toward the headwaters of philosophy: Curriculum revision at Trinity University", in *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, nº 58, 1985, p. 615). Joseph Butler escreveu: "A Confusão e a Perplexidade no Escrever são efetivamente indesculpáveis, dado que qualquer um pode, se o desejar, perceber se comprehende e conhece aquilo a que se dedica" (Joseph Butler, *Five sermons*, Indianápolis, Hackett, 1983, p. 12). Butler pode ter exagerado a verdade; talvez um autor nem *sempre* saiba que seus escritos são confusos, especialmente quando comprehende por inteiro o seu material. Mesmo assim, o que Butler quer dizer é verdade em muitíssimos casos. Além disso, justamente porque é provável que um autor possa não saber que sua redação é confusa, a não ser que pense sobre essa possibilidade com algum cuidado, é de todo importante que ele faça isso, porque o que Butler diz imediatamente depois da passagem acima está certo: "e é imperdoável que um homem apresente aos outros o seu pensamento quando ele está consciente de que ele mesmo não sabe onde se encontra nem em que ponto está o assunto que tem diante de si" (Butler, *Five sermons*, p. 12). Não há desculpas para quem escreve intencionalmente de maneira confusa. Os autores têm a obrigação de ser claros.

A clareza se relaciona com o público. Aquilo que é claro para uma pessoa num dado momento, numa dada

situação, pode não ser claro para outra em outro momento e em outra situação. O que conta como uma clara exposição do teorema da incompletude de Gödel para um lógico de Harvard pode não parecer uma exposição clara para uma pessoa que faz seu primeiro curso de filosofia. A presença ou a ausência de clareza na redação depende em parte de que fatos ou crenças o autor pode legitimamente supor que seu público possui.

Quantas vezes você ouviu pessoas dizerem, frustradas, "Bem, você sabe o que eu quero dizer", quando fracassaram repetidamente em dizer o que querem dizer sobre o tipo de coisa mais banal. Pense como é muito mais difícil dizer alguma coisa *exatamente* correta sobre o mais central, importante e fugidio de nossos conceitos quando ninguém o disse antes dessa mesma maneira. Em filosofia, depois de se fracassar em dizer alguma coisa de modo correto, nunca é aceitável recorrer à frase "Bem, você sabe o que eu quero dizer". Se o público sabe o que o autor quer dizer sem que ele o diga corretamente, o que ele tem a dizer é trivial; e, se não for trivial, o público não pode ter certeza sobre o que o autor quer dizer.

É fácil dizer "Seja claro" e difícil dizer o que é a clareza. No sentido amplo em que uso o termo, a clareza é um conceito complexo que exibe muitas dimensões. Na filosofia, a dimensão que mais se destaca entre todas é a precisão. A precisão evita três coisas: a ambigüidade, a vaguidade e a indeterminação.

Uma palavra, expressão ou frase ambígua é a que tem dois ou mais sentidos. A frase "Maria está num banco" é ambígua porque fica entre "Maria está nalguma

instituição financeira" e "Maria está sentada na praça". Embora seja muito improvável que essa frase venha a causar alguma confusão filosófica, há sentenças ambiguas que a causam, e chamar a atenção para as ambigüidades nelas envolvidas constitui um progresso filosófico. O egoísmo psicológico se apóia na seguinte proposição: Cada pessoa age apenas para satisfazer seus próprios desejos. Essa frase parece ao mesmo tempo obviamente verdadeira e ultrajante. Como isso é possível? É possível porque ela é ambígua. Num dado sentido, ela significa: "Tudo o que uma pessoa faz é aquilo que ela quer fazer". Para que aja, a pessoa tem de ser movida a agir por alguma coisa, e a coisa que move uma pessoa é chamada de *vontade ou desejo*. Isso é verdade e não é nada excitante; muitos o considerariam trivial. Noutro sentido, a tese do egoísmo psicológico significa: "Toda pessoa age apenas para satisfazer seus próprios desejos e os de mais ninguém". Isso torna o egoísmo psicológico ultrajante e falso. Gandhi, Martin Luther King e Madre Teresa são três exemplos indubitáveis de pessoas que, embora fizessem o que queriam fazer, também foram movidos a fazer coisas a fim de satisfazer os desejos de outras pessoas e apenas pelo bem dessas outras pessoas. É isso o que elas desejavam. Quando o sentido trivialmente verdadeiro da tese do egoísmo psicológico é unido ao sentido ultrajante e falso, a tese parece persuasiva e profunda. O egoísmo psicológico se apóia nessa ambigüidade (ver Hastings Rashdall, *Theory of good and evil*, Oxford, Clarendon Press, 1907). Uma vez que se aponte a ambigüidade da tese, o egoísmo psicológico não é persuasivo.

Não se deve confundir ambigüidade com vaguidade:

Pai: Para onde você vai?

Adolescente: Sair.

Pai: O que você vai fazer?

Adolescente: Um monte de coisas.

As respostas do adolescente são vagas, não ambiguas. Falta-lhes especificidade. Os escritores costumam ser vagos quando não sabem formular seu pensamento com precisão, embora exista uma formulação precisa para ele. A vaguidade deve, em última análise, ser eliminada nesses casos. Isso significa que você deve se esforçar para eliminar palavras e frases desnecessariamente vagas. Isso não quer dizer que os primeiros esboços de seu ensaio não possam conter palavras e frases assim. Ao contrário, esse é um bom lugar para elas. Quando da primeira elaboração de seus pensamentos, escreva o que lhe vier à mente. Muitas dessas coisas serão vagas. Isso não é um problema. Depois de ter escrito seus primeiros pensamentos, faça uma revisão. Elimine a vaguidade por meio de uma reflexão mais cuidadosa acerca da questão; use também um dicionário e um vocabulário para ajudá-lo a encontrar a palavra precisa que você quer.

Estive falando até agora da vaguidade evitável. Alguma vaguidade é inevitável. Faltam a alguns fenômenos, por sua própria natureza, fronteiras definidas, e eles estariam sendo erroneamente representados se se usasse uma linguagem abertamente específica em sua descrição. Um conceito vago importante é o conceito comum de pessoa. Suponha que duas pessoas, Esperto e Bronco, tenham sido

operadas e tenham tido seus cérebros trocados. Depois da operação, quem é Esperto e quem é Bronco? Se você pensar que a resposta óbvia é que o sr. Bronco é o objeto que consiste no cérebro de Bronco posto no corpo de Esperto e que o sr. Esperto é o objeto que consiste no cérebro de Esperto no corpo de Bronco (baseando-se no fato de que a pessoa é quem quer que tenha o seu cérebro), então considere uma situação relacionada, mas diferente. Suponha que Esperto e Bronco sejam operários; seus cérebros são trocados. Contudo, no curso da troca, trocaram-se também todos os estados cerebrais de cada cérebro, isto é, todos os estados originais do cérebro de Esperto estão agora codificados no cérebro de Bronco e todos os estados originais do cérebro de Bronco estão agora codificados no cérebro de Esperto. Nessa situação, o corpo de Esperto tem o cérebro de Bronco, mas os estados cerebrais de Esperto; e o corpo de Bronco tem o cérebro de Esperto, mas os estados cerebrais de Bronco. Qual é, agora, o objeto Esperto e o objeto Bronco? É bem provável que haja uma discussão sobre a resposta certa. Outra maneira de lidar com a questão é, no entanto, alegar que não há uma resposta certa, porque o conceito de pessoa não é tão definido a ponto de permitir responder a essa pergunta. A situação é tão estranha que uma solução para ela nunca esteve prevista no conceito comum de pessoa, mas nada nos impede de acrescentar a esse conceito original alguma coisa que venha a determinar a resposta. Tenha consciência de que, ao fazer um acréscimo a esse conceito, nós o estaremos modificando e, mais precisamente, admitindo que o conceito original continha algum grau de vaguidade.

O importante de tudo isso é que certa vaguidade é inerente a alguns conceitos, não sendo um defeito o fato de sua redação refletir essa vaguidade. Como disse Aristóteles, "A marca da pessoa educada é não exigir mais precisão do que o seu objeto o permite" (veja Wittgenstein, *Investigações filosóficas*, para mais elementos sobre precisão e exatidão).

Além da vaguidade evitável, que se pode censurar em filosofia, e da vaguidade inevitável, que se deve recomendar, há uma terceira categoria, a da vaguidade evitável que se deve recomendar. Trata-se de um tipo de vaguidade que está a serviço do estilo. Muitas vezes, especialmente quando um tópico é difícil ou quando aquilo que se vai dizer sobre ele é bastante original, uma formulação precisa da concepção do autor, embora inteligível em si mesma, pode ser relativamente ininteligível para o leitor não preparado. Nesses casos, costuma ser retoricamente aconselhável começar com uma declaração vaga da posição que se tem e usá-la como oportunidade para convidar a uma formulação mais precisa dela. Por exemplo, John Searle tinha coisas surpreendentemente originais para dizer sobre a intencionalidade em seu livro *Intentionality*, a maioria das quais, quando formulada de maneira precisa, era expressa inevitavelmente em termos técnicos. Esses termos teriam sido ininteligíveis aos leitores no começo do livro. Assim, num primeiro momento de explicação de suas concepções, Searle escreve:

Todos esses... vínculos entre estados Intencionais e atos de fala sugerem naturalmente uma certa representação da

Intencionalidade: todo estado Intencional consiste em um conteúdo representativo numa certa modalidade psicológica. Os estados Intencionais representam objetos e estados de coisas... Assim como a minha declaração de que está chovendo é uma representação de um certo estado de coisas, também a minha crença de que está chovendo é uma representação do mesmo estado de coisas. Assim como a minha ordem a Sam de que deixe a sala se refere a Sam e representa uma certa ação de sua parte, também o meu desejo de que Sam deixe a sala se refere a Sam e representa uma certa ação de sua parte (*Intentionality*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, p. 11).

O uso por Searle de "representa" e de "representação" ajuda a estabelecer um contexto familiar aos filósofos, mas os filósofos raramente disseram, se o fizeram, o que é uma representação. Searle sabe dessa vaguidade e a está explorando. Adiante, ele afirma: "A noção de representação é convenientemente vaga". Ele admite que está "explorando essa vaguidade" e reconhece que a noção "requer algum esclarecimento adicional". Ele está, na realidade, convidando a esse esclarecimento, que pouco depois ele oferece com alguma prolixidade. Depois de fornecer o esclarecimento, ele assinala que seu uso de "representa" e de "representação" poderia ser completamente eliminado em favor das explicações técnicas que ele oferece no esclarecimento, mas é conveniente não substituí-los, porque esses termos vagos são um atalho para construções sintáticas complexas. Observe, então, que a linguagem vaga pode ser retoricamente eficaz: ela oferece ao leitor uma entrada inteligível no ensaio; ela faz o

ensaio avançar ao convidar a um maior esclarecimento e ao encorajar a brevidade.

A indeterminação difere da ambigüidade e da vaguidade. Trata-se de um tipo de incompletude. Ela é sintomática de um pensamento preguiçoso e semiformado. Considere a frase "Os seres humanos são egoistas". Essa sentença é indeterminada, pois não especifica se se refere a todos ou a alguns seres humanos, nem se eles são sempre ou só às vezes egoistas. Há importantes diferenças nas condições de verdade dessas proposições:

- Todos os seres humanos são sempre egoistas.
- Todos os seres humanos são às vezes egoistas.
- Alguns seres humanos são sempre egoistas.
- Alguns seres humanos são às vezes egoistas.

Há todo tipo de maneiras pelas quais uma proposição pode ser indeterminada, sendo impossível enumerá-las aqui. Assim, deve-se estar sempre em guarda contra a indeterminação, sendo esse o motivo pelo qual a voz passiva é muitas vezes ofensiva. Alguns filósofos afirmam "O mundo é constituído" como se isso exprimisse um pensamento completo, mas o que queremos saber é quem ou o que o constitui, para não mencionar o que "constitui" significa nesse caso. A frase "O mundo é constituído" seria escrita menos enganosamente como "O mundo é constituído por". Esse esquema frasal ao menos tornaria claro que algo está faltando. Não basta completar a frase da seguinte maneira: "O mundo é constituído pela consciência", porque mesmo essa frase não especifica que consciência está envolvida. Há ao menos três possibilidades óbvias:

O mundo é constituído por Deus.

O mundo é constituído por cada consciência humana.

O mundo é constituído pela consciência humana coletiva.

Qual é a afirmação original a ser aceita?

É tentador escrever frases indeterminadas. Elas costumam ser incisivas, intrigantes e epigramáticas. Dão impressão de profundidade, mas são vazias. Falta-lhes a profundidade advinda do pensamento esforçado. E pouparam injustificadamente ao autor o esforço de pensar uma questão completamente. Não poupe esforço.

Depois de escrever um esboço de seu trabalho, é bom rever seu esboço e procurar termos-chave num dicionário ou vocabulário, para ver se não há uma palavra mais precisa para aquilo que você quer dizer. A palavra mais precisa costuma ser uma palavra maior ou incomum. Se for esse o caso, use-a, mas não use a palavra maior só por ela ter mais sílabas. (As palavras mais precisas costumam ser maiores do que as palavras relacionadas, porque é parte da economia da linguagem usar as palavras menores para os propósitos mais comuns e porque a precisão exigida para a filosofia é incomum. É frequente que os filósofos precisem usar palavras incomuns porque seus pensamentos são incomuns.)

3 Concisão

A concisão combina brevidade e conteúdo. Ser conciso se traduz em dar muitas informações num espaço breve.

Assim, talvez a brevidade não requeira muitos comentários. Ela é desejável porque tipicamente exige menos da atenção e da compreensão do leitor. O autor deve perceber que custa a seu público o tempo que este leva para ler o que ele escreve. O professor do aluno é um público cativo; não vá, além disso, torturá-lo.

Embora seja uma boa política, a brevidade tem exceções. Às vezes, o ritmo da linguagem recomenda uma sentença mais cheia de palavras. Do mesmo modo, às vezes a brevidade se aproxima do empolado, isto é, por vezes é necessário usar mais e não menos palavras, a fim de explicar o conteúdo de uma frase e, assim, torná-la mais inteligível a seu leitor. As frases curtas e de conteúdo denso costumam ser menos inteligíveis a um público específico do que frases mais longas com o mesmo conteúdo.

Por outro lado, a brevidade não garante a eficiência; ela se refere apenas a *como* se diz alguma coisa e nem um pouco ao que é dito. Ao determinar a eficiência ou a economia de uma frase ou ensaio, tem-se de considerar, além da brevidade, o conteúdo. Uma frase breve, mas vazia, não comunica com mais eficácia do que uma frase prolixia, porém informativa. Assim, não é desejável por si mesmo sacrificar o conteúdo em favor da brevidade, embora isso possa ser desejável por alguma outra razão: para variar a extensão das frases ou preparar o leitor para alguma explicação complicada. Por conseguinte, tem-se de equilibrar brevidade e conteúdo. Essa é a força que tem o conselho de ser conciso.

Embora uma frase curta em algumas ocasiões transmita mais do que uma longa, há momentos em que a

frase longa é indispensável. A maioria das frases concisas pode ser considerada uma expressão daquilo que várias frases curtas poderiam ter transmitido. Por exemplo, a frase

Descartes tem dúvidas radicais sobre a capacidade dos seres humanos de saber alguma coisa

pode ser vista como veiculando a mesma informação que transmitem estas três:

Descartes tem dúvidas.

As dúvidas são radicais.

As dúvidas se referem à capacidade dos seres humanos de saber alguma coisa.

Grande parte da concisão consiste justamente nesse tipo de economia de expressão. Mas não é só isso. A combinação de frases permite que o autor exprima seus pensamentos de maneira organizada. A estrutura sintática da frase concisa sobre as dúvidas de Descartes deixou claro que a idéia básica é que *Descartes tem dúvidas*. As outras duas idéias expressas na frase são subordinadas. A idéia de que *as dúvidas são radicais* modifica a primeira, e a idéia de que *as dúvidas se referem à capacidade dos seres humanos de saber alguma coisa* é uma especificação das dúvidas de Descartes.

Há todo tipo de recurso de organização e de subordinação nas línguas naturais. Já vimos que a modificação adjetival e de segmentos frasais pode ser usada para esse propósito. Os conectivos frasais são outro desses recursos. Pense na diferença entre

Descartes começa duvidando da existência de tudo e conclui que ele existe.

Descartes começa duvidando da existência de tudo, mas conclui que ele existe.

Embora comece duvidando da existência de tudo, Descartes conclui que ele existe.

Na primeira frase, a palavra "e" exprime o fato de as idéias contidas em cada segmento da frase receberem igual ênfase. Na segunda frase, as idéias são contrastadas, e há mais ênfase na segunda do que na primeira em virtude do significado de "mas". Na terceira frase, a idéia expressa no primeiro segmento é uma concessão do autor, sendo a idéia expressa no segundo segmento enfatizada por causa do significado de "embora".

As nuances expressas em "e", "mas" e "embora", assim como em muitos outros conectivos frasais, como "porque/como", são importantes. Seus abusos são óbvios. Por exemplo, contraste esta passagem

Embora Proclo seja o segundo maior neoplatônico, Plotino é o maior. Proclo nasceu por volta de 410 a.C., mas morreu em 485. A filosofia de Plotino foi organizada por Proclo numa série de emanações triádicas.

com esta

Embora Plotino seja o maior neoplatônico, Proclo é o segundo maior. Nascido por volta de 410 a.C., ele morreu em 485. Ele organizou a filosofia de Plotino numa série de emanações triádicas.

Você deve ser capaz de compreender por que a segunda passagem é estilisticamente superior à primeira. Embora eu não possa explicar todos os diferentes tipos de técnicas de combinação de frases, você deve atentar para a estrutura sintática de suas frases, a fim de assegurar-se de que estas acentuam o que você quer acentuar e subordinam o que você quer subordinar. Faça experiências com diferentes organizações de segmentos frasais, a fim de verificar qual é a que melhor veicula seu pensamento.

Uma maneira de melhorar a concisão é reformular algumas frases prepositivas, transformando-as em frases infinitivas. Por exemplo, reescreva

O reconhecimento da existência dos universais resolve muitos problemas

como

Reconhecer que os universais existem resolve muitos problemas.

E reescreva

A reafirmação do argumento de Descartes...

como

Reafirmar o argumento de Descartes...

Exercício

- 1 Combine os conjuntos de frases a seguir, formando uma frase que exprima o mesmo pensamento. Você pode adicionar conectivos, excluir palavras e mudar a estrutura sintática como quiser.

- (a) O utilitarismo é uma teoria.
A teoria concerne à ética.
A teoria tem um princípio.
O princípio é o de que se deve agir no sentido de assegurar o maior bem para o maior número de pessoas.
J. S. Mill é o autor do princípio.
- (b) Platão é um autor.
Platão escreveu o *Fédon*.
O *Fédon* se relaciona com a alma.
Platão alega que a alma é imortal.
- (c) Sartre é um existencialista.
Camus é um existencialista.
Marcel é um existencialista.
Marcel é um cristão.

4 Rigor

Os filósofos costumam espor o rigor, que explicam muitas vezes como clareza (em algum sentido estrito), precisão e explicitação. A clareza, em particular em seus vínculos com a precisão, já foi discutida. E a explicitação?

Os lógicos talvez sejam os maiores proponentes da explicitação, mas mesmo eles fogem ao ideal ao introduzir várias abreviaturas, como o operador iota e convenções para o não-uso de símbolos (como a omissão do parêntese final em fórmulas lógicas).

A comunicação em língua natural, mais do que nas artificiais, dá-se muito bem com uma explicitação não-total. A explicitação absoluta não é aconselhável por uma série de razões. Em primeiro lugar, ocupar-se-ia, com ela,

um espaço físico bem além do razoável; em segundo, é mais difícil processar mentalmente uma linguagem totalmente explícita do que uma em larga medida inexplícita. (A compreensão humana é maior quando o homem tem de fazer inferências com relação ao material do que quando tudo é explicitado.) Em terceiro lugar, o autor pode não ser capaz de dizer explicitamente o que quer dizer. Uma habilidade necessária à escrita é a de saber o que se deve e o que não se deve explicitar. Há, portanto, dois componentes naquilo que se escreve ou se diz: aquilo que se exprime e aquilo que se deixa implícito. Aquilo que se diz é o que as palavras empregadas explicitam; aquilo que se deixa implícito é aquilo que se comunica em virtude dos vários elementos do contexto dos enunciados proferidos. Considere, por exemplo, o seguinte fragmento de ensaio:

Immanuel Kant é o autor de várias e longas obras clássicas de filosofia, incluindo-se aí sua *Critica da razão pura* e sua *Critica da razão prática*. A distinção que ele estabelece entre número e fenômeno e suas concepções acerca da contribuição da mente na estruturação da realidade têm tido profunda influência sobre muitos filósofos de destaque nos últimos cento e cinqüenta anos.

Embora o autor *não diga* que Kant é um bom filósofo, ele por certo deixa isso *implícito* no fragmento em questão. Ele também não diz que muitos filósofos leram a obra de Kant, porém o contexto mais uma vez o deixa *implícito*. É muito improvável que as palavras do autor sobre Kant sejam verdadeiras, a não ser que muitos filósofos tenham lido Kant.

Embora seja uma virtude da comunicação em língua natural, nossa capacidade de deixar implícita boa parte do que queremos dizer causa problemas, porque é muitas vezes difícil o autor saber o que pode supor que seu público sabe, bem como determinar se já disse o suficiente para que o público descubra as implicações corretas do que disse. Em contextos corriqueiros, as pessoas raramente têm problemas para determinar isso, mas esse não é o caso na filosofia. A filosofia é tão geral que às vezes o que um filósofo tem por certo um outro julga absurdo. Comparem-se, por exemplo, as crenças dos realistas com as dos idealistas ou as crenças dos materialistas com as dos dualistas. O aluno tem outro problema. Como pode ele saber o que explicitar e o que deixar implícito quando seu público, o professor, provavelmente já sabe tudo quanto o aluno tem a dizer? (Para ter a resposta a esta pergunta, consulte o capítulo 1, seção 1, "O professor como público".)

Ser demasiadamente explícito pode resultar num texto canhestro. Considere a seguinte passagem de G. E. Moore, que acabara de discutir as diferenças entre asserções como "Estou de pé", "Estou vestido" e "Estou falando em voz relativamente alta":

Mas, apesar dessas e de outras diferenças entre essas sete ou oito asserções distintas, há vários aspectos importantes em que todas elas são iguais.

(1) Em primeiro lugar, todas essas sete ou oito asserções diferentes que apresentei no início desta palestra eram semelhantes entre si no tocante a um aspecto, a saber, todas elas foram asserções que, embora não sejam de fato falsas, poderiam ter sido falsas. Por exemplo, considere o tempo em que afirmei que estava de pé. É por certo verdadeiro que

nesse mesmo momento eu poderia estar sentado, embora de fato não estivesse; e, se eu estivesse sentado nesse momento, minha asserção de que estava de pé teria sido falsa. Como, portanto, eu poderia estar sentado nesse momento, segue-se que a minha asserção de que eu estava de pé foi uma asserção que poderia ser falsa, embora não fosse. E o mesmo é obviamente verdadeiro de todas as outras asserções que fiz. No momento em que disse que estava numa sala, eu poderia estar ao ar livre; quando disse que estava vestido eu poderia estar despido; e assim por diante, em todos os outros casos (extraído de G. E. Moore, "Certainty", *Philosophical papers*, Nova York, Collier Books, 1966, pp. 225-226).

Em suma, o que deveria estar explícito é o que é mais importante. O que deveria ficar implícito é aquilo que pode razoavelmente ser suposto quer como informações de base partilhadas por autor e leitor, quer como obviamente decorrente do que está explícito no texto.

Exercícios

1. A passagem acima, de G. E. Moore, contém mais de 200 palavras. Reescreva-a mais concisamente. Use no máximo 150 palavras.

2. Torne mais concisas as seguintes frases:

(a) "A primeira questão é uma questão que envolve muitas questões" (extraído de G. E. Moore, "A defence of common sense", in *Philosophical papers*, Nova York, 1959, p. 32).

(b) Empregando o reconhecimento do fato de que Descartes de modo algum refuta a concepção filosófica do ceticismo, podemos compreender melhor as condições apropriadas que estão na base do conceito de conhecimento.

Os problemas da introdução

O bom começo é meia tarefa realizada.

A parte mais difícil da redação de um ensaio é de modo geral a introdução. Quando tentam escrevê-la em primeiro lugar, os estudantes na maioria das vezes nada conseguem produzir. Entra em cena o bloqueio do escritor.

Uma maneira de prevenir esse bloqueio é escrever a introdução por último. Lembre-se de que antes, quando o bloqueio do escritor não estava de modo algum na pauta, afirmei que o começo de um ensaio deve ser escrito por último e não antes de tudo. Porém, em algum momento você terá de encará-lo.

Em capítulos precedentes, discuti algumas maneiras corretas de começar um ensaio. Neste capítulo, discutirei algumas maneiras pelas quais não se deve fazê-lo. Na seção 1, discuto de que maneira os autores às vezes se desviam de seu assunto. Na seção 2, como os autores em algumas ocasiões mascaram a significação de seu argumento, ao introduzi-lo como se oferecesse uma solução para um problema relativamente menos importante. Na 3,

discutirei como os autores iniciam fazendo rodeios, em vez de ir direto ao assunto.

1 Perder o rumo

Um dos mais importantes artigos sobre filosofia da linguagem é "Reference and Definite Descriptions", de Keith Donnellan. Embora seja influente e exiba a substancial capacidade filosófica de seu autor, creio que esse artigo é uma mistura de boa com má filosofia. Eis todo o primeiro parágrafo do artigo.

A referência e as descrições definidas

As descrições definidas têm, como vou alegar, duas funções possíveis. Elas são usadas para fazer referência àquilo de que o locutor deseja falar, mas também recebem um uso sobremodo distinto. Além disso, uma descrição definida que ocorra numa e mesma frase, em diferentes ocasiões de seu uso, funciona de uma ou de outra maneira. O fracasso em tratar dessa dualidade de função obscurece o uso referencial genuino das expressões definidas. As mais bem conhecidas teorias das expressões definidas, as de Russell e de Strawson, são ambas, como vou sugerir, vítimas disso. Antes de discutir essa distinção em termos de uso, mencionarei algumas características dessas teorias para as quais ela tem especial relevância (Keith Donnellan, "Reference and Definite Descriptions", in *The philosophy of language*, 3^a ed., ed. por A. Martinich, Nova York, Oxford University Press, 1996, p. 231).

Considere a primeira frase:

As descrições definidas têm, como vou alegar, duas funções possíveis.

Eis uma excelente maneira de começar. Trata-se de uma apresentação simples e clara do que o autor fará no artigo. Ele diz que as descrições definidas têm "duas funções possíveis", mas não quais são elas; ele não as nomeia nem descreve. Essa vaguidade não é um defeito. É uma virtude. Ao começar a escrever um artigo, é necessário orientar o leitor e apresentar-lhe o tópico. Uma introdução abertamente específica não conseguiria orientar, mas sim confundir ou perturbar o leitor. Tal como um cumprimento agressivo, uma introdução abertamente específica ou complicada tenderia a desconcertar. Na verdade, a vaguidade da primeira frase de Donnellan é de certo modo convidativa. Ao ouvir que as expressões definidas têm duas funções possíveis, queremos saber quais são essas funções. Somos motivados a continuar a leitura, a fim de saber qual a designação dessas funções e o que fazem.

A frase seguinte de Donnellan é igualmente boa:

Elas são usadas para fazer referência àquilo de que o locutor deseja falar, mas também recebem um uso sobremodo distinto.

A expressão "usadas para fazer referência" alude ao "uso referencial das descrições definidas". Trata-se de um tópico conhecido da filosofia, tópico que Donnellan tem todo o direito de esperar que seu público de filósofos profissionais compreendam. Ao mencionar o uso referen-

cial das expressões definidas, o autor está deixando o leitor cada vez mais à vontade. O leitor está se orientando no artigo porque está sendo conduzido ao tema familiar da referência, mas a segunda frase não leva o leitor à complacência. Embora o conteúdo de seu primeiro segmento seja conhecido, o do segundo não o é. Trata-se de algo bem misterioso: "também recebem um uso sobremodo distinto". De que uso distinto se trata? Qual é o nome desse uso? É ele, tal como o da referência, um tópico filosófico conhecido? Essas são perguntas naturais que ocorrem ao leitor e que continuam a fazê-lo mover-se para a frente. São questões que o leitor tem direito de ver respondidas imediatamente. Por infelicidade, esse direito é violado. Embora acabe por dar-lhes uma resposta, Donnellan só o faz bem adiante no artigo. Em vez de nomear ou descrever a segunda das duas "funções possíveis" das descrições definidas, ele muda a direção e o foco do artigo. Ele diz algo que é verdadeiro de ambos os usos das descrições definidas:

Além disso, uma descrição definida que ocorra numa e mesma frase, em diferentes ocasiões de seu uso, funciona de uma ou de outra maneira.

Embora essa frase forneça algumas informações adicionais sobre os dois usos, isto é, que um e outro podem ocorrer na mesma frase, essa informação não faz o artigo avançar nesse ponto. Donnellan afirmou que há dois usos das expressões definidas. Ele identificou para nós um deles, o referencial, mas não o outro. Agora ele diz algo que se aplica aos dois usos. Como nada sabemos

do alegado segundo uso além de que ele não é idêntico ao primeiro, não é informativo ler que uma descrição definida poderia funcionar de uma ou de outra maneira numa mesma frase. Ainda não temos idéia de qual é a segunda função das expressões definidas.

A terceira frase poderia justificar-se se Donnellan retomasse o foco principal de seu artigo e respondesse às duas perguntas que antes evocou na mente do leitor: Qual é o nome do segundo uso? Que diferenças há entre o seu funcionamento e o do uso referencial? Infelizmente, a frase seguinte não responde a essas questões e ainda se afasta bem mais delas:

O fracasso em tratar dessa dualidade de função obscurece o uso referencial genuíno das expressões definidas.

Esta é uma asserção de Donnellan. Presume-se que ele vá substancializar mais tarde no artigo. Mas o leitor não tem indicação de onde isso vai ocorrer, de como vai ocorrer nem da importância que tem para o artigo substanciar a alegação de que o fracasso em tratar dessa dualidade de função obscurece o uso referencial genuíno das expressões definidas. Mas a maneira como se apresenta a frase — "obscurece o uso referencial genuíno das expressões definidas" — sugere que seu principal interesse concerne à referência e não à segunda possível função das descrições, função não nomeada, não descrita e cada vez mais misteriosa. (Não creio que um leitor, em 1967, época em que o artigo de Donnellan apareceu, possa ter sabido disso, mas o autor de fato tinha interesse primordialmente na função de referência e não na outra.)

Meu leitor ideal deve ter a sensação de que esse artigo começa a perder o rumo, de que suas preocupações mais centrais estão sendo ignoradas e de que ele tem de continuar a jogar o jogo da leitura e da compreensão do artigo sem de fato saber com que se compromete se aceitar que há duas funções possíveis das expressões definidas. Quer dizer, Donnellan fala agora da "dualidade de função" como se o leitor soubesse quais são as duas funções, ainda que ele nem sequer tenha dado ao público qualquer razão para pensar que a segunda função existe além da palavra de Donnellan de que existe.

O mistério do segundo uso prossegue na frase seguinte:

As mais bem conhecidas teorias das expressões definidas, as de Russell e de Strawson, são ambas, como vou sugerir, vítimas disso.

Russell e Strawson ficaram famosos em larga medida devido a seu trabalho sobre a referência. Em seu artigo "On referring", Strawson critica as concepções de Russell, apresentadas no artigo "On denoting". A principal diferença entre as palavras "denotar" e "referir" é histórica. Em 1905, quando Russell escreveu, "denotar" era o termo filosófico corrente para aquilo que Strawson denominou "referir" em 1950. Mais uma vez, Donnellan continua a discutir a referência, sem fazer nenhuma menção ou conhecimento do "outro uso" das expressões definidas. Esse segundo uso paira acima da discussão como um espectro. (Uma última questão sobre essa frase é que sua última palavra, "disso", está longe demais de seu antecedente, que é o primeiro segmento da frase anterior.)

O contraste entre as duas funções possíveis das expressões definidas desaparece por inteiro na frase seguinte, a última do parágrafo:

Antes de discutir essa distinção em termos de uso, mencionarei algumas características dessas teorias para as quais ela tem especial relevância.

O foco do artigo nesse estágio é, com solidez, os artigos de Russell e de Strawson. A distinção entre as duas funções possíveis das expressões definidas está agora francamente em segundo plano. O segmento "Antes de discutir essa distinção em termos de uso" é uma nota promissória para fazer a discussão voltar ao pretendido tópico central do artigo em algum momento ulterior não especificado. (Isso termina por ocorrer no começo da terceira seção do artigo.) Há outro ponto a examinar nessa última frase do parágrafo. O emprego por Donnellan da frase "essa distinção em termos de uso" sugere que ele trata "uso" e "função" como sinônimos.

Afirmei que o artigo começa a desandar depois da segunda frase do primeiro parágrafo. Nesse ponto, Donnellan começa a desviar-se de seu tópico principal, a distinção entre dois usos possíveis das expressões definidas, e cai na discussão das concepções de Russell e Strawson.

Há provavelmente duas razões para esse desvio de Donnellan para a discussão de Russell e Strawson. Em primeiro lugar, as concepções de Russell e Strawson sobre a referência são duas das mais importantes; nenhuma discussão do tema pode prescindir da obra de Russell e de Strawson. Em segundo lugar, Donnellan estava defenden-

do uma concepção completamente nova de referência. Ele afirma identificar dois usos das expressões onde filósofos que o antecederam só viam um. Talvez ele tenha se preocupado com o fato de que começar com a afirmação pura e simples de que há dois usos pudesse ser recebido com antipatia ou que o leitor exigisse imediatamente saber como suas concepções se vinculam com as de Russell e de Strawson. Talvez seja também por isso que ele se apressou em discutir Russell e Strawson.

Como critiquei o parágrafo inicial de Donnellan com bastante severidade, é legítimo que se exija que eu sugira uma alternativa:

As descrições definidas têm, como vou alegar, duas funções possíveis. Elas são usadas para fazer referência àquilo de que o locutor deseja falar, mas também recebem um uso sobremodo distinto. *São usadas para exprimir uma propriedade peculiar que um objeto tem.* Darei a esses dois usos a designação de referencial e atributivo, respectivamente. Nenhum desses usos é mais conhecido do que o outro. Em vez disso, foram eles reunidos sob a idéia única de denotação ou referência. Tanto a teoria de Russell como a de Strawson envolvem essa junção, e espero mostrar que essas duas teorias descrevem aspectos distintos dos dois usos; isso ajuda a explicar as divergências aparentemente extremas entre elas. Devo dizer que, na verdade, essas teorias falam, com frequência de modo incoerente, uma sobre o uso referencial e a outra sobre o uso atributivo.

A frase em itálico pretende reparar o que aleguei ser uma flagrante omissão do parágrafo original de Donnellan.

Supõe-se que ela capture o que ele quer designar por uso atributivo, o que consegue fazer na terceira seção do artigo.

Examinemos o primeiro parágrafo dessa seção. Aqui ele se recupera da perda do rumo iniciado no primeiro parágrafo do artigo:

Darei aos dois usos das descrições definidas que tenho em mente as designações uso atributivo e uso referencial. Um locutor que usa atributivamente uma descrição definida numa asserção afirma que algo sobre alguém ou alguma coisa é assim e assado. Um locutor que usa referencialmente uma descrição definida numa asserção usa a descrição, por outro lado, a fim de permitir que o público perceba de quem ou do que fala e afirma algo sobre essa pessoa ou coisa.

A primeira frase nomeia uma distinção que o autor pretende estabelecer. A segunda e a terceira frases constituem uma primeira tentativa de caracterização de cada termo da distinção. E é precisamente assim que deve proceder um autor. Há, porém, alguns problemas na segunda e na terceira frases. Embora sejam primordialmente filosóficos, esses problemas também se apresentam como estilísticos. Um dos problemas filosóficos é que as frases são abertamente específicas. Donnellan pretende que elas caracterizem sua distinção, mas elas são demasiadamente específicas para contar como uma caracterização adequada. Como as expressões definidas podem ocorrer em frases usadas para exprimir quase todo tipo de ato de fala — promessas, declarações, juramentos, ameaças etc. —, o autor não pode explicar

legitimamente sua função apenas nas asserções. Um segundo problema filosófico é que as duas caracterizações se baseiam na palavra "sobre". Isso é um problema porque os filósofos usam tradicionalmente a noção de "ser sobre algo" para distinguir o uso referencial de outras funções gramaticais. Assim, a caracterização que o autor faz entre os usos atributivo e referencial das descrições definidas não é adequada nesse ponto.

2 A cauda abanando o cão

Um dos mais importantes artigos do século XX é "Lógica e conversação", de H. P. Grice. Ele é importante por causa de sua nova e vigorosa teoria da comunicação lingüística, não por causa de sua estrutura literária, que a meu ver deixa a desejar. Seu artigo começa com a descrição de um problema relativamente restrito da filosofia da lógica e das duas atitudes que filósofos de diferentes ideologias têm tomado a seu respeito. O artigo vai então ao seu tópico principal, a construção de uma teoria geral da conversação, teoria que supostamente traz em si os recursos para que se resolva o problema. O que há de errado nessa estrutura, do ponto de vista retórico, é que um problema tão estreito e abstruso não é suficiente para justificar uma teoria geral da conversação tão complicada e de tão largo alcance quanto a de Grice. Esse problema retórico é consequência de uma questão filosófica substantiva: um problema restrito não pode justificar a construção de uma elaborada teoria geral, ou seja, Grice parece estar usando um canhão para matar uma mosca.

Como a introdução do artigo de Grice é demasiadamente longa para ser reproduzida aqui, concebi um fragmento de ensaio que padece do mesmo defeito:

Lógica e conversação

É bem sabido em lógica filosófica que as constantes lógicas, isto é,

$\&$, \vee , \sim , \supset , \leftrightarrow , \exists

não parecem corresponder em termos de significado às suas traduções correspondentes em inglês,

and, or, not, if..., then, if and only if, there exists
[e, ou, não, se..., então, se e somente se, há].

Os filósofos assumiram tipicamente uma de duas atitudes com relação a essa falta de correspondência. Os formalistas pensam ser isso uma indicação do caráter inexato da língua natural e dizem "Tanto pior para a língua natural". Os informalistas julgam ser isso uma indicação da estreiteza das linguagens formais e dizem "Tanto pior para as linguagens formais". Os dois grupos concordam em supor que há de fato uma discrepância de significado entre as constantes lógicas e suas traduções em língua natural. Alegarei que esse pressuposto comum é falso. Vou fazê-lo desenvolvendo uma teoria da comunicação lingüística que se aplica ao uso da linguagem em geral.

Como uma teoria da comunicação lingüística deveria ser e de fato é o foco do ensaio, esse desenvolvimento

deve ser desde o começo o foco do artigo. O problema da lógica filosófica e sua solução em termos da teoria da comunicação deveria ser movido para o fim de artigo como evidência da produtividade da teoria.

Tendo em mente essas considerações, o fragmento de ensaio a seguir poderia ter sido uma maneira melhor de iniciar o ensaio:

Lógica e conversação

O objetivo deste ensaio é desenvolver uma teoria geral da comunicação lingüística. Além do interesse inerente desse tema, uma tal teoria pode ser usada para resolver grande número de problemas filosóficos. Um deles é um problema de lógica filosófica que resolverei depois de apresentar minha teoria. Essa solução é apenas uma das muitas ilustrações possíveis da produtividade da teoria.

Essa maneira de estruturar o ensaio leva o problema lógico e sua solução para o fim. É irônico que, embora Grice motive seu artigo propondo-se a resolver um problema, ele nunca explicará de que maneira sua teoria o resolve. Mas quem conhece o problema e comprehende a teoria de Grice pode imaginar, sozinho, a solução.

Não há nada de errado em escrever um ensaio sobre um tema restrito. O equívoco está em levar o leitor a crer que esse tópico é o foco do ensaio, em vez de algum tema mais amplo. Parece a cauda retórica abanando o cão retórico. Quando li o texto de Grice pela primeira vez, assumi uma atitude dúvida. Julguei sua teoria inaceitavelmente complexa porque pensei que ele pretendia resolver com ela apenas um problema de lógica filosófica. Quando me

dei conta de que a solução desse problema era uma consequência menor de sua teoria, fiquei espantado com sua elegância e sua simplicidade.

Uma das razões pelas quais o artigo de Grice começa mal é o fato de ele ser um excerto de uma obra muito mais ampla, sua Palestra William James, de 1962. Mencionar isso é em parte explicar o motivo de o ensaio ser estruturado como é e, em parte, desculpá-lo, mas não justificá-lo.

3 Fazer rodeios

Considere o seguinte fragmento de ensaio:

Os princípios da filosofia de Descartes

[1] É longa e complexa a história da filosofia. [2] Ela consiste em muitos períodos — grego e romano antigo, medieval, da Renascença e moderno — e em muitas escolas de pensamento — realismo e idealismo, monismo e dualismo, atomismo e materialismo. [3] Será possível escrever uma história geral da filosofia? [4] Pode algum estudioso ler e compreender toda a obra de todas as figuras históricas de que precisa para escrever uma história geral?

[5] O objetivo deste ensaio é modesto. [6] Trata-se de uma tentativa de apresentar os princípios gerais da filosofia de Descartes.

Eis um exemplo de “fazer rodeios”. Em vez de ir direto ao assunto, o autor faz um aquecimento falando nos termos mais gerais sobre a história da filosofia. A tese do ensaio é expressa clara e sucintamente, porém

muito tarde, no segundo parágrafo. O primeiro parágrafo tem para a tese apresentada a mesma relevância que teria para qualquer ensaio sobre a história da filosofia. Na realidade, ele não introduz o tópico particular do ensaio. Isso quer dizer que ele deve ser eliminado. O ensaio nada padece com a poda desse primeiro parágrafo; ao contrário, ele fica fortalecido com isso.

Um professor de redação deu o conselho de que sempre se apagasse os dois primeiros parágrafos de um ensaio. Trata-se de um conselho hiperbólico. Na realidade, devem-se revisar os dois primeiros parágrafos, a fim de ver se podem ser eliminados por inteiro ou em parte.

Não se esforce demais em evitar ruminações que no final se mostrem supérfluas. A maioria das pessoas precisa de um rodeio para começar o processo de redação. Sinta-se livre para incluir material supérfluo em seus esboços, se isso o faz avançar. É melhor fazer rodeios do que não começar. Mas não há razão para esse material permanecer no esboço final. Deve-se eliminá-lo no processo de revisão do ensaio.

Expliquei que o primeiro parágrafo de nosso fragmento de ensaio é um exemplo de rodeio porque introduz o tópico tanto desse como de qualquer outro ensaio. Podem ser feitas algumas considerações específicas. A frase [1] é trivial. Quem duvidaria de que a *história* da filosofia é longa? E difícil? É improvável que uma frase trivial venha a ajudar de algum modo a orientar o leitor. Na verdade, o título do ensaio é mais informativo do que [1].

A frase [2] não é trivial, mas também é em larga medida irrelevante. Entre os detalhes por ela apresenta-

dos, são poucos os necessários para a compreensão da filosofia de Descartes. O catálogo parcial de épocas e de escolas de filosofia, nenhuma delas retomada no ensaio, é irrelevante para o seu tópico principal. As perguntas de [3] e [4] são um desvio do assunto. Mesmo que não sejam perguntas retóricas, o autor não pretende dar-lhes uma resposta. Pode-se imaginar o fluxo de consciência que acompanhou a redação de [1] a [4]: "Puxa, tenho de escrever um ensaio sobre a história da filosofia... Que diabos sei de filosofia?... Que tópico posso escolher de 2.500 anos de dedicação ao pensamento?... Não posso ler todas as obras relevantes... Só li as *Meditações* de Descartes... Ah! Já sei!"

Isso nos leva a [5] e [6], duas frases claras, precisas e plenamente justificadas, as duas frases que exprimem o pensamento que deveria ter sido o início do ensaio.

Exercícios

1 Reescreva a passagem a seguir de modo a evitar as dificuldades discutidas neste capítulo.

Promessas, obrigações e capacidades

Uma das grandes áreas da filosofia é a ética. Os filósofos há muito se perguntam sobre o que é certo e o que é errado. Um dos conceitos centrais da ética é a obrigação, e deveríamos perguntar qual é a relação entre obrigação e capacidade. Podemos aqui ilustrar a questão por meio da consideração do paradoxo da promessa.

(1) Sempre que faz uma promessa de fazer x, a pessoa se impõe a obrigação de fazer x.

- (2) Se alguém é obrigado a fazer x, esse alguém pode fazer x ("deve" implica "pode").
- (3) Algumas pessoas às vezes fazem promessas que não podem cumprir.

As proposições (1) a (3) são bem sustentadas. A proposição (1) é analítica; é parte do conceito de prometer que, se prometeu fazer algo, quem prometeu é obrigado a fazê-lo.

A distinção entre proposições analíticas e sintéticas se associa mais estreitamente com o nome de Immanuel Kant, que usou essa distinção para separar o domínio da lógica do domínio dos fatos. Segundo Kant, os seres humanos não têm acesso a uma realidade não-mediada; ao contrário, todo conhecimento humano é filtrado e condicionado por conceitos como causalidade, substância e temporalidade.

- 2 A passagem a seguir é um exemplo de um ensaio que começa bem. Especifique a função de cada frase. Use os números de seção ou títulos descritivos de "Esboço da estrutura de um ensaio filosófico" o máximo que puder. Algumas frases da passagem anunciam coisas que serão feitas mais tarde no ensaio; exprima esses fatos, especificando a função da frase. Por exemplo, se uma frase diz que serão respondidas objeções num dado momento, diga que a função da frase se vincula com "objeções".

[1] Neste ensaio apresento uma interpretação do argumento do começo de *República* 10 (597c1-d3). [2] O argumento — por vezes nomeado como o Argumento da Terceira Cama (ATC) — mostra que a Forma da cama é sem par. [3] Trata-se de um argumento interessante porque usa o princípio do Um-Acima-dos-Muitos (UAM), que justifica que se ponham Formas. [4] Mas, ao contrário do uso que recebeu no primeiro Argumento do Terceiro Homem (ATH) de Parmê-

nides (131a1-b2), o uso do UAM no ATC não produz um argumento passível de entrar numa regressão ao infinito. [5] Como o ATC é sob todos os demais aspectos um enunciado clássico da teoria das Formas que costuma ser associado com os diálogos intermediários, podemos concluir que essa teoria não é metafisicamente falha, ao contrário do que por vezes se afirma. [6] Sejam quais forem, os problemas que afetam o ATH não infectam toda a teoria das Formas nos diálogos intermediários porque há ao menos um exemplo de enunciação clara da teoria que não é vitimado pela regressão ao infinito do ATH.

[7] Na seção 1 deste trabalho, analisamos o ATC e acrescentamos três pressupostos necessários para torná-lo válido. [8] Do mesmo modo, explicamos esses pressupostos e apresentamos evidências textuais para eles. [9] Na seção 2, traçamos o panorama de comentários recentes sobre o ATC e defendemos nossa interpretação desses comentários. [10] Mostramos em particular que, em nossa interpretação, o ATC não é passível de cair numa regressão ao infinito de Formas da cama. [11] Na seção 3, examinamos as implicações que este último fato tem para uma teoria das Formas que sustente que a Forma de f é, de alguma maneira, o próprio f. [12] Mostramos de que maneira essa doutrina central da teoria das Formas dos diálogos intermediários pode ser mantida sem ameaças de inconsistência ou de regressão ao infinito. [13] Na seção 4, aplicamos a nossa interpretação do ATC ao ATH, mostrando que o passo falacioso deste último pode ser trazido à luz mediante a consideração de importantes diferenças entre os dois argumentos. (Richard D. Parry, "The uniqueness proof for forms in *Republic* 10", *Journal of the History of Philosophy*, nº 23, 1985, pp. 133-134).

"Domingo à noite, tenho de entregar um ensaio na segunda de manhã"

Você já prometeu a Deus que, se Ele o tirar dessa enrascada, você nunca mais deixará para escrever seu ensaio na véspera da entrega. O que fazer agora?

A primeira coisa é pensar em seu tópico. O tópico pode ter sido determinado ou você é quem tem de escolhê-lo entre vários, como:

- a natureza dos universais;
- a natureza do livre-arbítrio;
- o conceito de determinismo;
- a relação entre mente e corpo;
- a teoria platônica do Bem;
- o argumento ontológico de Anselmo;
- o uso por Descartes do *cogito, ergo sum*.

A próxima coisa que você deve fazer é tornar seu tópico mais específico. A maneira mais fácil de fazer isso é transformá-lo numa tese. Observe que os tópicos listados acima são formulados como frases nominais. Eles não

comprometem o autor do ensaio com nenhuma posição. O tópico do problema dos universais não requer que o autor argumente a favor nem contra a existência dos universais. É importante que você transforme seu tópico numa frase que o comprometa com alguma posição particular, como é o caso de

Não existem universais. (Existem apenas particulares.)

Nenhum ser humano tem livre-arbítrio.

O determinismo é verdadeiro.

O corpo e a mente não se diferenciam entre si.

Para os nossos propósitos, não é importante que você diga que existem ou que não existem universais. O que importa é que você se comprometa com uma dessas posições. Sua tese, qualquer que seja ela, motiva tudo o que você vai escrever em seu ensaio. É ela que faz tudo se encaixar de maneira atrativa. Para mudar a metáfora, sua tese lhe dá uma perspectiva do problema e ajuda a moldar o que você vai dizer e como vai dizer.

Em seguida, pense nos motivos pelos quais uma pessoa racional deve acreditar na posição que você decidiu defender. Seu professor não se interessa pelo sentimento que a proposição desperta em você, mas pela maneira como você vê o mundo. Ele quer saber como anda a sua capacidade de *argumentar* a favor de sua posição. Você deveria ter lido sobre argumentos válidos, sólidos e convincentes no capítulo 2, há um bom tempo. Mas agora é tarde para ler esse capítulo pela primeira vez. Você terá de confiar em sua intuição sobre o que conta como boas razões ou evidência suficiente para acreditar

em alguma coisa. Dito de outra maneira, por que uma pessoa racional deveria acreditar em sua posição?

Não se limite a pensar nessas razões; anote-as. Se possível, transforme-as num breve esboço. Pergunte a si mesmo quais são os motivos mais importantes e os menos importantes; pergunte-se quais motivos se subordinam a quais, isto é, que razões sustentam outras razões em favor de sua posição?

Falta fazer apenas mais uma coisa antes de começar a escrever: pensar nas qualidades de que você quer dotar sua redação. Sugiro que você escolha as seguintes: clareza, precisão, organização e simplicidade.

A clareza é importante porque sua primeira obrigação é comunicar-se com seu público. Se seu professor não entender para onde você está indo, é bem provável que você não obtenha uma boa nota.

A precisão é importante por tornar seu ensaio mais informativo. Uma linguagem vaga, inexata, ambígua ou imprecisa de outras maneiras é menos informativa do que uma linguagem precisa.

A organização contribui para a clareza; ela torna sua argumentação de mais fácil compreensão. O leitor deve saber o tempo inteiro para onde seu argumento o está levando, como vai chegar a esse destino e em que ponto está a cada momento particular.

Por fim, a simplicidade é importante. Mantenha sua sintaxe o mais simples que puder. Isso não implica frases curtas ou truncadas. A sintaxe deve ter a complexidade que o pensamento que você quer exprimir exige. Use subordinadas quando o pensamento for genuinamente subor-

dinado a um outro. Os estudantes costumam tentar escrever frases complicadas porque (pensam que) o aprenderam no colegial. O que deviam ter aprendido é a escrever frases complicadas quando necessário, mas não compulsoriamente ou para dar uma impressão de profundidade.

Agora comece a escrever, mas não tente terminar o ensaio num só esboço. Seu primeiro esboço deve ser uma versão curta do que você pretende que o ensaio completo seja, isto é, escreva, usando entre 50 e 150 palavras, um esboço que contenha as mais importantes razões em favor de sua tese.

Feito isso, reescreva esse esboço original. Amplie-o, fornecendo alguns dos detalhes de que você precisa para tornar seu esboço original mais inteligível ou persuasivo. Seu segundo esboço deve ser entre 50 e 100 por cento maior do que o primeiro — tudo depende do tamanho do original e de quantas coisas você consegue imaginar no momento.

Continue a reescrever e a aumentar o ensaio dessa maneira até chegar ao limite de palavras [de páginas] estabelecido pelo professor. (Não estou sendo sarcástico. Você tem a obrigação de trabalhar dentro dos limites fixados pelo professor, e os limites de palavras [de páginas] são uma espécie de limite. Os escritores profissionais enfrentam o tempo inteiro limites de palavras [de páginas].)

Esse método de elaboração sucessiva, que foi discutido no capítulo 4, não aumenta o tempo necessário à redação de seu ensaio se você usar o computador. Basta inserir os acréscimos nos lugares apropriados, e o programa de processamento de textos faz os ajustes necessários.

Uma vantagem desse método é que você nunca perde de vista a estrutura de seu ensaio. Sempre que adiciona algo, você sabe por que um lugar particular precisa de maior elaboração, a fim de contribuir para o todo. Outra vantagem é que cada parte do ensaio fica com uma proporção correta com relação às outras. Se uma parte do ensaio começar a se destacar em detrimento das outras, chame-a à ordem ampliando outras partes do texto em esboços sucessivos. Mas você pode alternativamente descobrir que, se uma parte aumentou naturalmente, enquanto as outras não se desenvolveram, essa parte pode ser a que deve ser alimentada, devendo as outras serem podadas na revisão. Se você for adicionando material a todas as partes a cada esboço, não haverá um superdesenvolvimento nem um subdesenvolvimento das partes.

Índice remissivo

A

Aluno como autor 26
Ambigüidade 85, 87, 187, 211-213, 217

Análise 16, 131, 144, 156-165, 173, 183, 191, 193, 194, 196, 205, 214, 216, 233

Análise circular 149

Analysandum 145, 146, 148-154

Analysans 145-154, 163, 164

Anatomia de um ensaio 88

Anotação de conceitos 100, 108, 109, 111, 115

Anselmo de Cantuária 115, 116, 121, 126, 166

Argumento 18, 26, 35, 36, 38, 39, 46, 49, 50, 55, 57, 58, 60, 63, 73, 75, 76, 80, 83-88, 91-94, 96, 99, 103-107, 110, 114, 115, 156, 162, 165-169, 172, 173, 175-177, 179, 181, 182, 188, 190, 193, 197-200, 202, 203, 205-208, 223, 228, 242, 243, 246, 247

Argumento bom 36, 37, 39, 41, 42, 62

Argumento convincente 37, 40, 42, 43, 52, 53, 56, 59, 61, 62, 77
Argumento válido 40, 41, 43-45, 56, 82

Aristóteles 35, 37, 45, 46, 63, 66, 81, 114, 165, 166, 196, 215
Austin, J. 142

Autor 17, 21-33, 57-59, 80, 81, 88-95, 99, 101, 105-108, 115, 122, 124, 131, 134, 135, 142-144, 165, 169, 173, 182, 183, 196-198, 203-206, 209-211, 215, 218-221, 223-226, 228-231, 235, 236, 239, 241, 246

Autoridade 22, 95, 194-200

B

Bíblia 60, 61, 98
Borges, J. L. 141, 143
Brevidade 93, 198, 217, 218, 219
Busca da verdade 194
Butler, Joseph 198, 210

C

Caracterização 95, 142-144, 235, 236

Categorias 12, 13, 68, 132, 140
Ceticismo 61, 74, 81, 201, 226
Citação 90, 198
Clareza 15, 16, 18, 82, 132, 198,
208-210, 211, 223, 247
Coerência 18, 30, 90, 102, 160,
203, 204, 207-209

Concisão 18, 218, 220, 222
Conclusão 18, 36-40, 42-46, 54,
56, 59-62, 73, 82, 83, 85, 87,
88, 93, 96, 104, 113, 147, 156,
159-161, 165-167, 173, 175,
176, 178, 180, 183, 193, 194,
205, 207

Condições necessárias e suficientes 145, 146, 153

Conhecimento 24, 25, 47, 51, 62,
96, 98, 134, 138, 162, 163, 170,
171, 173, 201, 226, 232, 242

Consistência 62, 63, 66, 67

Contra-exemplos 17, 131, 161-164,
166, 170-174, 193

Contradição 62, 63, 66, 67, 73,
139, 161, 175-177, 182, 188

Contradilemas 160

Contraditórios 9, 62, 67, 68, 70,
131, 139, 140

Contrários 9, 62, 67, 68, 70, 159

D

Descartes, R. 24, 61, 63, 81, 99,
168, 197, 199, 220-222, 226,
239, 241, 245

Deus 12, 13, 27, 29-31, 57-61, 69,
73, 89-97, 120, 126, 130, 134,
135, 159, 160, 166, 177, 179, 197,
218, 245

Diagnóstico 170

Diálogos 190, 243

Dilemas 17, 55, 131, 159

Dilemas construtivos 155, 157

Dilemas formais 155

Donnellan, K. 173, 228-235

Duns Scotus, J. 73, 140

E

Edison, Th. 97

Egoísmo 189, 212

Elaboração sucessiva 92, 94, 100,
103, 105, 106, 108, 115, 248

Empirismo 134, 206

Equivoco 12, 238

Estrutura de um ensaio filosófico 36,
79, 80, 84, 85, 88, 102, 242

Evolução de um ensaio 115

Expansão 185

Explicitação 223

F

Falácia 60

Formas de argumento 49, 50

French, P. 210

G

Geach, P. 165

Gettier, E. 163, 170, 173

Gilson, É. 199

Gramática 12, 13, 15, 16, 113

Grice, H. P. 187, 236-239

H

Hedonismo 189, 206

Hegel, G. F. W. 184, 188

N

Heidegger, M. 13, 208

Nagel, Th. 33

Hobbes, Th. 13, 14, 51, 52, 88-96,
135, 151, 157, 198

O

I

Ônus da prova 194, 197, 200

Importância 19, 52, 83, 94, 170,
171, 209, 231

P

Inconsistência 66, 67, 155, 243

Indeterminação 211, 217

Intuição 246

K

Kant, I. 114, 199, 203, 204, 224,
242

Kierkegaard, S. 140

L

Landesman, Ch. 189, 206

Lógica 17, 24, 30, 35, 36, 42, 49,
50, 76, 81, 111, 118, 119, 122-
124, 128, 140, 165, 196, 209,
236, 237, 238, 242

Lógica formal 48, 138, 156, 175

Lógica material 47

M

Marcuse, H. 209

Modus ponens 49, 50, 51, 52, 54,
55, 86, 165, 181

Modus tollens 50, 51, 52, 54, 55,
86

Moore, G. E. 206, 225, 226

N

Paradoxos 64, 66

Parmênides 39, 242

Parry, R. 243

Persona 28, 29

Pesquisa 83, 100, 102, 111, 112

Platão 16, 24, 37, 62, 72, 114,
165, 166, 168, 190, 196, 199,
204, 205, 207, 223

Precisão 11, 15, 135, 198, 211,
213, 215, 218, 223, 247

Premissa 42, 45, 46, 58, 59-61,
73, 76, 81, 92, 120, 126, 130,
157-159, 165, 181-183, 193,
196, 207

Problema do mal 68

Proclo 221

Professor como público 21, 225

Proposições 22, 37, 38, 46, 47,
49, 54, 63-68, 71-74, 77, 81,
83, 134, 157, 161, 162, 164,
165, 174, 175, 178, 180, 184-
189, 191, 200, 201, 217, 242

Proposições fortes 75

Prova 73, 81, 93, 118, 123, 128,
169, 174, 181, 194, 197, 200,
201

Público 17, 21-25, 27, 33, 56, 61,
62, 73, 75, 82, 86, 88, 91, 93,
95, 103, 133, 134, 178, 193,

197, 210, 211, 219, 225, 229,
232, 235, 247

Putnam, H. 177, 178

R

Raciocínio dialético 77, 131, 132,
183, 184, 187, 189-191

Rashdall, H. 212

Reduccionismo 150

Reductio ad absurdum 17, 131,
174, 193

Relevância 27, 61, 81, 228, 233,
240

Retórica 19, 82, 132, 204, 238

Rigor 18, 49, 203, 223

Rousseau, J.-J. 27, 185

Russell, B. 165, 181-183, 228, 232-
234

S

Schopenhauer, A. 209

Searle, J. 142, 215, 216

Silogismo 53

Silogismo disjuntivo 50, 52, 53,
58

Silogismo hipotético 50

Sócrates 19, 38, 62, 67, 79, 208

Strawson, P. F. 228, 232-234

Suposição 31, 176-179, 181-183,
197

T

Tautologia 45, 161, 177, 183
Termos mutuamente exclusivos

156

Texto 9, 18, 35, 36, 88, 89, 97,
98, 102, 105, 106, 113, 132, 155,
205, 225, 226, 238, 249

Texto analítico 131

U

Uso da autoridade 194, 195, 197

V

Verdade 12, 15, 16, 21, 22, 25,
38-43, 46-48, 52, 57, 59, 60,
63, 65, 66, 70, 72, 75-77, 80,
82, 86, 92, 94, 99, 106, 120,
125, 130, 137-139, 144, 147,
151, 154, 162, 163, 166, 168,
170, 175, 179, 182-184, 186-
188, 193-196, 200, 201, 210,
212, 217, 229, 234, 240

W

Wittgenstein, L. 180, 198, 209, 215

Y

Young, Ch. 15



Editoração, Impressão e Acabamento
Rua 1822, n. 347 * Ipiranga
04216-000 SÃO PAULO, SP
Tel.: (011) 6914-1922